

ANAIS do

II

Congresso de

Inclusão &

Acessibilidade

da UFPB



Organizadora:

Prof. Dra. Maria Natália Santos Calheiros



UFPB



CIA



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Evento: II Congresso de Inclusão e Acessibilidade 2023

Promovido pelo: Comitê de inclusão e Acessibilidade da UFPB

Abrangência: Regional

Reitora da UFPB: Prof. Dr. Valdiney Gouveia

Vice Reitora da UFPB: Prof. Dra. Liana Filgueira

Coordenador do CIA UFPB: Rafael Paulo de Ataíde Monteiro Melo

Organizadoras dos Anais:

Prof. Dra. Maria Natália Santos Calheiros

Comissão Científica:

Prof. Dra. Maria Natália Santos Calheiros (Dep. Terapia Ocupacional, CCS, UFPB) (Presidente)

Prof. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger (Dep. de Ciências Fundamentais e Sociais, CCA, UFPB)

Prof. Dra. Bruna Ramalho Sarmiento (Dep. Arquitetura e Urbanismo, CT, UFPB)

Prof. Dr. Renato Fonseca Livramento Silva (Dep. Design, CCAE, UFPB)

Prof. Dra. Lisie Marlene da Silveira Melo Martins (Dep. de Habilitação Pedagógica, CE, UFPB)

Prof. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva (Dep. de Habilitação Pedagógica, CE, UFPB)

Prof. Dr. José Diego Sales do Nascimento (Dep. de Fisioterapia, CCS, UFPB)

Comissão Organizadora do Congresso:

Rafael Paulo de Ataíde Monteiro Melo (Coordenador geral)

Thiago Silva Martins

Fernando Dal Bianco Garcia

Katia Emanuelle Barros Cavalcanti

Diagramação dos Anais:

Angélica de Souza Galdino Acioly (LabProj Design CCAE)

Publicado por: Editora UFPB

Título: Anais do II Congresso de Inclusão e Acessibilidade 2023

Edição: V.1, 2023

ISSN: 3086-1535

Formato da publicação: Resumo expandido

Publicado em: Outubro de 2025

Acesso: <https://periodicos.ufpb.br/>

O conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade dos autores.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

SUMÁRIO

ADAPTAÇÕES DE ACESSO AO CURRÍCULO NO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPB Melissa Victoria Xavier de Sousa Lima, Vitória Maria da Silva, Ana Cristina Silva Daxenberger, Nielson Firmino de Oliveira	06
A FORMAÇÃO DOCENTE DE UMA PROFESSORA DE QUÍMICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA Jarline dos Santos Cardoso, Ana Cristina da Silva Daxenberger	10
ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS DENTRO DE SALA DE AULA COM ALUNOS COM TEA NO LETRAMENTO LITERÁRIO Jessica da Silva Linhares, Ana Beatriz Pereira de Souza, Henrique Miguel de Lima Silva, Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues; Rosana Costa de Oliveira.	13
ANÁLISE DE PLANOS DE ACESSIBILIDADE DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS Angelina Dias Leão Costa, Bruna Ramalho Sarmiento. Vitória de Lima Chagas da Silva	17
A PRODUÇÃO DE SENTIDO NA VERBO VISUALIDADE DO POEMA SINALIZADO: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA Walquiria Nascimento da Silva, Ednéia de Oliveira Alves	20
A REPRESENTATIVIDADE LITERÁRIA DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO: UMA PROPOSTA DE ENSINO João Samuel Nascimento da Silva, Ana Clara Laurentino da Rocha, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira, Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues	24
ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA EM EVENTO DE RUGBY DE CADEIRA DE RODAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Raquel Helene Ramos de Mélo, Felipe Marques da Silva, Valéria Mayaly Alves de Oliveira, José Diego Sales do Nascimento, Daniel Germano Maciel	27
AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIA BILÍNGUES NAS NARRATIVAS DISCURSIVAS DOS SURDOS UNIVERSITÁRIO Francinaldo do Nascimento Soares, Francisco Canindé das Chagas Duarte	31



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ATUAÇÃO DOS CUIDADORES DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: O CURSO DE MULTIMÍDIA DO IFPB-CB Ana Clara Leite Gomes, Sarah Weida Sena Ferreira, Louize Lidiane Lima de Moura, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira	35
ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL NO COMPONENTE ANATOMIA VETERINÁRIA DA UFCA Otniel Rodrigues dos Santos, Priscila Teixeira de Souza Carneiro, Samara Almeida de Oliveira (UFCA)	38
AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS DA UFRN: A FORMAÇÃO DOCENTE COM VISTAS AO ENFRENTAMENTO À BARREIRA ATITUDINAL Paula Batista da Trindade, Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins	42
AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICO-ESPACIAL NA UFPB (CTE E CTH) COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA Anderson Guedes Dantas, Bruno Henrique Vitorino Maciel, Angelina Dias Leão Costa, Bruna Ramalho Sarmento	46
BILINGUISMO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: A UNIVERSIDADE COMO FONTE DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA UMA SALA DE AULA INCLUSIVA NO ENSINO BÁSICO Amanda Torres Trajano, Tarcisio Andrade do Nascimento, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira, Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues	50
BRINQUEDOTECA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESPAÇO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS E EXPERIÊNCIA FORMATIVA PARA ESTUDANTES Santuza Mônica de F. P. Fonseca, Andréia Mendes dos Santos	54
COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: DEZ ANOS DE AÇÕES DA SUBSEDE EM AREIA Melissa Victoria Xavier de Sousa Lima, Ana Cristina Silva Daxenberger, Nielson Firmino de Oliveira	58
CONHECENDO ESTRATÉGIAS DE CUIDADO DIRECIONADAS AOS CUIDADORES DE PESSOAS COM TEA EM JOÃO PESSOA Luanna Cybelle Soares Maia Duarte, Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares, Ruth Maria Mendonça Anacleto, Daniella de Souza Barbosa	61



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

- CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO 64
Cleiciane Alves Farias, Anselmo Clemente, Henrique Jorge Simões Bezerra, Jéssica Anabelle Silva, Katia Emanuelle Barros Cavalcanti
- CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES A PARTIR DAS INTERVENÇÕES DE TERAPIA OCUPACIONAL DO PROJETO CRIATIVA 68
Carolina Couto da Mata, Bianca Vanessa Delfino Brito, Laís Nascimento Ferreira, Raquel da Silva Alves do Nascimento
- DEVOLUTIVA DE ATIVIDADES COMO UM PROCESSO INCLUSIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO BOLSISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PIBID 71
Ana Paula Taigy do Amaral, Savina Maria Paulo Ferreira, Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira
- DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR NA PRÁTICA DOCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 74
Savina Maria Paulo Ferreira, Ana Paula Taigy do Amaral, Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira
- EDUCAÇÃO, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO NA VIVÊNCIA DO ALUNO APOIADOR: DISCUSSÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 77
Jéssica Anabelle Silva, Cleiciane Alves Farias, Anselmo Clemente, Henrique Jorge Simões Bezerra, Katia Emanuelle Barros Cavalcanti
- “EDUCAR É ACOLHER”: SENSIBILIZAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS 81
Carolina Couto da Mata, Ketlyn Vitória Moreira Lisboa, Rebeka Thais Machado da Silva Sara Michely Wanderley Angelo
- EXPLORANDO O GÊNERO DRAMÁTICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA 84
Athirson de Carvalho Lima Cândido, Sarah Weida Sena Ferreira, Louize Lidiane Lima de Moura, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES Maria Clara Dourado Pires, Sebastião Alisson M. S. dos Santos, Adenize Queiroz de Farias	87
INCLUSÃO ESCOLAR DE JOVENS COM TEA: AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LEITURA ATRAVÉS DO GÊNERO MANGÁ Amanda Costa Bedregal, Ana Clara Leite Gomes, Louize Lidiane Lima de Moura Henrique Miguel de Lima e Silva, Rosana Costa de Oliveira	91
LITERATURA PERIFÉRICA-MARGINAL NO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO: UMA PESQUISA APLICADA VOLTADA À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH Gabriel Irineu de Freitas, Jessica da Silva Linhares, Tarcisio Andrade do Nascimento Henrique Miguel de Lima Silva, Sérgio Oliveira Rodrigues	94
MÃES DE FILHOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INTERVENÇÕES DE CUIDADO NA PERSPECTIVA FREIRIANA Brena Stefani Meira Acioly de Sousa, Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares, Stephanie Araújo de Andrade, Daniella de Souza Barbosa	98
O CURSO DE CONVERSAÇÃO BÁSICA EM LIBRAS PARA SOCIALIZAÇÃO COM COLEGAS SURDOS Isaque Guerra da Silva, Francisco Canindé das Chagas Duarte	101
O ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO: A INSERÇÃO DE ESTUDANTES COM TDAH Tarcisio Andrade do Nascimento, Gabriel Irineu de Freitas, Jessica da Silva Linhares, Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues, Rosana Costa de Oliveira	105
O USO DO GÊNERO TIRINHA E DA LINGUAGEM NÃO VERBAL NO ENSINO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA Edissa Dorita Queiroz Boechat da Silva, Amanda Torres Trajano, Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira	109
POTENCIALIZAR AS LEGENDAS COMO UM RECURSO ACESSÍVEL PARA OS SURDOS/DEFICIENTES AUDITIVOS NOS CINEMAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB Dayza Meiry Barreto Silva, Geralda Severina de Sousa Lucena, Rita de Cassia Feitosa	112



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

- PLATAFORMAS DIGITAIS COMO POSSIBILIDADE PARA O APOIO À INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 115
Jessiane Gomes de Moura, Alice Kívia da Nóbrega Passos, Maria Clara Cavalcanti Cabral Raquel Pereira Gomes dos Santos, Joana Rostirolla Batista de Souza
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE LAGOA SECA-PB 119
Maria das Victorias Felinto dos Santos, Munique Massaro
- PROGRAMA ALUNO APOIADOR NA ASSISTÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM DUAS PERSPECTIVAS 123
Steffi Mara da Silva Viana, Maria Fernanda Nobres Monteiro, Steffany Silvestre da Silva, Igor Gustavo Mendes Silva, Ana Carla Estellita Vogeley
- REDES COLABORATIVAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRÁTICAS DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM AÇÃO 125
Walquiria Nascimento da Silva, Elaine Reis Laureano
- RODAS DE LEITURA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DE PESSOAS PCD E NEURODIVERGENTES: UMA PROPOSTA DE ENSINO 128
Ana Clara Laurentino da Rocha, João Samuel Nascimento da Silva, Henrique Miguel de Lima Silva, Rosana Costa de Oliveira, Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues
- UNIVERSIDADE, ARTE E ACESSIBILIDADE: O PROJETO ARTES VISUAIS & INCLUSÃO DA UFPB 131
Robson Xavier, Ana Cláudia Araújo, Thierry de Lima



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ADAPTAÇÕES DE ACESSO AO CURRÍCULO NO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPB

Melissa Victoria Xavier de Sousa Lima (UFPB)

Vitória Maria da Silva (UFPB)

Ana Cristina Silva Daxenberger (UFPB)

Nielson Firmino de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Desde 2010, o campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) realiza ações no tocante à inclusão de pessoas com deficiência (PcD), as quais foram se consolidando após 2013, com a criação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB por meio da resolução 34/2013 do CONSUNI (CONSUNI, 2013). Com o CIA as subseções nos campi do interior têm realizado ações específicas para o melhor desempenho acadêmico dos estudantes com PcD. Neste sentido o presente trabalho tem por objetivo apresentar as ações realizadas no campus II, junto a um estudante com transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Deficiência Física (DF) com amputação de membro superior esquerdo, matriculado no curso de Medicina Veterinária e que se encontra no Programa Estudantes Apoiador (PAED) do CIA/UFPB.

2 METODOLOGIA

Este é um relato de experiência, no qual se organizou por meio dos registros documentais do acervo da subseção de Areia e relato de experiência de duas estudantes vinculadas à subseção por meio de estágio supervisionado não obrigatório e o Programa Estudante Apoiador do CIA. Quanto aos documentos, foram utilizados os registros da escuta pedagógica, registros de acompanhamento e anotações pessoais das autoras. Dentre as atividades desenvolvidas pelo apoiador, houve a elaboração de resumos sobre as aulas e encontros semanais com exercícios de fixação, para que houvesse a melhor compreensão do apoiado sobre os assuntos ofertados. Já nas aulas práticas referente a disciplina de Técnica Cirúrgica, na qual era obrigatória a realização de castrações em pequenos



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

animais, o apoiado recebia auxílio durante o processo de antissepsia, ou seja, lavagem da mão e colocação do capote cirúrgico. O aluno apoiador executou ações com os instrumentais cirúrgicos, que facilitaram o desempenho do apoiado no momento das suturas durante o período transoperatório do paciente. Realizando diariamente exercícios para estímulo da musculatura e circulação sanguínea do membro amputado com peso de 1KG associado ao uso de bandagem, o aluno apoiado possuía melhora quanto a mobilidade e circulação sanguínea.

3 RESULTADOS

Desde o início do atendimento, os resultados de desempenho acadêmicos do aluno assistido têm melhorado, sem histórico de retenção. Quanto às adaptações sugeridas aos professores sobre as demandas oriundas do TDAH, os docentes têm demonstrado significativa preocupação e adequação às demandas, assim como nas aulas práticas, têm buscado alternativas no uso de Tecnologias Assistiva, por meio do setor de Terapia Ocupacional do CIA, que adequou e prescreveu materiais e medidas adequados ao estudante por meio da rede colaborativa (DAXENBERGER, CALHEIROS, 2023ⁱⁱ). Constata-se que o PAED tem trazido benefícios ao estudante consolidando as ações de inclusão da UFPB junto à comunidade acadêmica, atendendo o que se espera pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015ⁱⁱⁱ) e o desenho universal de aprendizagem (PLETSCH, SOUZA E ORLEANS, 2017^{iv}).

4 DISCUSSÃO

Com as ações do aluno apoiador juntamente ao CIA para o aluno apoiado, foi assegurar os direitos e deveres do aluno assistido dentro da instituição, buscando medidas que favorecessem o aprendizado conforme as disciplinas matriculadas pelo estudante. Sabe-se que na contemporaneidade, pessoas com deficiências começam a ter visibilidade dentro da sociedade a partir de lutas por suas causas, desde o momento que começam a buscar leis e políticas de proteção que assegurem seus direitos (BEZERRA, 2018^v). Todas essas ações colaboram de forma positiva para o desempenho do aluno apoiado, tendo em vista que a inclusão da pessoa com deficiência física e TDAH no meio acadêmico é de grande



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

importância, pois esta gera bases para que o indivíduo enxergue a si próprio como pessoa dotada de capacidade, podendo assim cursar e concluir qualquer graduação e pós-graduação (CAVALCANTE, 2015^{vi}).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de modificações curriculares no curso de Medicina Veterinária para o aluno com deficiência física e TDAH é altamente relevante e tem impacto positivo na acessibilidade e igualdade de oportunidades educacionais. A abordagem centrada no aluno defendida pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade promove a igualdade independentemente da capacidade individual. O cumprimento das diretrizes do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência evidencia o compromisso da instituição com a inclusão e a acessibilidade. Em síntese, este trabalho representa uma transformação positiva na educação de alunos com deficiência que reflete o compromisso da instituição com o sucesso acadêmico de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Direitos humanos. Deficiência. Adaptação Curricular.

REFERÊNCIAS

ⁱ UFPB. **Resolução 34** do CONSUNI, que institui a Política de Inclusão e Acessibilidade e cria o Comitê de Inclusão e acessibilidade, João Pessoa: UFPB, 2013.

ⁱⁱ DAXENBERGER, A. C. S.; CALHEIROS, M. N. S. **Inclusão da Pessoa com Deficiência: Redes Colaborativas no Ensino Superior**, Boa Vista: IOLE, 2023, p 40-57. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7976296>

ⁱⁱⁱ BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Senado Federal: Brasília, 2015.

^{iv} PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para inclusão escolar. In: **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol.14, n. 35, 2017.

^v BEZERRA, L. S. **Os desafios dos alunos com deficiência físico-motora na UFPB: a atuação do aluno apoiador no processo de inclusão**, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, 2018.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

^{vi} CAVALCANTE, M. S. S. **A Importância do Aluno Apoiador na Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior.** Areia: 2015



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

A FORMAÇÃO DOCENTE DE UMA PROFESSORA DE QUÍMICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Jarline dos Santos Cardoso (UFPB)

Ana Cristina da Silva Daxenberger (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Desde 1990, houve uma luta histórica para que fosse implantada a educação inclusiva como modalidade de ensino nos sistemas educacionais no Brasil, e isto também influenciou as políticas de formação docente. Neste contexto, a UFPB desde a implantação do curso de Licenciatura em Química tem oferecido componentes curriculares da educação especial e inclusiva. O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de uma licencianda em Química da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus II, na perspectiva da educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa autoetnográfica, na qual permitiu a primeira autora narrar sobre seu percurso formativo, assim como autorrefletir sobre pressupostos e práticas da educação inclusiva, oportunizando uma formação pessoal, profissional e política.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa dispõe-se de uma abordagem qualitativa, do tipo documental e autoetnográfica, na qual utilizou-se da análise dos documentos de formação docente, com ênfase no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de licenciatura em Química do campus II da UFPB, e dos programas de ensino das disciplinas. Sobre a autoetnografia, a mesma foi realizada por meio escrita autoetnográfica supervisionada, resgatando as memórias de formação e atuação da primeira autora durante o seu percurso formativo.

3 RESULTADOS

Ao analisar o PPC do curso de Licenciatura - Química do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFPB, verificou-se que o mesmo foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 2011. Tendo como objetivo: “Formar profissionais da



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

educação com competência para o desempenho de atividades didático-pedagógica e competência na consecução do ensino de conteúdos do componente curricular de Ciências Naturais no Ensino Fundamental e Química no Ensino Médio” (Resolução nº 65/2011 do CONSEPE)ⁱ. Em relação ao perfil dos formandos, o documento menciona que os profissionais da educação tenham conhecimentos diversos de ciências naturais e específicas de Química. A carga horária total do curso é de 2940 horas. Destaca-se as disciplinas que abarcam em suas ementas a respeito da diversidade e inclusão: Educação especial – 60h, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – 60h, Fundamentos psicológicos da educação – 60h, Educação e inclusão social – 45h, Educação das relações étnicas raciais – 45h. Estas citadas e cursadas pela primeira pesquisadora, estão de acordo com o que está previsto na Resolução CNE nº 02 de 2019ⁱⁱ que aponta competências também da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)ⁱⁱⁱ sobre a inclusão, como está previsto em seus documentos legais.

4 DISCUSSÃO

Diante do apresentado pelos dados, constatamos que o PPC do curso de Química citado neste trabalho inclui em sua matriz curricular, conhecimentos sobre educação inclusiva em suas disciplinas, o que é estabelecido pelos Conselhos Nacionais da Educação - CNE 2015^{iv} e 2019, como em outros documentos regulatórios, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)^v. Todavia, apontamos que na realização dos Estágios supervisionados obrigatórios, em nenhum momento foi oportunizado ações de estudos específicos sobre Pessoa com Deficiência (PcD) ou as questões mais amplas de inclusão social. Sendo em nosso entendimento, necessário um olhar mais crítico sobre gestão de pessoas e gestão de didática para ao atendimento às demandas individuais dos estudantes (BRASIL, 2015)^{vi}. Destaca-se que por meio de disciplinas específicas no 9º período do curso, sobretudo a de “Educação Especial”, despertou o interesse pela Inclusão e assim a licencianda passou a buscar conhecer melhor sobre essa temática. Através das redes sociais da UFPB, o conhecimento sobre o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), possibilitou acesso a cursos e palestras promovidos pelo mesmo. O que demonstra que a UFPB, por meio de suas



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

assessorias especiais também tem oportunizado momentos formativos para aprender sobre conceitos importantes, como o capacitismo, políticas de inclusão e redes colaborativas para a consolidação da inclusão social, assim como está previsto na Lei Brasileira de inclusão (BRASIL, 2015).

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social. Política pública. Educação Especial.

REFERÊNCIAS

- ⁱ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 65/ 2011**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade. João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=1626770>. Acesso em 17 Ago. 2023.
- ⁱⁱ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, CNE/CP, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em 18 Ago. 2023.
- ⁱⁱⁱ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br)>. Acesso em: 19 Ago. 2023.
- ^{iv} BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, CNE/CP, 2015. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em 17 Ago. 2023.
- ^v BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB n. 9.394, Capítulo V da Educação Especial, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 Ago. 2023
- ^{vi} BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Senado Federal. Brasília, 2015. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 18 Ago. 2023.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS DENTRO DE SALA DE AULA COM ALUNOS COM TEA NO LETRAMENTO LITERÁRIO

Jessica da Silva Linhares (UFPB)

Ana Beatriz Pereira de Souza (UFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Na escola, lugar de transformação ética e social, é urgente que adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham espaço e sintam-se acolhidos para desenvolver suas habilidades e competências. Tendo em vista que a apropriação do sistema de leitura e compreensão é uma forma de facilitar a comunicação — dificuldade singular do transtorno — procuramos incluir nossos alunos com TEA no letramento escolar. Nesse sentido, nosso objetivo é incentivar o exercício de uma docência inclusiva, demonstrando que o auxílio humanizado no processo de ensino-aprendizagem de alunos neurodivergentes aproxima-os de uma experiência mais ampla da educação e da vida social.

Diante do objetivo para este trabalho, visamos documentar os desafios e os avanços na prática de leitura, escrita e reconhecimento de palavras de alunos com TEA; noticiar que o processo de letramento pode ser mais demorado do que o considerado “normal”, devido à falta de atendimentos especializados e metodologias inclusivas durante os anos escolares iniciais e Salientar a necessidade de as escolas possuírem equipes com profissionais qualificados (psicólogos, pedagogos, alfabetizadores e cuidadores) para a inserção de alunos com TEA.

2 METODOLOGIA

Com o início no mês de fevereiro de 2023, após uma reunião com a equipe do NAPNE-



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

IFPB, conforme normas estabelecidas pela Instituição de Ensino do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Campus Cabedelo, houve a abertura das aulas de Alfabetização ministradas pelas graduandas do curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Ana Beatriz Pereira de Souza e Jessica da Silva Linhares, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) sob a supervisão do Prof. Dr. Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues e coordenação do Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva e da Profª Drª Rosana Costa de Oliveira. As professoras-estagiárias contaram com o auxílio e acompanhamento, em todos os momentos, da psicopedagoga do IFPB, para uma melhor performance e aproveitamento das aulas. Cada professora em formação se responsabilizou por um aluno com TEA e os encontros aconteceram em dias diferentes, para que cada aluno tivesse seu atendimento de forma inclusiva, leve e descontraída. Os pressupostos teóricos utilizados pautam-se em Krashen (1993) e na concepção freiriana — método de alfabetização baseado nas experiências de vida das pessoas.

3 RESULTADOS

Durante os encontros semanais com nossos alunos, reconhecemos a evolução progressiva de ambos quanto à familiaridade com o texto literário, a importância de entrarmos no mundo deles e também a diferença que as atividades lúdicas possuem na facilitação do mecanismo de ensino-aprendizagem.

Os alunos apresentaram bom retorno às atividades propostas, com boa participação e curiosidades, questionando assuntos não entendidos. Segundo relato oral de um dos adolescentes, devido ao avanço das aulas, consegue, hoje, lentamente, ler e enviar mensagens para os seus familiares e amigos, assim como já consegue ler alguns versículos da Bíblia. Vale ressaltar, entretanto, que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido, e nos concentramos em fazer desse processo de aprendizagem um momento em que nossos alunos se sintam acolhidos e incluídos não somente na escola, mas em sua própria língua, já que, pouco a pouco, vão tomando mais familiaridade com o sistema escrito da língua portuguesa.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

4 DISCUSSÃO

Com a aula introdutória, notamos o que cada um mais gostava e as dificuldades no sistema de leitura dos alunos. Logo, percebemos semelhanças entre eles, como o esquecimento do som das palavras e das sílabas e não conseguirem ler e entender o que está sendo lido. Percebemos, também, que um dos alunos possuía interesse por música e assuntos bíblicos. Tendo conhecimento de que adolescentes com TEA possuem dificuldade no desenvolvimento de habilidades de comunicação e, como Krashen (1993), considerando que a exposição à linguagem escrita, por meio da leitura, influencia positivamente a capacidade de compreender e expressar ideias, procuramos dar início a encontros semanais com esses dois alunos, para que pudéssemos auxiliá-los no processo de letramento. Devido à característica particular das aulas, as mesmas foram planejadas a partir da intensidade do retorno dos estímulos que tínhamos, ou seja, todas as aulas eram tentativas e erros.

Com isso, percebemos que atividades lúdicas e interativas eram capazes de proporcionar mais engajamento, interação e absorção dos conteúdos. Sobre a inclusão do contexto social dos alunos, que, nesse caso, possuem TEA, Paulo Freire (1996) aponta que: *“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a construção”*. Nosso foco é tornar a construção do método de ensino-aprendizagem prazeroso para ambos os lados, ao colocar, neste caso, o aluno como protagonista e o professor como mediador.

Mesmo tendo-se a consciência de que a leitura é uma prática individualizada, tal ação é fulcral na aquisição de caráter social dos jovens. Cremos que pessoas neurodivergentes devem, cada vez mais, ser incluídas na sociedade em que vivemos. Com o desenvolvimento de habilidades de comunicação e de socialização, nossos alunos neurodivergentes poderão participar mais ativamente da sociedade e, então, lutar por seus direitos a partir de suas próprias vozes.

Pode-se concluir que o trabalho de alfabetizar alunos com TEA sempre foi e continua sendo um grande desafio para os profissionais da área da educação, entretanto, utilizar a realidade social em que os alunos se encontram inseridos, nos últimos anos, tem se



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

mostrado uma alternativa muito atrativa tanto para os alunos quanto para os professores ao conseguir alcançar o objetivo de construção de sentidos, ao se permitir sair de sua zona de conforto, as aulas tradicionalistas. Como proposta de intervenção para o professor, apresentamos, como método eficaz de estímulo, aulas lúdicas que incentivem a curiosidade dos alunos a partir de seus próprios interesses. Assim, a leitura possuirá uma maior significação para cada um deles, contribuindo com o surgimento de novos leitores.

PALAVRAS-CHAVE: Docência Inclusiva; Importância da Leitura; Inclusão de adolescentes com autismo; Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

KRASHEN, Stephen D. **The Power of Reading: Insights from the Research**, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ANÁLISE DE PLANOS DE ACESSIBILIDADE DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Angelina Dias Leão Costa (UFPB – angelinadlcosta@yahoo.com.br)

Bruna Ramalho Sarmiento (UFPB – brunarsarmiento@hotmail.com)

Vitória de Lima Chagas da Silva (UFPB – vitoria.chagas@academico.com.br)

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Com a ampliação do debate acerca da política de inclusão e a reserva de vagas através de cotas para pessoas com deficiência, realizada nas universidades, a partir de 2010, tornou-se necessário que recebam seus usuários de forma adequada, por meio de espaços acessíveis, o que já estava previsto pela Lei 10.098 (BRASIL, 2000). Além disso, esta deve se adequar ao Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), criado pelo Ministério da Educação em 2005, que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, e promove a possibilidade de autonomia dessas no uso de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. Dessa forma, este resumo tem por objetivo apresentar a análise dos Planos de Acessibilidades presentes nas universidades brasileiras, feita pela Comissão de Acessibilidade Físico-Espacial (CAfe), a fim de, através de um diagnóstico, entender como se deu a implantação e o funcionamento desses.

2 METODOLOGIA/RESULTADOS

A metodologia se deu inicialmente por meio de pesquisa teórica, que levantou dados de diversas ações propostas por núcleos de acessibilidade em instituições de ensino superior no Brasil, tanto públicas quanto privadas, para verificar, através da aquisição online de documentos, quais dessas possuíam um Plano de Acessibilidade já estabelecido, a metodologia utilizada para a implementação desses e se obtiveram êxito, além disso, foram observadas as informações adquiridas em trabalhos precedentes como “Plano: O Programa Incluir na UFPB e subsídios para uma política de acessibilidade espacial” (2020), desenvolvido pelo Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), que verifica a consolidação



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Públicas de Ensino Superior e suas consequências no ambiente construído universitário. No entanto, diferente do trabalho citado anteriormente que focava nas Instituições que possuíam Núcleos de Acessibilidade, neste foram analisadas apenas as Instituições que possuem Planos de Acessibilidade consolidados, sendo encontrados 17 Planos, os quais abordam diferentes tipos de acessibilidade e critérios de análise. Depois, esses dados foram catalogados em planilhas, analisados e transformados em material gráfico; essa análise se deu de acordo com o tipo de instituição, se pública ou privada, pela região do país e quanto ao tipo de acessibilidade que abordam. Desse modo, foram filtradas as instituições que visam, principalmente, a acessibilidade arquitetônica, e observado os principais elementos físicos abordados entre os Planos dessas instituições, as quais se resumiram a 11: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Fluminense (UFFS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde os principais elementos físicos abordados foram os estacionamentos, plataformas elevatórias, rampas, corrimão, guarda corpo e banheiros. Ademais, de acordo com os dados obtidos, houve êxito na maioria dos Planos implantados, com resultados que variam desde diagnósticos, mapas de acessibilidade física, aquisição de equipamentos, a projetos de reforma concluídos. Levando em consideração todos os dados analisados foi possível observar que três se destacaram principalmente pelo êxito obtido por elas, sendo elas a Universidade Federal Rural da Amazônia que adotou a metodologia de divisão do trabalho a ser realizado em fases e na configuração de metas, a Universidade Federal Rural do Mato Grosso do Sul, com destaque para a divisão de eixos de trabalho, análise dos espaços e execução de obras e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que se destaca pela metodologia abordada em divisão de grupos de trabalho e pelo modo de catalogação das áreas que mais necessitavam de atenção, bem como sua execução.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

3 DISCUSSÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão desempenha um papel de extrema importância para observar como se dá, atualmente, a promoção da inclusão e acessibilidade nas Universidades Públicas brasileiras, visto que os resultados adquiridos podem guiar e auxiliar a promoção da acessibilidade em outras Instituições. Sua relevância é multidimensional e impacta positivamente diversos aspectos da vida acadêmica e social, como a garantia de que os usuários do espaço, independentemente de suas limitações físicas ou de mobilidade, se beneficiem de oportunidades iguais e possam efetivamente engajar-se no contexto universitário. Além disso, ao implementarem um Plano de Acessibilidade, essas Universidades não apenas estão beneficiando os estudantes e usuários atuais, mas também contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis às questões de acessibilidade e inclusão. Isso tem um impacto duradouro, uma vez que esses profissionais trarão consigo essa mentalidade para suas futuras carreiras, o que não apenas fortalece a imagem da instituição, mas também demonstra seu compromisso com a igualdade e a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente construído, Plano de Acessibilidade, Pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. 2000.

PEREIRA, Lívia de Oliveira. A consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Públicas de Ensino Superior e suas consequências no ambiente construído universitário; Plano: O Programa Incluir na UFPB e subsídios para uma política de acessibilidade espacial. Relatório Final Projeto de Iniciação Científica 2020 (documento interno). UFPB: João Pessoa, Julho de 2020.

UFPB. Agência de notícias UFPB – Pólo multimídia. UFPB adota sistema de cotas. João Pessoa, 30 mar. 2010. Disponível em: <http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=11640>. Acesso em: 24 de mai. de 2010.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

A PRODUÇÃO DE SENTIDO NA VERBO VISUALIDADE DO POEMA SINALIZADO: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Walquiria Nascimento da Silva (UFPB)

Ednéia de Oliveira Alves (UFPB)

O desenvolvimento de um trabalho efetivo no âmbito educacional, constitui um desafio para os profissionais, principalmente, quando esse trabalho é elaborado de forma isolada. Ao considerar alunos com necessidades educacionais específicas, as práticas pedagógicas precisam ser ainda mais peculiares, dadas as condições de cada aluno. Nesse sentido, potencializar as discussões, bem como, compartilhar as ações desenvolvidas a partir do sistema de redes colaborativas em educação, se faz, cada vez mais necessária, pois compreender esse espaço como ambiente cooperativo entre todos, tornam as ações mais efetivas.

Para Política Nacional de Educação Especial, é necessário “estabelecer e fortalecer redes institucionais colaborativas para compartilhar ações de eliminação e minimização de barreiras nos processos de formação acadêmica dos educandos do público-alvo da educação especial, na graduação e na pós-graduação” (BRASIL, 2020, p.92). Entende-se que essa rede colaborativa também é necessária no processo de operacionalização da inclusão nas diversas instâncias educacionais, pois promove a articulação entre instituições, comunidade, colaboradores e o alunado.

No tocante desse texto, se pretende apresentar uma pesquisa realizada na disciplina: Produções intermodais da literatura surda, do Programa de Pós Graduação em Letras, com a temática: A produção de sentido na verbo visualidade em poema sinalizado, entende-se que reconhecer essas especificidades a partir da visualidade, potencializa a compreensão de sentido no processo de sinalização. O objetivo geral é propor como estratégia pedagógica a análise da produção de sentido de um poema sinalizado por pessoa surda; como objetivos específicos: apresentar a produção de sentido do poema os cinco sentidos; analisar as peculiaridades da produção de sentido na sinalização.

Para obter o corpus dessa pesquisa utilizou-se da ferramenta do meio digital, por ser um



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

local que apresenta várias produções compartilhadas. No tocante do foco da pesquisa, optou-se pelo site <https://culturasurda.net/>, por ser um local específico com uma variedade de produções de pessoas surdas. A partir daí, foi necessário fazer o recorte em relação ao tipo de produção, optando-se pela categoria do tipo poesias, por apresentarem expressividades de informações e sentimentos, por meio da língua de sinais.

Valendo-se da disposição das 63 poesias disponíveis no site, de produção Brasileira, foi realizado um recorte das poesias sinalizadas por pessoas surdas com relação ao meio social e assim, foi selecionada a poesia: Os cinco sentidos do surdo Nelson Pimenta, principalmente por apresentar, uma potencial produção que envolve a visualidade.

Para Brait (2013, p. 43) a articulação verbo-visual, tecida na instância de produção, funciona, deliberadamente, como projeto de construção de sentidos, de efeitos de sentido, quer lógicos, ideológicos, emocionais e estéticos. É por meio da língua de sinais que se entona linguisticamente o verbal e o conjunto de estratégias visuais estabelecem as produções de enunciados concretos.

É importante destacar que segundo Brait (2013, p. 44) “tanto a linguagem verbal quanto a visual desempenha papel construtivo na produção de sentidos” e é a partir desse contexto que a poesia elencada, será apresentada, com ideias sensibilizadas pela condição surda de quem expressa as emoções com o corpo. Sutton-Spence (2021, p.78), aponta que “na poesia em Libras, os artistas apresentam novas ideias de novas maneiras usando formas originais da língua. O foco está na linguagem estética que, geralmente, é fortemente visual e cuidadosamente construída para maximizar o impacto dos sentidos” e dessa forma o sentido se constrói, com a fusão da verbo-visualidade. A seguir será apresentada algumas dessas especificidades na poesia.



Disponível em: <https://culturasurda.net/2012/01/30/cinco-sentidos-2/>



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Uma poesia com imersão no mundo dos cinco sentidos, sinalizada por Nelson Pimenta, ator e professor surdo, em suas mãos, a poesia: Os cinco sentidos é apresentada, em uma performance criativa, cheia de emoções, sentidos e incorporação. O tato, paladar, olfato, audição e visão, são apresentados, de forma que Nelson vai incorporando cada sentido, detalhando as sensações no uso de cada um: o tato, sente a energia de um abraço; o paladar, sente os diferentes sabores; o olfato, a variedade de aromas e odores; no momento em que chama a audição, não tem resposta, então, chama a visão, o quinto sentido, quando enfim, pergunta: - Desculpe-me, mas quem é você? – Quem? Eu? Não, somos ‘nós!’ (audição e visão) / Nós estamos juntos. Venha conosco e veja. / Olhos bem atentos, vendo e entendendo. / Conhecimento e informação. / Cores, velocidade, ação. / Agora, você nos conhece, então.” Mostra a forte relação na função social, desses dois sentidos.

Retrata a defesa da língua de sinais, um dos principais marcadores culturais das comunidades surdas, como a ascensão da experiência visual, a valorização das línguas de sinais, a defesa do Ser Surdo como expressão identitária, que apresenta sua própria língua. Não apenas a sinalização, com o uso da língua de sinais, mas, toda a comunicação visual (vestimenta, efeitos luminosos, incorporação dos objetos centrais), que agrega a produção de valor do discurso. Nos trechos, 00:15s e 00:22s, é possível perceber a mudança de cenário pelos efeitos luminosos utilizados, ao sermos convidados para conhecer o sentido do tato, há uma mudança no efeito da luz, passando de um local luminoso para um ambiente mais escuro, como se estivesse entrando no interior de algo.



O convite para conhecer cada sentido, nos leva, instantaneamente a percepção de mudança de local, a sensação de sermos transportados para outro cenário pelo simples



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

fato da utilização do efeito visual luminoso, porém, não apenas isso, mas todo o contexto envolvido: os sinais realizados; o movimento do corpo, identificando em que espaço visual acontece a cena; as expressões corporal e facial, que são possíveis perceber com o vídeo em curso.

Essa pesquisa propôs apontar caminhos para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas no processo de ensino aprendizagem da língua de sinais, por meio da análise da produção de sentido verbo visual. Ao final, acredita-se que os objetivos foram alcançados, pois o uso do vídeo de forma lúdica para a compreensão das peculiaridades da língua de sinais, potencializa a produção de sentido no processo de sinalização.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Verbo-visual. Rede colaborativa

REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Revista Bkhtiniana**. 2013. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/16568/12909>. Acessado em: 20 de agosto 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: **Política Nacional de Educação Especial**: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

SUTTON-SPENCE, Rachel. **Literatura em libras** [livro eletrônico] Petrópolis, RJ Editora Arara Azul, 2021



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

A REPRESENTATIVIDADE LITERÁRIA DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO: UMA PROPOSTA DE ENSINO

João Samuel Nascimento da Silva. Discente do curso de Letras - Língua Portuguesa, UFPB, bolsista, joao.samuel@academico.ufpb.br

Ana Clara Laurentino da Rocha. Discente do curso de Letras - Língua Portuguesa, UFPB, bolsista, aclr@academico.ufpb.br

Henrique Miguel de Lima Silva. Coordenador do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, UFPB, henrique.miguel.91@gmail.com

Rosana Costa de Oliveira. Coordenadora do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, UFPB, rosana.ufpb@gmail.com

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues. Supervisor do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, UFPB, sergio.rodrigues@ifpb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

É amplamente reconhecida a importância do ambiente da sala de aula como um espaço fundamental para a promoção de políticas educacionais inclusivas, que acolham e celebrem as diferenças individuais. Nesse contexto, a abordagem de obras literárias que exploram a diversidade e a inclusão no âmbito educação básica assume um papel de destaque, contribuindo de maneira significativa para o processo de aprendizagem dos discentes, por possibilitar uma compreensão mais profunda das particularidades e multiplicidades que caracterizam nossa sociedade, ou seja, a exploração de obras literárias escritas por pessoas com deficiência e por indivíduos neurodivergentes emerge como uma ferramenta poderosa para fomentar o respeito mútuo entre as diferenças e facilitar a identificação dos estudantes com as narrativas apresentadas. O ato de trabalhar com essas obras não apenas promove a inclusão, mas também oferece uma oportunidade única para construir um ambiente de aprendizagem onde cada voz é valorizada.

2 METODOLOGIA

O objetivo primordial deste estudo é refletir sobre o impacto do uso de obras literárias criadas por autores com necessidades específicas, e que representam diversas



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

experiências, como um mecanismo de inclusão no cenário do 2º ano do Ensino Médio. De maneira mais específica, objetivamos compreender que a literatura é, também, um local destinado para as pessoas com necessidades específicas, ressaltando a importância do ensino de língua portuguesa na perspectiva da educação inclusiva, bem como tornar as aulas de português um espaço de inclusão das diversidades e representatividade em obras literárias, e promover a conscientização da importância da educação inclusiva nas aulas de língua portuguesa. Partimos da hipótese de que a pouca exploração da diversidade de necessidades específicas no espaço escolar e a pouca literatura desse tipo encontrada nas bibliotecas desses ambientes são um entrave no processo de educação inclusiva que, impossibilitando o envolvimento com o tema, acabam por propiciar uma cultura de exclusão e afastamento dessas pessoas da literatura. Tomemos como exemplo a parca presença de livros que trazem a temática do TEA, TDAH e ST, entre outros transtornos/deficiências. Tivemos como base o pressuposto de que o trabalho com essas obras pode auxiliar tanto no processo de identificação como no de superação das situações cotidianas. Para a atual conjuntura, optamos por uma proposta de ensino baseada na sequência didática expandida (Cosson, 2006), sendo o nosso estudo caracterizado como uma abordagem qualitativa (Lakatos, Marconi, 2010). Utilizamos como fundamentação obras como Uma menina estranha: autobiografia de uma autista, de Temple Grandin e Margaret Scariano (1999), que traz, de forma leve e esclarecedora, a história da própria autora, uma menina autista, e suas experiências de vida, tratando de suas questões emocionais e relação com as pessoas; João, o distraído, do livro “Contos ao telefone”, de Gianni Rodari (2019); Em Algum Lugar nas Estrelas, de Clare Vanderpool (2013). entre outros que possam contribuir com os nossos objetivos.

3 RESULTADOS

Os resultados serão analisados e discutidos posteriormente após aplicação da proposta conforme planejado pelo PIBID.

PALAVRAS-CHAVE: Identificação. Literatura. Representabilidade. Sequência didática.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

REFERÊNCIAS

COSSON, R. Letramento Literário: Teoria e Prática. São Paulo: Contexto, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANDIN, T.; Scariano, M. Uma Menina Estranha: Autobiografia de uma Autista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1999.

RODARI, Gianni. João, o Distraído. In: _____ (org.). Contos ao Telefone. Matosinhos: Editora Kalandraka, 2019.

VANDERPOOL, C. Em Algum Lugar nas Estrelas. São Paulo: DarkSide Books, 2013.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA EM EVENTO DE RUGBY DE CADEIRA DE RODAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raquel Helene Ramos de Mélo (Universidade Federal da Paraíba)

Felipe Marques da Silva (Universidade Federal da Paraíba)

Valéria Mayaly Alves de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba)

José Diego Sales do Nascimento (Universidade Federal da Paraíba)

Daniel Germano Maciel (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

O Rugby de Cadeira de Rodas (RCR) é uma modalidade esportiva paralímpica de alto rendimento que vem crescendo no cenário competitivo nos últimos anos (INTERNATIONAL WHEELCHAIR RUGBY FEDERATION, 2021). Trata-se de um esporte voltado a atletas que apresentem lesão medular do tipo tetraplegia, quadros de amputações ou malformações congênitas nos membros, paralisia cerebral, neuropatia periférica, etc. (INTERNATIONAL WHEELCHAIR RUGBY FEDERATION, 2021; SIMIM *et. al*, 2013; TEIXEIRA ALMEIDA *et. al*, 2023). Cada atleta é classificado de acordo com suas habilidades e limitações, em pontuações que variam de 0.5 a 3.5, representando o espectro de funcionalidade, da menor à maior; e quanto a posição de jogo, os atletas podem atuar no ataque ou defesa (BAKATCHINA *et al*, 2021; INTERNATIONAL WHEELCHAIR RUGBY FEDERATION, 2021). O RCR é um esporte que possibilita a inclusão daqueles que, por possuírem deficiências que acometem os quatro membros, dificilmente seriam admitidos pelos critérios dos demais esportes coletivos (SIMIM *et. al*, 2013; TEIXEIRA ALMEIDA *et. al*, 2023). Assim, por ser um esporte que demanda velocidade e agilidade, capaz de gerar grande sobrecarga física e a ocorrência de impactos entre os atletas, o atendimento pela equipe de saúde, na qual o fisioterapeuta está inserido, tanto dentro como fora de quadra, torna-se essencial para a garantia de um melhor desempenho em jogo e fora dele. Com isso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de discentes em Fisioterapia da UFPB no atendimento aos atletas de RCR em evento esportivo.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

2 METODOLOGIA

O presente resumo trata-se de um relato de experiência de atendimento fisioterapêutico no evento Aberto de Rugby de Cadeira de Rodas, realizado no Instituto dos Cegos da Paraíba, nos dias 26 e 27 de maio de 2023, das 9h às 19h.

3 RESULTADOS

A equipe de fisioterapia da UFPB foi convidada a integrar e dar suporte ao evento, mobilizando um total de 15 pessoas - 10 discentes e 5 docentes. Para garantir um atendimento de qualidade aos atletas e proporcionar capacitação profissional aos estudantes, foi realizado um treinamento prévio ministrado pelos professores da UFPB. Durante a preparação, foram discutidos diversos aspectos, incluindo introdução ao esporte adaptado, RCR, avaliação fisioterapêutica e as técnicas e manobras a serem utilizadas. No evento, os atendimentos ocorreram por livre demanda, dentro e fora de quadra, de modo que os atletas que buscaram atendimento, passaram por uma triagem, que consistia na coleta de informações pessoais, condição prévia e queixa principal. A partir dos dados coletados, foi traçada a conduta fisioterapêutica adequada para cada atleta. Os integrantes da equipe forneceram atendimento individualizado a um total de 32 atletas, adaptando-se às necessidades individuais apresentadas.

4 DISCUSSÃO

Durante os atendimentos, ficou evidente que as queixas mais comuns entre os atletas eram relacionadas a tensão e dores musculoesqueléticas. Os alunos realizaram diversas abordagens terapêuticas, incluindo massoterapia, eletroanalgesia, exercícios de resistência, mobilização articular e crioterapia. Destacam-se, especialmente, as técnicas de liberação miofascial e massoterapia, que foram amplamente utilizadas para proporcionar alívio e melhorar o desempenho dos atletas. É importante ressaltar que, embora as queixas de dor tenham sido a principal razão para a busca pelos atendimentos, alguns atletas procuraram assistência com o objetivo de preparação e aquecimento antes dos jogos. Para os discentes, foi uma experiência positiva e enriquecedora, pois o contato com o público paralímpico possibilitou novos conhecimentos acerca das habilidades e limitações dos



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

atletas, sinais e sintomas clínicos, manejo de pessoas com acometimentos neurológicos para transferências - da cadeira de rodas para a maca e vice-versa -, adaptações de posicionamento para atendimento, raciocínio clínico e tomada de decisão imediatos - tendo em vista que o primeiro contato com os atletas e o atendimento ocorreram ao mesmo tempo, diferentemente da rotina acadêmica em que o primeiro dia é destinado a avaliações e a partir do segundo dia que inicia-se o tratamento. Ademais, os discentes puderam experimentar a desconstrução da visão capacitista acerca dos atletas e pessoas com deficiência de um modo geral, e foi reforçada a importância de olhar para o outro de forma mais humana, independente de sua condição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas descrevem a importância do atendimento aos atletas de RCR e o potencial transformador da realidade esportiva desses atletas, além de contribuir positivamente para a formação profissional dos discentes, facilitando o raciocínio clínico, tomada de decisões e aplicação prática durante atendimento fisioterapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Atleta paralímpico. Fisioterapia esportiva. Formação profissional. Saúde. Esporte adaptado.

REFERÊNCIAS

BAKATCHINA, S. *et al.* Performance, asymmetry and biomechanical parameters in wheelchair rugby players. **Sports Biomechanics**, p. 1–14, abr. 2021.

BAKATCHINA, S. *et al.* Influence of Wheelchair Type on Kinematic Parameters in Wheelchair Rugby. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 4, p. 861592, jun. 2022.

INTERNATIONAL WHEELCHAIR RUGBY FEDERATION (IWRF). **WHEELCHAIR RUGBY CLASSIFIER HANDBOOK**. 2021. Disponível em: https://www.iwrf.com/resources/IWRF_Classifier_Handbook_2021.pdf. Acesso em: 20 ago 2023.

SIMIM, M. A. DE M. *et al.* Desempenho esportivo em atletas de rugby em cadeira de rodas: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 7, n. 39, p. 244-252, maio/jun. 2013.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

TEIXEIRA ALMEIDA, J. *et al.* LEVANTAMENTO DOS FATORES DE RISCO PARA LESÕES ESPORTIVAS EM ATLETAS DE RUGBY EM CADEIRA DE RODAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 24, n. 1, p. 89–106, jun. 2023.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIA BILÍNGUES NAS NARRATIVAS DISCURSIVAS DOS SURDOS UNIVERSITÁRIO

Francinaldo do Nascimento Soares. Discente do curso de licenciatura em Língua Portuguesa e LIBRAS - DLET/UFRN

Prof.º Esp. Francisco Canindé das Chagas Duarte. Supervisor de ensino da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA/UFRN

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo apresenta a construção histórica da comunidade surda como é marcada por barreiras do campo linguístico social, no qual compete à diferença das duas línguas, tornando uma árdua tarefa de construção de sentido no processo formativo comunicacional. Mesmo assim, a sociedade impõe através das leis essa competência para os surdos, como podemos ver na Lei Federal Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Art. 4º, parágrafo único: "A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa". Da mesma forma, no decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que oficializa a LIBRAS, como também, no âmbito estadual do Rio Grande do Norte (RN) pela Lei nº 9.249/2009, colocando a modalidade escrita de língua portuguesa como a segunda língua do sujeito surdo, impondo o bilinguismo a esses sujeitos. Utilizou-se de Antunes (2005), Hall (2006), Karnopp (2012), Koch (2015), Marcuschi (2008), Pires (2008) e Vigotski¹ (1991) e (2022) para fundamentar e dar respaldo a nossa base teórica. Buscou-se como objetivo mostrar a trajetória identitária discursiva de discentes bilíngues que chegam às academias.

2 METODOLOGIA

Assim, buscou-se uma abordagem de caráter exploratório e reflexivo de algumas temáticas referentes ao discurso dos sujeitos surdos bilíngues nas universidades do país. Analisou-se no seu primeiro momento de forma exploratória as leituras bibliográficas dos principais teóricos, que abordam a temática nas diversas áreas da Linguística Textual; Letramento, Estudos Culturais, Estudos Surdos. No seu segundo momento, com um olhar reflexivo, foi observado textos já publicados em outros trabalhos, construindo assim um corpus de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

análise a partir das produções feitas por alguns sujeitos surdos em suas trajetórias universitárias.

3 RESULTADO

Com tudo, em diálogo dos autores com Vigotski espera-se que possa ser observado o processo da formação identitária deste grupo social e cultural na educação superior, mas podemos inferir que a identidade bilíngue desses sujeitos surdos, que chegam às universidades, ainda é de forma superficial, devido a vários fatores historicamente construídos. Portanto, o sujeito surdo na universidade ainda sofre com o bilinguismo imposto a eles pela comunidade majoritária ouvinte.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso estudo baseou-se também nos estudos culturais, particularmente na temática da identidade cultural (HALL, 2006), quanto ao processo de identificação de um sujeito que transita e constrói, não de forma fechada a sua identidade, mas de construção ao longo de seu trajeto histórico cultural e social. Focando aqui no trajeto do discurso identitário do sujeito surdo bilíngue que tem de adaptar-se a esses mecanismos linguísticos das línguas orais, causando um grande desconforto e esforço para que consiga se enquadrar na língua majoritária, tornando-se um ser bilíngue, esse processo é marcado ao longo da história com as vivências dos traços sociais e culturais adquiridos. Com isso, o surdo enquanto sujeito bilíngue imposto pela sociedade é algo que precisa-se trabalhar em futuras pesquisas. Contudo, nosso trabalho nos mostra um pouco desse processo linguístico, discursivo com marcas de identidade em que transitam duas línguas por modalidades diferentes. Finaliza-se essa análise, juntamente, com esse discurso, dizendo que ainda tem muito trabalho pela frente. O sujeito surdo bilíngue está em construção, os documentos apontam para um bilinguismo, mas como esse bilinguismo é desenvolvido? Tem-se que fazer um estudo bem feito.

¹ A escolha pela grafia do nome de Vigotski com /i/ se justifica pela pronúncia na nossa língua portuguesa, utilizando-se de um símbolo gráfico que remete equivalente ao fonema desejado.

Reafirma-se a importância desse trabalho para a comunidade acadêmica, sobre a



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

visibilidade linguística dos surdos para o campo da linguagem humana. Essa análise ainda está em processo, pois precisa-se fazer uma boa investigação sobre as teorias que o cerca, para então assim, produzir um bom fruto de conhecimento. Portanto, é preciso que esse estudo se torne um campo de pesquisa, de estudo e de debate sobre a temática do “sujeito surdo bilíngue universitário” como aqui dei nome, mas que para isso se torne um estudo de relevância, é preciso que a comunidade científica, desenvolva em suas teorias e pesquisas esses conceitos. Por isso, arrisco a instigar os estudiosos sobre a temática com essas provocações.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade bilíngue, trajeto discursivo, impacto educacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**/Irlandé Costa Antunes. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 Abril 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.

Acesso em: 04 jan. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARNOPP, Lodenir B. **Práticas de leituras e escrita em escola de surdos.** in: FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e Bilinguismo. 6, ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. Cap.5.

KOCH, I. V. **Ler e escrever: Estratégias de produção textual**/ Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias. – 2. Ed., 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. ●

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, Análise de Gênero e Compreensão.** São Paulo: Parábola Edfitorial, 2008.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PIRES, V.O D. **O processo de construção do letramento acadêmico em língua**

Compreensão/ Luiz Antônio Marcuschi. – São Paulo: Parábola Edfitorial, 2008. •

VIGOTSKI, Lev Semionovich, **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovich, **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de**

Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ATUAÇÃO DOS CUIDADORES DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: O CURSO DE MULTIMÍDIA DO IFPB-CB

Ana Clara Leite Gomes (UFPB)

Sarah Weida Sena Ferreira (UFPB)

Louize Lidiane Lima de Moura (IFPB/UFRN)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2008 foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Nesse contexto, passou a competir aos sistemas de ensino a disponibilização de cuidadores para os estudantes com necessidades específicas. Tais profissionais – também chamados de mediadores escolares, monitores, agentes de inclusão, dentre outros – têm fundamental importância para a promoção de uma efetiva inclusão na escola regular, conforme aponta a literatura (LOPES, 2018; BRASIL, 2015). Tendo isso em vista, objetivamos descrever a atuação dos cuidadores de estudantes com necessidades específicas, notadamente aqueles regularmente matriculados no curso técnico integrado em Multimídia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba *campus* Cabedelo (IFPB-CB). De modo específico, pretendemos delinear o perfil desses profissionais; relacionar as atividades que eles têm exercido junto aos alunos que acompanham; e ressaltar a importância desse profissional para o desenvolvimento dos jovens em tela.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo insere-se no campo da educação inclusiva. Para tanto, adota uma abordagem quali-quantitativa (NUNAN, 1992; DÖRNYEI, 2006), a fim de analisar o caso do curso técnico integrado em Multimídia ofertado pelo IFPB-CB, este atendido pelo subprojeto Letras Português do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Através da aplicação de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

um questionário semiestruturado, colaboraram com a pesquisa 3 (três) cuidadores que atuam junto a 6 (seis) alunos vinculados ao curso supracitado.

3 RESULTADOS

Apesar de configurar um estudo em andamento, os primeiros resultados assinalam para a expressiva importância do profissional em tela para o pleno desenvolvimento e a plena inclusão – nas salas de aula regulares – de estudantes com necessidades específicas do IFPB-CB. Contudo, se faz mister a ampliação de recursos e, conseqüentemente, a contratação de mais profissionais, a fim de que sua atuação imprima ainda mais sucesso, tendo em vista a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os cuidadores

4 DISCUSSÃO

Os dados gerados em função da aplicação dos questionários revelam que o vínculo empregatício dos cuidadores é terceirizado; dos três, duas são do gênero feminino e um do masculino, reforçando a maioria feminina nesse posto de trabalho; outro dado interessante, passível de análise, corresponde à distribuição desses profissionais entre as demandas apresentadas nas turmas: no 1º ano, estão matriculados 5 (cinco) estudantes com necessidades específicas (quatro diagnosticados com TEA e um com baixa visão) para 2 (dois) acompanhantes; no 2º ano, não há alunos que requeiram tal apoio; já no 3º ano, há 1 (um) estudante (diagnosticado com surdez) que demanda 1 (um) agente de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Estudo de caso. Técnico Integrado. Agentes de inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em:

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 06 ago. 2023.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 06 ago. 2023.

DÖRNYEI, Z. **Research methods in applied linguistics**: quantitative, qualitative and mixed methodologies. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LOPES, M. Mo. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**, São Carlos, 2018. Disponível em: [file:///C:/8% 20 períodos/Artigos%20TCC/LOPESMariana2018.pdf](file:///C:/8%20períodos/Artigos%20TCC/LOPESMariana2018.pdf). Acesso em 17 ago. 2023.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL NO COMPONENTE ANATOMIA VETERINÁRIA DA UFCA

Otniel Rodrigues dos Santos (UFCA)

Priscila Teixeira de Souza Carneiro (UFCA)

Samara Almeida de Oliveira (UFCA)

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sob orientação da docente: Priscila Teixeira de Souza Carneiro(UFCA), relata as experiências dos Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras): Otniel Rodrigues dos Santos (UFCA), e Samara Almeida de Oliveira (UFCA), que atuaram no primeiro semestre de 2023, no componente curricular Anatomia Topográfica Animal, do curso de Medicina Veterinária, na Universidade Federal do Cariri (UFCA). O compartilhamento destas vivências é relevante, pois contribui com as pesquisas relacionadas à atuação do intérprete educacional no ensino superior, na perspectiva dos desafios encontrados por estes profissionais quando direcionados à tarefa de interpretação em áreas técnicas e que até pouco tempo não se tinha o ingresso de estudantes Surdos(as). Nesse sentido, entendemos que o intérprete educacional é o profissional intérprete de Libras que desenvolve função comunicativa no campo educacional. E que, devido às políticas de inclusão, acesso e permanência de estudantes com deficiência, este campo tem demandado cada vez mais a presença deste profissional, (QUADROS, 2004). Desta forma, o objetivo deste relato é apresentar a atuação do Intérprete de Libras Educacional no componente curricular Anatomia Topográfica Animal do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal do Cariri - UFCA, assim como os desafios e possibilidades encontrados no ato interpretativo.

2 METODOLOGIA

No que tange aos aspectos metodológicos, trata-se de um relato de experiência que aborda vivências educacionais que ocorreram no período de 27/02/2023 a 17/06/2023, sendo este, o período de oferta da disciplina de Anatomia Topográfica Animal, correspondente ao período letivo 2022.2 dos cursos de graduação da UFCA. O componente em questão foi ofertado no



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

campus Crato da UFCA, nas Quartas-feiras de 14:00h às 16:00h e Sextas-feiras de 08:00h às 12:00h, com eventuais encontros de monitoria, os quais eram solicitados conforme a necessidade da discente Surda. Durante este período, os intérpretes de Libras atuaram em dupla, realizando um trabalho colaborativo (NOGUEIRA, 2016). Em diversos momentos, os intérpretes precisaram criar estratégias que assegurassem um suporte para atuação, como por exemplo: o uso do diário de campo, uma ferramenta de registro de termos específicos e sinais que eram criados com a estudante surda de maneira provisória.

3 RESULTADOS

Esta ferramenta possibilitou que realizássemos anotações de conceitos utilizados pela docente durante as aulas, os quais foram estudados posteriormente. Por se tratar de uma área específica, situada no campo educacional, porém com vastos conteúdos relacionados à saúde animal, muitos termos eram desconhecidos e sem registros de sinais equivalentes convencionados em Libras. Durante estes momentos, enquanto um intérprete estava no turno da interpretação, o outro, ao identificar a dificuldade do colega buscava em glossários digitais o sinal desejado, e quando não encontrado, em alguns momentos fazia uso da estratégia de criar provisoriamente o sinal para o termo em questão, a partir da análise e aceitação da estudante. Esta ferramenta, para além do contexto imediato de uso em sala de aula, contribuiu como forma de registro para o projeto institucional da Secretaria de Acessibilidade da UFCA, o qual tem como finalidade desenvolver um glossário de sinais-termos dos cursos da instituição que possuem a presença de estudantes surdos, visando um suporte ao processo de ensino e aprendizagem destes(as) estudantes e uma melhor atuação da equipe de intérpretes nestes cursos. Outro fator crucial para a mediação do conhecimento em sala de aula foi a parceria firmada com a docente da disciplina, pois compreendemos a necessidade e relevância da relação de parceria entre professor e intérprete educacional (AMPESSAN et al., 2013), (QUADROS, 2004), (DORZIART e ARAÚJO, 2012), para que o trabalho possa ser realizado de maneira dialógica, ética e que contribua para o pleno desenvolvimento educacional do(a) estudante surdo(a). É importante destacar que o curso em questão foi recém implantado na instituição, com professores recém empossados e tendo na sua primeira turma uma estudante surda. No entanto, a postura da professora ao perceber a dificuldade



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

dos intérpretes com os termos do campo da anatomia veterinária, bem como a necessidade de novas estratégias metodológicas que facilitassem o aprendizado da estudante surda, foi de repassar os materiais que seriam trabalhados na disciplina para os intérpretes, utilizar recursos visuais em suas apresentações, promover aulas práticas. No decorrer das aulas teóricas e práticas esteve sempre disponível para eventuais interrupções, a fim de prestar esclarecimentos de termos específicos.

4 DISCUSSÃO

Desta forma, constata-se que a tarefa de interpretação em áreas técnicas, como a Medicina Veterinária, exige uma nova configuração das ações atitudinais e metodológicas utilizadas pelos professores, bem como representa um grande desafio ao profissional intérprete de Libras, devido à complexidade do conteúdo trabalhado e a ausência de sinais equivalentes em Libras. É importante destacar que estamos falando de uma língua consideravelmente nova, a qual foi reconhecida em 2002 pela lei 10.436 e regulamentada pelo decreto 5.626/2005. Portanto, muitos sinais relacionados a áreas técnicas do conhecimento ainda estão em processo de desenvolvimento. Sendo assim, se torna relevante iniciativas e fomentos de criação de glossários, bem como a atuação de intérpretes no sentido de registrar as estratégias que são utilizadas em sala de aula, preferencialmente na ocasião, para que os dados não se percam por esquecimento. Para tanto, é indispensável o uso do diário de campo ou bloco de anotações (GIL, 2008). De outro modo, ressaltamos a necessidade de pesquisas e relatos como este, que evidenciem a prática interpretativa abordando os desafios e possibilidades do fazer tradutório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, esperamos que este relato contribua com os estudos da tradução e interpretação de Libras, servindo como suporte para profissionais que vivenciam realidades de atuação semelhantes. E também, para profissionais da educação, para que possam compreender através desta experiência os desafios e possibilidades do trabalho do intérprete educacional e da educação de Surdos em contexto inclusivo.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PALAVRAS-CHAVE: Libras 1. Inclusão 2. Acessibilidade 3. Medicina Veterinária 4.

REFERÊNCIAS

- AMPESSAN, João Paulo (Org). GUIMARÃES, Juliana Sousa Pereira. LUCHI, Marcos. **Intérpretes educacionais de Libras:** orientações para a prática profissional. Florianópolis: DIOESC: 2013.
- BRASIL. Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.
- DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remígio de. **O intérprete de língua de sinais no contexto da educação inclusiva:** o pronunciado e o executado. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, n. 3, p. 391-410, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- NOGUEIRA, Tiago Coimbra et al. **Intérpretes de libras-português no contexto de conferência:** uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. 2016.
- QUADROS, Ronice Müller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: SEESP, 2004.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS DA UFRN: A FORMAÇÃO DOCENTE COM VISTAS AO ENFRENTAMENTO À BARREIRA ATITUDINAL

Paula Batista da Trindade. UFRN, paulabatistadatrindade@gmail.com;

Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins. Professora Doutora, UFRN,
lisiemel@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e outros atos normativos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146 (2015), determinam sistema educacional inclusivo para as pessoas com deficiência no Brasil. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) assume o paradigma da inclusão em suas políticas educacionais e mais recentemente publicou a Resolução n.º 002/2022 – CONSEPE/CONSAD (UFRN, 2022) que atualiza a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na UFRN.

O artigo 2º da mencionada resolução elenca como necessidades específicas as seguintes condições: pessoas com deficiência, com transtorno do Espectro Autista (TEA), com altas habilidades/superdotação, com transtornos específicos de aprendizagem, com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, com dificuldades secundárias de aprendizagem e com mobilidade reduzida. A Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFRN atende atualmente 701 estudantes com necessidades específicas. Os estudantes atendidos estão distribuídos no campus central situado em Natal/RN e nos demais campi do interior que são: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ/UFRN), em Macaíba; Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN), em Santa Cruz; Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS/UFRN), localizada em Currais Novos; Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM/UFRN) e Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN), ambos em Caicó.

Este é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento vinculada ao programa de Pós graduação em Educação Especial da UFRN o qual tem como objetivo discutir a relação entre formação docente e a barreira atitudinal nas aulas práticas de laboratórios.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Entendemos que as aulas práticas em laboratórios devem ter a participação plena dos estudantes com deficiência, assim como nos demais espaços no contexto universitário com o objetivo de assegurar acesso, permanência, participação e aprendizagem, como dispõe o artigo 28, da Lei Brasileira de Inclusão.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva, com base em autores como Bogdan e Biklen (1994), Gil (2008) e Nunes et al. (2015). O campo de investigação é a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Como participantes temos: dois docentes de laboratórios, quatro estudantes (dois com deficiência e dois sem deficiência) e dois técnicos de laboratório que participam das aulas práticas em dois laboratórios do curso de nutrição. Realizamos um levantamento bibliográfico acerca do objeto de estudo contemplando os principais marcos legais e autores relevantes para a pesquisa. Em seguida realizamos a observação das aulas práticas em laboratórios, bem como entrevista semiestruturada com os participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da observação do campo de pesquisa e das entrevistas, fizemos a transcrição literal das falas dos participantes. Em seguida, foi feita a análise dos dados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Dividimos nossos objetivos em categorias para que pudessem ser respondidos: recursos didáticos; formação docente; e inclusão de pessoas com deficiência no Ensino superior (em aulas práticas em laboratórios). Ato contínuo, fizemos a categorização das respostas das entrevistas: recursos didáticos, prática docente e formação docente. Neste artigo, apresentamos a análise parcial dos resultados obtidos referente à formação docente e a relação com a barreira atitudinal.

Uma das perguntas da entrevista semiestruturada era: “Sente necessidade de uma formação com temas relativos à inclusão de pessoas com deficiência ou outras necessidades específicas nas aulas práticas em laboratórios? Se sim, quais temas seriam mais importantes?” Em mais da metade das respostas, visualizamos a barreira atitudinal como sendo um assunto a ser abordado, como podemos ver a seguir:



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

(...) de antemão digo que deveria ser trabalhada a empatia dentro do laboratório, trabalhar as pessoas que atendem aos deficientes. (...) . Esses três pontos são cruciais pra mim, uma capacitação pra eles, uma formação pra eles porque vai auxiliar que eles tenham conhecimento de causa, pra que façam o trabalho com outros olhos, entendam mais o nosso dia a dia. (Rafaela, aluna com deficiência, 2023)

Saviani (1996) elucida que quem pretende ser educador precisa aprender, e, para tanto, precisa ser formado, contemplando, pois a necessidade de formação docente ao longo trajetória do professor. A barreira atitudinal é descrita na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) como: atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Sobre a barreira atitudinal Martins (2015) afirma que ela aparece sobre o pretexto de desconhecimento ou ausência de embasamento teórico-prático para a promoção do trabalho com o estudante com deficiência. Assim, da análise da fala dos participantes, bem como do levantamento bibliográfico realizado, percebemos a necessidade veemente de incluir a discussão sobre barreira atitudinal na proposta de formação docente a ser apresentada. Omote e Cabral (2022) sugerem que o conteúdo curricular a respeito da inclusão pode modificar as atitudes sociais em relação à inclusão. Os autores afirmam ainda que

Atribuir a barreiras físicas e metodológicas as dificuldades ou impedimentos para a provisão de ensino de qualidade a estudantes com deficiência pode impedir a identificação da maior das barreiras, aquela representada pelas crenças, sentimentos e atitudes em relação a pessoas com deficiência por parte daquelas pessoas que compõem o seu entorno. (Omote e Cabral, 2022, p. 118)

Destarte, percebemos que esta pesquisa tem permitido observar o crescimento das políticas de inclusão de pessoas com deficiência voltadas ao Ensino Superior no que concerne ao acesso e permanência, sobretudo no que concerne ao enfrentamento às barreiras atitudinais. Observamos, ainda, a necessidade de abordar o enfrentamento à barreira atitudinal na formação que proporemos (como objeto do mestrado profissional), pois embora não seja assunto específico sobre aulas práticas de laboratórios, precede as



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

demais barreiras. Além disso, visualizamos a necessidade de explorar a barreira atitudinal no contexto universitário não só com os professores, mas também entre estudantes e servidores técnicos.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência. Ensino superior. Inclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2009.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência). Brasília, 7 jul. 2015.

MARTINS, L. M. da S. M. **Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de alunos cegos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 139. 2016. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22407/1/LisieMarleneDaSilveiraMeloMartins_DISSERT.pdf Acesso em: 08 fev. 2021.

NUNES, Débora Regina de Paula; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula; ALCHIERI, João Carlos; SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. **Pesquisa educacional**. Natal: Edufrn, 2015. 274 p. Disponível em: [pesq_educ_WEB.pdf](#). Acesso em: 22 jan. 2023.

OMOTE, Sadao; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Atitudes em relação à inclusão no Ensino Superior. **Atitudes Sociais em Relação À Inclusão**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 117-124, nov. 2022. Disponível em:

<https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/sadao-omote/ylivro-v4-atitudes-sociais-em-relacao-a-inclusao.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SAVIANI, Demerval. **Os saberes implicados na formação do educador**. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). *Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade*. São Paulo: UNESP, 1996, p.39-50.

UFRN. **Resolução conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD**, de 10 de maio de 2022. Atualizar a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Natal, 2022.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICO-ESPACIAL NA UFPB (CTE E CTH) COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Anderson Guedes Dantas (UFPB - anderson.guedes@academico.ufpb.br)

Bruno Henrique Vitorino Maciel (UFPB - bruno.henrique@academico.ufpb.br)

Angelina Dias Leão Costa (UFPB - angelinadlcosta@yahoo.com.br)

Bruna Ramalho Sarmiento (UFPB - brs@academico.ufpb.br)

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, é comum as pessoas com algum tipo de deficiência enfrentarem obstáculos no seu dia-a-dia devido à ausência de acessibilidade arquitetônica em diversos locais, especialmente nos de uso público. Nesse sentido, torna-se essencial que os edifícios públicos sejam construídos ou adaptados conforme as diretrizes da NBR 9050/2020 (ABNT, 2020), a fim de proporcionar acessibilidade a todas as pessoas. Apesar da legislação, a Lei Nº10.098/2000 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto Nº5296/2004 (BRASIL, 2004), estabelece normas e critérios que visam garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência em vias e espaços públicos; contudo, ainda é comum a negligência em relação a essas questões, prejudicando continuamente essa população. No ambiente universitário essa realidade também tem se evidenciado, principalmente após a lei de cotas (Lei Nº 12.711/2012). Especificamente o nosso objeto de estudo, o Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem apresentado nos últimos anos um aumento no número de alunos e servidores com algum tipo de deficiência; no entanto, a estrutura de alguns edifícios na sede da universidade, principalmente os projetados antes da implementação das normativas, apresentam barreiras. Frente a esse contexto, e diante da matrícula de estudantes usuários de cadeira de rodas no Centro de Tecnologia (CT) da UFPB - um dos 13 centros de ensino do Campus I da Instituição - foi realizada uma avaliação em caráter emergencial, para subsidiar adaptações necessárias no ambiente físico de dois blocos de sala de aula da unidade, visando minimizar barreiras físicas. Nesse artigo apresenta-se a análise das condições físico-espaciais do CTE e CTH, além de seus acessos, situados no CT do Campus I da UFPB.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

2 METODOLOGIA

A metodologia seguiu Sarmiento, Costa, Barcellos (2022). A avaliação foi iniciada com visitas técnicas realizadas em junho/ 2023 pela equipe; que envolveram registros fotográficos, levantamentos arquitetônicos e observações diretas. Com os dados coletados, elaborou-se uma tabela síntese (problema identificado, imagem ilustrativa e sugestão de correção com base na consulta e aplicação da legislação), após identificadas as categorias: Deslocamento, Orientabilidade, Comunicação e Uso, permitindo a criação de um diagnóstico visual por bloco.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise, foram propostas sugestões de intervenções emergenciais a serem executadas no local, classificadas em 2 tipos: Ações de Manutenção e Ações de Adaptação, visando contribuir para a adequação parcial dos blocos CTH e CTE, bem como nos seus acessos. Para cada recomendação, é mencionado o item correspondente da NBR 9050/2020, que aborda o problema identificado, acompanhado por uma fotomontagem ilustrando a resolução da questão. No que diz respeito a Manutenção, as principais ações estão ligadas diretamente ao Deslocamento, visto que foram recomendações para a manutenção e adequação do piso de ambos os blocos. Já sobre Adaptação, as principais recomendações estão ligadas ao Uso, sendo elas direcionadas aos sanitários, já que o CTH necessita da construção de sanitários acessíveis no piso térreo; enquanto no CTE já existem, mas necessitam que sejam feitas adaptações para tornarem-se acessíveis. Outras recomendações são o nivelamento das soleiras das portas com o piso externo no CTH, adequação de layout no CTE e instalação de proteção contra quedas em áreas de circulação em ambos os blocos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório foi entregue à administração do CT e já foram implementadas algumas ações simples de melhoria da acessibilidade nas instalações, como a manutenção e adaptação do piso, tanto na passarela conectada ao CTH quanto nos corredores do bloco. Essa problemática despertou a atenção dos envolvidos diretamente: servidores



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

(professores) e estudantes, sensibilizando-os; e já proporcionou um melhor acolhimento aos alunos com deficiência ingressantes, embora nem tudo o que foi proposto tenha sido executado ainda.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de acessibilidade. Ambiente construído universitário. Barreiras físicas. Adequações físico-espaciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: <https://www.cairn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emen-da-1_-03-08-2020.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: agosto 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: agosto de 2023.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações**



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

de Uso Público. Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Disponível em:

<https://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual_acessibilidade_compactado.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

SARMENTO, COSTA, BARCELLOS. **Laudo técnico de acessibilidade espacial: proposição e aplicações na UFPB.** In: ENEAC, 2022, Santa Maria. Anais eletrônicos [...]

Santa Maria: Eneac, 2022. Disponível em:

<<https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/eneac2022/047.pdf>>. Acesso em: agosto de 2023.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

BILINGUISMO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: A UNIVERSIDADE COMO FONTE DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA UMA SALA DE AULA INCLUSIVA NO ENSINO BÁSICO

Amanda Torres Trajano (UFPB)

Tarcisio Andrade do Nascimento (UFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de promover a educação inclusiva, a Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002 foi regulamentada pelo Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005, tornando a disciplina de Libras obrigatória nos cursos superiores de licenciatura em todo o país. Nesse sentido, essa disciplina não deve se limitar apenas aos aspectos gramaticais da língua, mas sim ampliar o entendimento sobre a cultura surda e seus aspectos essenciais para a formação da identidade surda.

A simples inserção da disciplina nos Projetos Pedagógicos de Cursos das universidades não assegura uma interação efetiva entre alunos surdos, professores e alunos-ouvintes. Portanto, é necessário desenvolver estratégias que articulem o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com a Língua Portuguesa em sala de aula.

Refletir sobre o impacto positivo da adoção de práticas de interação e diálogo entre universidade e escola, utilizando a disciplina de Libras como fonte de materiais didáticos produzidos pelos alunos graduandos. Além disso, elencamos como objetivos específicos: estabelecer um contato mais contínuo entre o professor de Língua Portuguesa e a Língua de Sinais; garantir um processo de ensino-aprendizagem mais claro em língua portuguesa, possibilitando a interação direta entre professor, alunos surdos e alunos ouvintes; e expandir o conhecimento da cultura surda e da LIBRAS na sociedade, atenuando estigmas e preconceitos e promovendo o reconhecimento das diferenças.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

2 METODOLOGIA

Para este relato de experiência, os estudantes do curso Letras-Português da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Amanda Torres Trajano e Tarcisio Andrade do Nascimento, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), utilizaram como base a observação de aulas da turma do 1º ano do Ensino Médio e Técnico Integrado em Recursos Pesqueiros, no Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo. Como referencial teórico, este relato de experiência se baseou no trabalho de STROBEL (2008), o qual aborda as singularidades culturais dos surdos, e MANTOAN (2015), que trata das práticas inclusivas no âmbito escolar. Além disso, para o ensino de Língua Portuguesa, utilizou-se MARTELOTTA (2011) com uma abordagem funcionalista da língua.

3 RESULTADOS

O relato de experiência foi realizado pelos estudantes do curso Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Amanda Torres Trajano e Tarcisio Andrade do Nascimento, ambos participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), orientados pelos Coordenadores Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB) e Rosana Costa de Oliveira (UFPB), além do Professor/supervisor Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB). Os autores basearam-se em observações e discussões relacionadas às aulas de Língua Portuguesa, em uma turma do 1º ano do Ensino Médio e Técnico Integrado em Recursos Pesqueiros, no Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo. A turma conta com um total de 50 alunos, sendo um deles surdo. A pesquisa teve início em outubro de 2022, e está em andamento até o presente momento. O aluno surdo observado recebe apoio de profissionais intérpretes durante toda a aula regular, mas ainda enfrenta barreiras linguísticas que dificultam sua inclusão.

4 DISCUSSÃO

Com base nas observações realizadas, percebe-se que a manutenção da barreira linguística entre o aluno surdo, professor e os demais envolvidos no processo de avaliação-aprendizagem dificulta a promoção da inclusão no ambiente escolar. Essa dificuldade poderia ser amenizada com a implementação de uma rede de apoio, envolvendo



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

licenciandos, docentes de nível superior e professores da educação básica na produção de planos de aula e sequências didáticas que incorporem elementos linguísticos da LIBRAS e da Língua Portuguesa.

A busca por pontos de convergência e as particularidades entre as diferentes realidades linguísticas propicia uma educação bilíngue e significativa que não apenas ensina os alunos a utilizarem a língua em diferentes situações sociocomunicativas, mas também tornaria as salas de aula em espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas e críticas, onde crianças e jovens aprenderiam a ser pessoas (MANTOAN, p. 35, 2015). Assim, considerar uma abordagem bilíngue nas aulas de Língua Portuguesa se tornaria uma pedagogia mais atrativa e inclusiva, sendo de total importância estar presente no ensino básico brasileiro.

Como amparo teórico para essa prática, adotamos a corrente linguística funcionalista, a qual aponta que a linguagem é um instrumento de interação social e que aprendemos em contato com a língua em seu uso real, seja ele oral ou escrito. (MARTELOTTA, 2011, p.157). Partindo disso, visionando uma proficiência bilíngue para professores de português do ensino básico, e, sobretudo, um ensino inclusivo, é necessário que estes profissionais tenham um maior contato e incentivo para o aprendizado de Libras, este de total importância no processo de inserção de alunos surdos nos institutos educacionais.

Ainda sobre o funcionalismo, o meio que o indivíduo convive e o contato direto com a língua é um dos exponenciais para o seu amadurecimento linguístico, seja ele no ato de enunciação ou em manuscritos. Com isso, o auxílio de materiais didáticos para os professores do ensino básico - estes com o suporte de profissionais especializados e professores em formação (graduandos) - é de suma importância, dando, a princípio, suporte no aprendizado/contato com essa língua e, assim, inserindo-a em sala de aula no ensino do português. Com isso, adotando como metodologia uma sala de aula inclusiva e com acesso ao entendimento do conteúdo para todos os estudantes.

Propõe-se que as atividades relacionadas à disciplina de Libras sejam uma rica fonte de produção de materiais didáticos, visando utilizar conhecimentos relacionados ao ensino



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

inclusivo e à interação entre alunos surdos e professores ouvintes. Isso resultaria em uma formação mais qualificada para os docentes, promovendo uma sala de aula inclusiva e enriquecedora para todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Bilíngue; Ensino Inclusivo; Libras; Português; Sala de aula;

REFERÊNCIAS

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. **Funcionalismo**. IN: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de Linguística. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157-176.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. Summus Editorial, 2015.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

BRINQUEDOTECA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESPAÇO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS E EXPERIÊNCIA FORMATIVA PARA ESTUDANTES

Santuza Mônica de F. P. Fonseca (UFPB)

Andréia Mendes dos Santos (PUCRS)

1 INTRODUÇÃO

A Educação Superior tem importante papel na promoção de uma existência humana mais feliz e equilibrada em valores como respeito, igualdade, ética, solidariedade e no combate a toda forma de discriminação, com vistas a uma educação inclusiva e para a cidadania global. No entendimento acerca da Educação Superior, tomamos emprestado o pensamento de Freire (2000, p. 39) que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Ancorados em pressupostos filosóficos, políticos e éticos do autor mencionado, pode-se pensar em espaços inclusivos no interior de uma universidade. Um desses espaços em cursos de formação de professores é a Brinquedoteca universitária, onde o brincar desponta entre as crianças de forma espontânea e possibilita aos estudantes a observação das infâncias e suas interfaces com a ludicidade, com a cultura de pares, com a diferença, com as emoções etc. A concepção das Brinquedotecas como espaços lúdicos que propiciam o brincar infantil implantados em cursos de Pedagogia revela-se mais fortemente nos anos 2000, certamente como um reflexo da valorização do brincar no meio científico, o que motivou a criação de várias brinquedotecas em cursos de Pedagogia pelo país. Refletir sobre a potência de uma Brinquedoteca para a formação e experiência dos estudantes no Centro de Educação (CE), que se interessam pelas infâncias e encontram na Brinquedoteca um espaço de possibilidades, remete a conhecer mais sobre a Brinquedoteca e seu papel inclusivo para as crianças que ali chegam, com e sem deficiência, e sobre os estudantes que têm a oportunidade de, neste ambiente, relacionarem a teoria com a prática. A Brinquedoteca foi idealizada por um grupo de professores e técnicos que atuavam no Núcleo de Educação Especial-NEDESP e perceberam a necessidade de acolherem os filhos dos estudantes do turno noturno os quais não tinham com quem deixar as crianças e as levavam para as



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

salas de aula. O ano era 2003 e o NEDESP realizava atendimentos psicopedagógicos às crianças e adolescentes com e sem deficiência. Desse modo, nasceu a Brinquedoteca com um forte viés assistencialista, sobrevivendo de doações e com trabalho de poucos bolsistas dos projetos PROBEX e PROLICEN aprovados, além de estudantes voluntários de vários cursos da universidade. As crianças que frequentavam a Brinquedoteca do CE eram além dos filhos dos estudantes, filhos de funcionários e de professores da instituição. Entre 2003 a 2019, muitas crianças com deficiência passaram pela Brinquedoteca, principalmente crianças com síndrome de Down, crianças com transtorno do espectro autista, crianças surdas, crianças com transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, crianças com baixa visão, crianças com dificuldades de aprendizagem, entre outras. As dificuldades para a permanência da Brinquedoteca no CE foram inúmeras ao longo de 16 anos, das concepções políticas às práticas; contudo, a partir de 2019 a Brinquedoteca teve seu Regimento aprovado e sua estrutura física e filosófica ganhou novos contornos. Autores nacionais e internacionais têm trazido importantes discussões acerca do brincar e da relevância de um espaço lúdico para crianças e que funcionam como laboratório de aprendizagem para estudantes; como Cunha (2001)ⁱⁱ; Brougère (2004ⁱⁱⁱ; 2012^{iv}); Kishimoto (1998)^v; Santos; Veríssimo; Silva (2019)^{vi}; Corsaro (2002)^{vii}, entre outros. Partindo do interesse no estudo, delinea-se a questão problematizadora: “Quantas pesquisas foram realizadas de 2012 a 2023 em programas de pós graduação *stricto sensu* em universidades brasileiras sobre brinquedotecas universitárias?” Neste sentido, o objetivo geral será conhecer e analisar as produções científicas que discutem a Brinquedoteca como um equipamento relevante nos cursos de formação de professores para que se tenha uma ideia do que se vem produzindo, quais autores são estudados e as regiões brasileiras que mais tem produzido.

2 METODOLOGIA

Foi realizado o Estado do Conhecimento (Morosini, Fernandez, 2014^{viii}; Kohls-Santos, Morosini, 2021^{ix}), primeiramente em todos os campos, depois considerando o recorte temporal 2015 a 2023. Esse tipo de pesquisa qualitativa possibilita um mapeamento das pesquisas *stricto sensu* em universidades brasileiras sobre determinada área para se



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

compreender as lacunas investigativas. Os descritores utilizados foram: “brinquedoteca universitária”, “brinquedoteca AND universidade” e “brinquedoteca AND educação superior”.

3 RESULTADOS

Com o primeiro descritor foram encontrados 7 trabalhos (6 dissertações e 1 tese) e selecionados 5 dissertações dos anos de 2016, 2018, 2019, 2020 e 2023. Com o segundo descritor, encontraram-se 40 trabalhos (9 dissertações e 11 teses) e foram selecionados apenas 3 (2 dissertações dos anos de 2018 e 1 tese de 2022). Com o terceiro descritor, encontraram-se 7 trabalhos e foram selecionadas apenas 2 (dissertações) de 2018 e 2022. De todas as pesquisas realizadas, apenas **uma** tese correspondeu ao nosso objeto de pesquisa que é a Brinquedoteca universitária, num período de tempo equivalente a 9 anos, o que parece bastante significativo. Há também um pequeno número de dissertações, apenas 8 pesquisas. A região que mais produziu foi a região sudeste, UFES, UFU e UFSCar, campus Sorocaba. No nordeste, a única pesquisa sobre brinquedoteca universitária saiu como dissertação da UFRP e a região sul não gerou nenhuma pesquisa *stricto sensu* no período pesquisado. Percebeu-se que, no intervalo de tempo pesquisado, as produções a partir de 2016 tiveram um crescente no ano de 2019 até o presente, principalmente nos anos da pandemia da Covid 19. Ainda são poucas as produções sobre Brinquedotecas universitárias, mesmo que estes espaços existam em várias universidades públicas e privadas no Brasil.

4 DISCUSSÃO

Importante conhecer o que se discute sobre o campo das Brinquedotecas e sua relação com a experiência discente em universidades públicas. Podem-se discutir as contribuições do estudo e discorrer sobre a potência de uma Brinquedoteca para a inclusão de crianças sem e com deficiência como para a experiência de todos os estudantes, matriculados nos cursos de Pedagogia, Psicopedagogia e outras licenciaturas que venham a atuar com crianças e com adolescentes na educação básica. Pensar em Educação Superior na contemporaneidade implica compreender as novas relações sociais, o que impõe um olhar



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

especializado para os direitos humanos e para a educação inclusiva na formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Experiência discente. Formação de professores.

REFERÊNCIAS

- ⁱFREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ⁱⁱCUNHA, N. H. S. **Brinquedoteca**: um mergulho no brincar. 3. ed. São Paulo: Vetor, 2001. ⁱⁱⁱBROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ^{iv}BROUGÈRE, G. Vida cotidiana e aprendizagem. *In*: BROUGÈRE, G.; ULMANN, A.L. (Orgs.). **Aprender pela vida cotidiana**. Campinas: Autores associados, 2012. p. 11-24.
- ^vKISHIMOTO, T. M. Diferentes tipos de brinquedotecas. *In*: FRIEDMANN, Adriana *et al.* **O direito de brincar**: a brinquedoteca. 4. ed. São Paulo: Edições Sociais: Ed. Scritta: Abrinq, 1998. p. 53-66.
- ^{vi}SANTOS, A. M. dos; VERÍSSIMO, A. C. B.; SILVA, R. S. da. A Brinquedoteca como possibilidade de *Engagement* na Educação Superior. *In*: **Anais** do X Congresso Ibero – americano de Docência Universitária: o envolvimento estudantil na Educação Superior, 2019, Brasil.
- ^{vii}CORSARO, W. A. A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças. *In*: **Educação, Sociedade & Culturas**, 2002, n. 17, p.113-134.
- ^{viii}MOROSINI, M. C. & FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *In*: **Revista Educação Por Escrito**, 2014, 154-164. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 05 ago., 2023.
- ^{ix}MOROSINI, M. C.; KOHLS-SANTOS P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: DEZ ANOS DE AÇÕES DA SUBSEDE EM AREIA

Melissa Victoria Xavier de Sousa Lima (UFPB)

Ana Cristina Silva Daxenberger (UFPB)

Nielson Firmino de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, as ações afirmativas para a inclusão social, escolar e universitária têm se ampliado significativamente, considerando os princípios legais nacionais e internacionais, os quais o Brasil é signatário. A Universidade Federal da Paraíba, assumindo sua responsabilidade social, tem desde 2013, implantado a Política de Inclusão e Acessibilidade da universidade, favorecendo e ampliando o ingresso, a atuação e melhoria das condições de exercício da cidadania das pessoas com deficiência (PcD) e pessoas com necessidades educacionais especiais (N.E.E) no âmbito universitário isso ocorreu com a criação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade por (CIA) meio da portaria do Conselho Superior (CONSUNI), nº 34 de 2013. Anteriormente, as ações eram, mas já aconteciam nos diferentes *campi* universitários. Uma destas experiências foi precursora da criação do Programa Estudante Apoiador (PAED), no campus 2, em Areia, por meio de um projeto piloto que atendia um universitário com baixa visão, no curso de Ciências Biológicas. Para melhor atendê-lo, um estudante denominado de apoiador recebia bolsa, orientações e acompanhamento para auxiliar o aluno com deficiência visual. Desde então, as ações na subsede Areia foram se ampliando e se consolidando. Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas ações da subsede do CIA, destacando dados quantitativos e qualitativos sobre os atendimentos feitos no PAED.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa documental, de cunho qualitativo; utilizando-se de fontes primárias e secundárias como documentos oficiais da UFPB e relatórios da subsede, encontrados no acervo da subsede, além de dados públicos na página do CIA/UFPB. Destaca-se que os dados foram analisados à luz dos preceitos legais e teóricos que tratam sobre a inclusão



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

de PcD, como por exemplo a Constituição Federal (1998ⁱ), Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, Lei Brasileira de Inclusão e Acessibilidade (LBI, 2015ⁱⁱ), além dos documentos internos da UFPB: Resoluções 15/2016ⁱⁱⁱ, 29/2020^{iv} e 37/2021^v do CONSEPE, e as Resoluções 34/2013^{vi} do CONSUNI.

3 RESULTADOS

Desde a criação do CIA, os diferentes campi desenvolvem ações que facilitam a vivência acadêmica, assim buscando melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes apoiados. Para ser apoiado, bastava o estudante buscar o seu registro junto a subsede. Em Areia, o acolhimento era feito pela docente responsável pela subsede, a qual faz até hoje a escuta pedagógica, identifica as demandas oriundas das N.E.E. e faz encaminhamentos às coordenações de cursos e aos professores para que estes possam adequar sua prática pedagógica e quando necessário adaptações curriculares. Desde 2013, registra-se os seguintes números de alunos com N.E.E no campus: 04 estudantes em 2013, 12 em 2014 e 2015, 16 em 2016; 07 em 2017; 10 em 2018; 13 em 2019; 17 em 2020, 11 em 2021, 18 em 2022. Para cada aluno, em função das demandas, a docente responsável pela subsede emite uma declaração de registro e orientações pedagógicas às coordenações de cursos e aos professores. Destaca-se a indicação do estudante apoiador ou não em virtude da aceitação do estudante PcD ou com N.E.E. Outras atividades desenvolvidas pela Subsede Areia do CIA foram: Formação docente, reuniões departamentais com professores e chefes de setores, organização de eventos de valorização da PcD, com a organização e oferecimento de oficinas como Jogos Inclusivos, Libras, Avaliação de Acessibilidade; produção de relatórios arquitetônicos e pedagógicos, além de revisão de materiais pedagógicos ou comunicacionais; tradução e interpretação de aulas, eventos, palestras, materiais didáticos e teóricos para aulas presenciais, com atividades síncronas e assíncronas por meio do seu setor de tradução e interpretação; palestras para a comunidade interna e externa com a presença de professores das redes municipal e estadual, além da parceria com a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), com o desenvolvimento do projeto de Extensão Equoterapia, no qual estudantes assistidos podiam ser contemplados com sessões para melhoria e controle do quadro de ansiedade,



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

por exemplo.

4 DISCUSSÃO

A análise dos dados revela que a subseção vem realizando uma série de ações para eliminar barreiras no ambiente universitário e na sociedade, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Ao longo de uma década de atuação, identificamos diversas iniciativas no Campus II, beneficiando tanto estudantes assistidos quanto apoiadores. Houve um notável aumento no número de beneficiados, juntamente com uma maior aceitação das atividades do CIA na comunidade acadêmica. Embora ainda haja desafios a enfrentar, as ações até o momento indicam que o CIA está se consolidando como um órgão fundamental para melhorar os serviços voltados para Pessoas com Deficiência (PcD) ou com Necessidades Educacionais Especiais (N.E.E.). Esse compromisso demonstra um esforço contínuo para promover a inclusão e igualdade no contexto acadêmico, refletindo positivamente na superação de barreiras de várias naturezas, incluindo as arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão universitária. Política Educacional. Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ⁱ BRASIL. **Constituição Federal**. Senado Federal: Brasília, 1988.

ⁱⁱ BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Senado Federal: Brasília, 2015.

ⁱⁱⁱ UFPB. **Resolução 15** do CONSEPE, que regulamenta os cursos de graduação da UFPB. João Pessoa: UFPB, 2016.

^{iv} UFPB. **Resolução 29** do CONSEPE, que regulamenta os cursos de graduação da UFPB e revoga a Resolução 15/2020 do CONSEPE. João Pessoa: UFPB, 2020.

^v UFPB. **Resolução 37** do CONSEPE, que altera a resolução 29/2020, no capítulo sobre estudantes com deficiência. João Pessoa: UFPB, 2021.

^{vi} UFPB. **Resolução 34** do CONSUNI, que institui a Política de Inclusão e Acessibilidade e cria o Comitê de Inclusão e acessibilidade, João Pessoa: UFPB, 2013.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

CONHECENDO ESTRATÉGIAS DE CUIDADO DIRECIONADAS AOS CUIDADORES DE PESSOAS COM TEA EM JOÃO PESSOA

Luanna Cybelle Soares Maia Duarte (Universidade Federal da Paraíba)

Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares (Universidade Federal da Paraíba)

Ruth Maria Mendonça Anacleto (Universidade Federal da Paraíba)

Daniella de Souza Barbosa (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por alterações no processo de neurodesenvolvimento, manifestado em déficits na interação social e comprometimento na comunicação, destaca-se não apenas como condição registrada no Código Internacional das Doenças (CID), mas também abrange a dimensão psicossocial, familiar e inclusiva^{4,5}. Nesse sentido, observa-se atualmente cuidadores e profissionais da saúde envolvidos no tratamento multidisciplinar lutando cada vez pela inclusão das pessoas com TEA na sociedade. A influência do contexto familiar, que incluem fatores socioeconômicos, a saúde biopsicossocial das pessoas com TEA e de seus cuidadores, é algo pontual e muitas vezes desconsiderado no processo de cuidado. Diversos estudos evidenciam que o diagnóstico está associado a uma elevada carga de sofrimento psicológico e emocional para os pais, impactando negativamente o processo saúde-doença inserido na dinâmica familiar e influenciando na qualidade de vida dessa população. Níveis mais altos de estresse parental se relacionam a uma intervenção com menor resolutividade às crianças com TEA. Dessa forma, o presente trabalho se justifica pela necessidade de direcionar o olhar aos cuidadores e suas demandas psicossociais. Busca-se avaliar a saúde mental dessa população e promover intervenção baseada na medicina integrativa e complementar, através da técnica de mindfulness, com objetivo de verificar a interferência dessa prática na redução dos níveis de estresse parental.

2 METODOLOGIA

O presente projeto, inserido na subárea da saúde mental, visa avaliar os efeitos do uso de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

intervenção Mindfulness sobre os níveis de estresse e de ansiedade parental de cuidadores das pessoas com TEA atendidos na Associação Pestalozzi da Paraíba. Trata-se de um estudo intervencionista, analítico, prospectivo, de natureza quantitativa, com uma amostra por conveniência de 20 cuidadores de pessoas com TEA que possuem vínculo na Associação Pestalozzi. Os dados serão coletados no primeiro semestre de 2024. Os níveis de estresse parental serão avaliados com a Escala de Estresse Percebido (ESP-10), enquanto, Para avaliar o nível de Mindfulness, será aplicada a Escala de Atenção e Consciência Plena (MAAS). A análise estatística será feita com a utilização de computadores e analisados em programas estatísticos adequados, como o JAMOVI ou o Software R. Para verificar a normalidade da distribuição, será utilizado o teste Shapiro-Wilk. Se a distribuição for definida como normal, serão utilizados os testes t de student e o one way ANOVA ou qui-quadrado.

3 RESULTADOS

O presente projeto ainda está em andamento, não possuindo análise de dados até o momento. Espera-se que o resultado seja semelhante aos encontrados na literatura, avaliando parâmetros de saúde mental, de modo a verificar se existiu diferença estatisticamente relevante entre os níveis de estresse e esgotamento mental antes e após a intervenção baseada em Mindfulness.

4 DISCUSSÃO

Até o momento, foram encontrados poucos estudos que tenham abordado de forma específica essa população. Em estudos que tiveram enfoque em Redução do Estresse Baseada em Mindfulness direcionada aos pais de crianças diagnosticadas com TEA, obteve-se resultados benéficos com a intervenção, com diferença estatisticamente relevante nos subdomínios: estresse parental, sintomas depressivos e sintomas de ansiedade⁶. Além disso, ensaios clínicos randomizados analisados no contexto ocupacional e com cuidadores de indivíduos portadores de demência, chegaram a resultados semelhantes, verificando níveis mais baixos de depressão e maior gerenciamento de estresse nos cuidadores, bem como benefícios ao bem-estar



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

psicológicos, diminuição do índice de burnout e na redução na escala de autopercepção de estresse^{1-3,7}. Nesse sentido, a intervenção se associou a um benefício global de qualidade de vida, promovendo efeitos positivos em saúde física, mental e desempenho ocupacional. O presente estudo busca se diferenciar dos demais pelo enfoque nos cuidadores de crianças com TEA e espera-se que os resultados encontrados, quanto à eficácia da intervenção aplicada, sejam semelhantes aos encontrados em literatura para outras populações.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade. Saúde Mental. Esgotamento Psicológico. Saúde da Pessoa com Deficiência.

REFERÊNCIAS

¹FAZIA, T. et al. Treinamento de meditação mindfulness em um ambiente ocupacional: Efeitos de uma intervenção baseada em mindfulness de 12 semanas no bem-estar. Trabalho , v. 70, n. 4, pág. 1089-1099, 2021.

²LENSEN, JH e cols. Intervenção de redução de estresse baseada em mindfulness para professores do ensino fundamental: um estudo de método misto. Provações , v. 22, n. 1, pág. 1-10, 2021.

³PÉREZ, V. et al. Mindfulness-based intervention for the reduction of compassion fatigue and burnout in nurse caregivers of institutionalized older persons with dementia: a randomized controlled trial. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 19, n. 18, p. 11441, 2022.

⁴SCHWARTZMAN, J. S. Autismo Infantil. São Paulo: Memnom, 2003.

⁵SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), São Paulo, 1 edição, 2013. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil_profissional-da-saude/homepage/protocolo_tea_sp_2014.pdf. ⁶WEITLAUF, A. S. et al. Redução do estresse baseada em mindfulness para pais implementando intervenção precoce para autismo: um RCT. Pediatria , v. 145, n. Suplemento_1, pág. S81-S92, 2020

⁷WHITEBIRD, R. R. et al. Mindfulness-based stress reduction for family caregivers: a randomized controlled trial. The Gerontologist, v. 53, n. 4, p. 676-686, 2013.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Cleiciane Alves Farias (Universidade Federal da Paraíba)

Anselmo Clemente (Universidade Federal da Paraíba)

Henrique Jorge Simões Bezerra (Universidade Federal da Paraíba)

Jéssica Anabelle Silva (Universidade Federal da Paraíba)

Katia Emanuelle Barros Cavalcanti (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência (MUSSI et al., 2021) objetiva estabelecer um diálogo acerca das vivências, pressupostos teóricos e intervenções planejadas no estágio curricular supervisionado em Psicologia realizado no Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba. Busca contribuir com a permanência dos discentes com deficiência, com necessidades educacionais específicas e/ou em sofrimento psíquico. As principais perspectivas que fundamentam esta prática são embasadas no Modelo Social da Deficiência (DINIZ, 2017), na Psicologia Sócio-Histórica (MOLON, 2017) e na saúde mental sob a ótica da reforma psiquiátrica (DE MESQUITA, 2010). Sendo assim, a atuação neste estágio está voltada principalmente às áreas da Psicologia Escolar Educacional, na perspectiva da educação inclusiva (BEZERRA & CORREIA, 2020), e da Psicologia Clínica, na perspectiva da clínica ampliada (ESTELLITA-LINS et al., 2009).

2 METODOLOGIA

A principal finalidade desse estágio é atuar junto da profissional de psicologia desse campo para promover aperfeiçoamentos no funcionamento dos serviços oferecidos pela instituição. Esse estágio supervisionado ocorre no Campus I da UFPB, teve início em fevereiro de 2023 e está vigente até o presente momento. O seguimento da atuação se deu a partir da contribuição de duas estagiárias orientadas por dois supervisores de estágio e uma supervisora de campo (que também é a psicóloga do CIA). As atividades foram:



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

reuniões de supervisão para discutir os desafios e as possibilidades; estudos teóricos para nortear a atuação; mapeamento institucional para compreender o funcionamento da instituição; análise documental para conhecer os documentos que fundamentam as práticas institucionais; visitas e entrevistas aos serviços parceiros para conhecer a rede de apoio; diários de campo, escuta ativa e observação participante para o levantamento das queixas. Além dessas, ocorreram colaborações referentes às demandas do campo de estágio: reuniões da equipe para o alinhamento de informações; entrevistas com os discentes para o levantamento das necessidades; estudos de caso com a equipe multidisciplinar para a discussão das possibilidades de assistência ao discente; elaboração de parecer técnico profissional com orientações aos docentes e às coordenações, encaminhamentos dos discentes aos serviços parceiros e acompanhamento destes encaminhamentos.

3 RESULTADOS

A partir da execução das atividades citadas, principalmente do Mapeamento Institucional (MARINHO-ARAUJO, 2016), buscou-se realizar um “diagnóstico institucional” no CIA visando localizar possibilidades e limitações de funcionamento. Dessa maneira, a atuação ocorreu em um processo contínuo de levantamentos das informações e reflexões críticas acerca dos aspectos da instituição. Isso se deu por meio da análise das conjunturas em que a instituição está inserida, da análise dos documentos que constituem a atuação do serviço e das observações e participações em atividades relacionadas à instituição. Ao longo desse processo, foi possível observar o comprometimento da instituição em garantir que os direitos instituídos pela Política de Inclusão da UFPB sejam assegurados e, assim, que o público-alvo tenha acesso e permanência ao ambiente acadêmico. Há também outros aspectos que contribuem de maneira positiva para o funcionamento da instituição, como o engajamento das equipes de coordenação e administrativa; a atuação da equipe multiprofissional composta pelas áreas da Psicologia e da Terapia Ocupacional; e o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAED). No entanto, há alguns pontos que podem ser aprimorados a partir das contribuições da Psicologia, tais como o funcionamento da rede de apoio, a atuação dos alunos apoiadores e o instrumento avaliativo utilizado pela equipe de Psicologia. Esses pontos foram levantados e discutidos



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ao longo da atuação no estágio, pois foram observadas as necessidades de haver um diálogo entre os serviços parceiros do CIA; de qualificar a atuação dos alunos apoiadores e de direcionar a entrevista psicológica às necessidades educacionais dos discentes.

4 DISCUSSÃO

A fim de contribuir para o desenvolvimento da instituição, os pontos citados foram considerados para a elaboração do plano de intervenção do estágio. Este plano está em andamento e contém três principais propostas: 1. contribuir com o fortalecimento da comunicação entre os serviços parceiros para facilitar o funcionamento em rede; 2. atuar na formação continuada dos alunos apoiadores oferecendo capacitação e suporte; 3. aprimorar o instrumento psicológico existente responsável pela entrada dos discentes no serviço e criar um instrumento psicológico voltado ao acompanhamento das necessidades dos discentes assistidos. Levando em consideração os aspectos teóricos que norteiam a atuação desse estágio, essas propostas de intervenção foram estabelecidas: 1. partindo dos princípios do SUS, é importante que haja a integração entre os serviços, ou seja, uma comunicação bilateral, para que funcione em rede; 2. foi considerado que a atuação dos alunos apoiadores, fortalecida por uma formação continuada, pode proporcionar autonomia e participação social plena dos estudantes apoiados; 3. é necessário que haja, além de um instrumento abrangente para realizar o levantamento das informações gerais sobre necessidades dos discentes, é preciso que haja também um instrumento voltado ao acompanhamento dos avanços desses discentes ao longo do período que recebe a assistência do CIA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne à assistência aos discentes da UFPB com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade é uma referência. Isso porque, ao longo dos últimos dez anos tem realizado exemplarmente a função de garantir a permanência desse público-alvo. O empenho para que a Política de Inclusão da UFPB seja assegurada é coletivo e conta com a participação dos diversos serviços voltados a essas temáticas. A Psicologia juntou-se a essa colaboração recentemente mas, como foi



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

abordado ao longo deste relato de experiência, muitas são as possibilidades de contribuições. O estágio curricular supervisionado nessa área foi uma porta que se abriu para que essa atuação fosse ampliada e, assim, ao colocar em prática as intervenções propostas, poderá contribuir com a garantia da participação social plena desses estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Colaboração. Participação Social. Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, H. J. S. et al. **Psicologia escolar e educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos**. Práticas exitosas em psicologia escolar crítica, p. 107-124, 2020.

DE MESQUITA, José Ferreira; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. **A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasiliense. 2017.

ESTELLITA-LINS, Carlos; OLIVEIRA, Verônica Miranda; COUTINHO, Maria Fernanda. **Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 195-204, 2009.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 33, p. 199-211, 2016.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Revista práxis educacional, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES A PARTIR DAS INTERVENÇÕES DE TERAPIA OCUPACIONAL DO PROJETO CRIATIVA

Carolina Couto da Mata (UFPB)

Bianca Vanessa Delfino Brito (UFPB)

Laís Nascimento Ferreira (UFPB)

Raquel da Silva Alves do Nascimento (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser socialmente reconhecido como uma conquista, o ingresso na universidade pode trazer desafios relacionados às exigências pedagógicas do ensino superior, algumas vezes associados ao desencadeamento de sofrimento mental. Ansiedade, desânimo, alterações no sono, solidão, desamparo, ideia de morte e pensamentos suicidas foram dificuldades emocionais encontradas entre os universitários (FONAPRACE, 2016). Sensibilizar a comunidade acadêmica acerca das necessidades de saúde dessa população e auxiliar os estudantes no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento desses problemas motivou a organização das ações de extensão do Projeto Criativa. Em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba, o Criativa tem atuado na promoção da saúde mental, na formação de estudantes e profissionais nessa temática e na assistência aos universitários em sofrimento mental. Este trabalho apresenta e analisa as estratégias de cuidado adotadas, destacando possíveis direções para intervenções futuras.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a assistência em Terapia Ocupacional, oferecida por estudantes sob a supervisão de uma docente, na Clínica-escola do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba. Universitários em sofrimento mental procuram o CIA, buscando apoio para suas necessidades educacionais especiais e podem ser encaminhados ao Criativa, para uma avaliação presencial de suas demandas de saúde mental. Alunos que não estudam na capital do estado, podem ser avaliados por



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

teleatendimento.

3 RESULTADOS

Os estudantes são avaliados quanto às repercussões do seu sofrimento mental em suas atividades cotidianas, especificamente na manutenção do autocuidado, na gestão da saúde, na qualidade do sono, nas relações interpessoais, no desempenho acadêmico e laboral, nas atividades de lazer e descanso e na conexão que mantém com sua rede de apoio. Um planejamento do cuidado é definido a partir dessa avaliação, que pode incluir atendimentos semanais ou quinzenais de terapia ocupacional, encaminhamentos para a rede de cuidado formada por outros projetos de extensão, para os serviços de saúde para estudantes da UFPB ou para as redes de saúde do município onde residem. Em alguns casos, serviços das políticas de assistência social e da cultura são incluídos nas propostas de cuidado. Esses encaminhamentos são monitorados quanto à adesão do estudante aos serviços. Em supervisões semanais, os planos de cuidados e as intervenções realizadas são discutidas pela equipe responsável pelos atendimentos. Estudantes impossibilitados de comparecer presencialmente, por residirem e estudarem no interior do estado, podem ser acompanhados em teleatendimento. Entre 2021 e 2023, o projeto recebeu 55 encaminhamentos de universitários e, entre 2022 e 2023, foram 8383 atendimentos, entre intervenções presenciais e de telemonitoramento.

As ações do Criativa ampliaram e fortaleceram a parceria CIA-Criativa para assistência em saúde mental com a disponibilização de um estagiário bolsista de Terapia Ocupacional, consolidando a tríade ensino-pesquisa-extensão.

4 DISCUSSÃO

A atuação na assistência tem possibilitado identificar, avaliar e acolher as necessidades de saúde mental, intervir diante das situações apresentadas por eles, apoiando e orientando os universitários em sofrimento. Contudo, ainda há muito o que se avançar na articulação de redes colaborativas de promoção, prevenção e de cuidado direcionadas à saúde mental. Projetos de apoio e cuidado já existentes precisam ser articulados e integrados. Fluxos entre as ações internas da instituição e as já realizadas pelos serviços externos do SUS e por outros setores envolvendo as demais políticas públicas que dialogam com as



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

necessidades de saúde mental precisam ser estabelecidos. Essa articulação, além de potencializar a oferta e o acesso ao cuidado, compartilharia com outros agentes públicos a responsabilidade por uma assistência a essa população, que considerasse suas especificidades. É preciso sistematizar institucionalmente uma política que avalie e monitore continuamente as necessidades de saúde mental da comunidade acadêmica e que sejam disponibilizadas infraestrutura física, de recursos humanos e financeiros por parte da UFPB para esse fim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de assistência do Criativa têm contribuído positivamente no cuidado à saúde mental dos universitários, assim como tem favorecido a construção de conhecimentos da população acadêmica e externa sobre esta temática e sobre o manejo de atendimentos em saúde mental. É válido ressaltar a sua importância no desenvolvimento do raciocínio profissional dos extensionistas, que têm a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos relacionando a teoria e a prática no decorrer do planejamento das ações e de cada atendimento realizado. Ademais, a avaliação e identificação de necessidades de saúde mental dos estudantes da UFPB estimulam o fortalecimento e a ampliação de uma rede de promoção e cuidado em saúde mental para a comunidade acadêmica. Trazem, ainda, subsídios para futuras discussões sobre uma política de saúde mental da universidade, considerada fundamental para que os universitários alcancem, com qualidade de vida e dignidade, a formação profissional e cidadã que a universidade pública se propõe a oferecer e que a sociedade espera e necessita.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à Saúde Mental; Serviços de Saúde Para Estudantes; Promoção de Saúde.

REFERÊNCIAS

FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Andifes, 2016. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 18/08/2023.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

DEVOLUTIVA DE ATIVIDADES COMO UM PROCESSO INCLUSIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO BOLSISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PIBID

Ana Paula Taigy do Amaral (UFPB)

Savina Maria Paulo Ferreira (UFPB)

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

As práticas avaliativas cumprem um papel importante na práxis docente, cujo objetivo dever-se-ia ter como fim acompanhar, de forma mais individualizada possível, o processo de aprendizagem de cada estudante. Não obstante, as realidades impostas pelas dificuldades do dia a dia escolar tornam esta atividade quase hercúlea. Dessa maneira, em um esforço de se aproximar deste ideal, o presente relato de experiência propõe a realização de atividades em sala de aula e a devolutiva individual de aprendizagem (*feedback*), como ferramenta e subsídio para o trabalho docente, permitindo o mapeamento do processo de aprendizagem. A finalidade deste relato é o de refletir sobre a importância do acompanhamento individualizado de aprendizagem e entendê-lo como um processo de inclusão. Além disso, esta prática fornece subsídios (avaliativos e progressivos) ao docente, sem os quais torna-se árduo a promoção de um ensino de qualidade, impossibilitando a identificação dos alunos com dificuldades de escrita e de leitura, assim como, impede também o seu reconhecimento como sujeitos de direito a um ensino de qualidade e de posicioná-los como centro do processo de ensino-aprendizagem (BNCC, 2018). O objetivo principal deste processo é o de mapear e identificar algumas deficiências na leitura – interpretação e compreensão de textos -, e na escrita dos estudantes.

2 METODOLOGIA

A experiência ocorreu com a disciplina de língua portuguesa, em uma turma de 1º ano do Ensino Médio Técnico Integrado de Recursos Pesqueiros do Instituto Federal da Paraíba



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

– *Campus Cabedelo* (IFPB), cujo número de estudantes (participantes da atividade) foi registrado 33 (trinta e três) alunos. Ademais, a experiência regida e planejada por duas graduandas do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB – *campus I*), bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), e acompanhada pelo professor doutor supervisor de estágio e pelo professor doutor coordenador do programa. Desta maneira, partindo de uma adaptação da proposta de letramento literário e dos círculos de leitura descritos por Cosson (2018), realizou-se, durante a regência de três aulas (em sequência), a leitura do conto *Famigerado*, de João Guimarães Rosa (2001). Na unidade anterior (1º bimestre), os estudantes haviam sido apresentados ao autor e suas principais obras. De forma que, para esta sequência, optou-se por adaptar a sequência didática básica de Rildo Cosson (2018), resumindo-a em três etapas: **motivação** (apresentação da temática e do léxico roseano, discussão sobre o título do livro e do conto, enumerando hipóteses acerca da significação do termo - *Famigerado*.), **leitura guiada** do conto e **interpretação** individual (por meio da aplicação de um questionário com quatro perguntas subjetivas). Esta última etapa consistia em responder quatro questões abertas sobre o texto, das quais duas exigiam apenas a localização e o resgate de informações explícitas no texto; uma solicitava a interpretação de elementos contidos nas entrelinhas da estória; e a última pedia um posicionamento crítico-opinativo do estudante. Por último, vale mencionar que, para o desenvolvimento desta atividade, optou-se por uma perspectiva indutiva, seguindo uma abordagem de ordem qualitativa e com fundamentação teórica em Antunes (2009), Bajour (2012), Giroto e Souza (2010), dentre outros autores vinculados à leitura, letramento literário e ensino.

3 RESULTADOS

Os resultados permitiram identificar três conjuntos situacionais: a) o grupo de alunos com desempenho satisfatório a bom, os quais, apesar de apresentarem algumas dificuldades nas questões interpretativas, conseguiram responder as duas questões que exigiam a localização de informações explícitas no texto, mas apresentaram dificuldades de interpretação e de leitura das entrelinhas e/ou não souberam construir argumentos em defesa de um ponto de vista; b) desempenho insatisfatório, pois não conseguiram



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

responder ou resolveram em parte as perguntas que exigiam localização de informações no texto; c) o conjunto de alunos que apresentam um grau acentuado de dificuldade, indicando a necessidade de uma avaliação especializada ou uma proposta de acompanhamento avaliativo adaptada.

4 DISCUSSÃO

O processo de devolutiva da aprendizagem (*feedback*) e o planejamento de futuras ações corretivas e/ou adaptativas ainda estão em curso. Contudo, o intuito desta proposta inicial foi interromper um ciclo de exclusão dos mais vulneráveis, isto é, daqueles que apresentam uma defasagem maior de base de leitura e de interpretação de textos, ou os que possuem alguma dificuldade de ordem cognitiva, a fim de que, a partir deste exercício diagnóstico, o docente titular da disciplina possa planejar estratégias de leitura de forma mais pontuada e individualizada, para ajudar - aqueles com mais dificuldades - a compreender o que leem.

PALAVRAS-CHAVE: Defasagem de leitura. Interpretação e compreensão de textos. Educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAJOUR, C. **Ouvir nas entrelinhas: O valor da escuta nas práticas de leitura**. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

COSSON, R. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2018.

GIROTTI, C. G. G. Simões; SOUZA, R. Junqueira de. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. *In: SOUZA, R. J. de et al. (Org.). Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 45-109.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR NA PRÁTICA DOCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Savina Maria Paulo Ferreira (UFPB)

Ana Paula Taigy do Amaral (UFPB)

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, entretanto, conseguir uma aprendizagem efetiva por parte dos alunos configura-se como um desafio para o docente, visto que cada um apresenta singularidades e dificuldades, principalmente no âmbito social, pois, muitos estudantes pertencentes a classes sociais inferiorizadas apresentam defasagem na aprendizagem, por não terem tido uma educação de qualidade. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) possui um nível de ensino de alta qualidade e, geralmente, muitos alunos que vêm do ensino fundamental, provenientes de escolas públicas, não têm bom preparo para acompanhar o desenvolvimento das aulas. O presente trabalho justifica-se pela necessidade de incluir os discentes com dificuldades na aprendizagem, mas especificamente no tocante ao ensino de Língua Portuguesa, por intermédio da proposta do letramento literário e dos círculos de leitura descritos por COSSON (2018), que objetiva identificar e avaliar as dificuldades na escrita, interpretação e produção textual desenvolvida pelos alunos do 1º ano do ensino médio do Instituto Federal da Paraíba – *Campus Cabedelo* e desenvolver caminhos para incluir aqueles provenientes de escolas menos favorecidas socialmente e que possuem defasagem no aprendizado.

2 METODOLOGIA

O método proposto por Cosson consiste em uma proposta de organização e funcionamento de círculos de leitura como forma de promover o letramento literário, o qual faz parte de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

sequências didáticas que podem ser básicas ou expandidas. Em consonância a essa proposta, utilizamos, em nossa pesquisa, a sequência básica, que possui quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação. Optamos por um relato de experiência, fruto de um estudo de caso do viés indutivo e abordagem qualitativa, resultante de um círculo de leitura desenvolvido, cujo tema foi “Utilizando a literatura para aprender sobre variação linguística e preconceito linguístico”, com ênfase no gênero textual crônica. Fundamentamos nosso estudo com ANTUNES (2009), FILHO (2012), COSSON (2018), FREIRE (2019), dentre outros autores da área da leitura, letramento e do ensino.

3 RESULTADOS

Com nossa pesquisa, observamos que a maior dificuldade existente entre os alunos foi a interpretação, produção da atividade proposta e também na escrita com vários desvios gramaticais. Nesse sentido, ao avaliar tais dificuldades, organizamos uma aula para tratar dos assuntos os quais eles tiveram impasses, e, assim, foi proposto que o docente trabalhasse mais a questão interpretativa, analisando as dificuldades ortográficas recorrentes e, posteriormente, desenvolvendo o trabalho de revisão desses conteúdos, incluindo, assim, aqueles que, devido a condições sociais, não puderam desenvolver corretamente seus conhecimentos.

4 DISCUSSÃO

Importante também apontar que, ao corrigir as atividades, o professor entregou um *feedback* aos alunos para que eles pudessem ter conhecimento sobre o rendimento de trabalhos. Vale ressaltar que, pensar em uma educação inclusiva, vai além de incluir apenas pessoas com deficiência, pois ela deve abranger os mais variados níveis para ser efetiva, e, ao pensar nos menos favorecidos, com o fim de praticar a inclusão social. Portanto, conclui-se que é dever do professor, como profissional da educação, promover essa inclusão e buscar formas para atender a todos os seus alunos, partindo do princípio de que educação de qualidade não é um privilégio, mas sim, um direito previsto na Constituição Federal de 1988.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PALAVRAS-CHAVE: Defasagem na aprendizagem. Letramento literário. Educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

COSSON, R. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2018.

FILHO, J. N. G. **Literatura juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

EDUCAÇÃO, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO NA VIVÊNCIA DO ALUNO APOIADOR: DISCUSSÕES A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jéssica Anabelle Silva (Universidade Federal da Paraíba)

Cleiciane Alves Farias (Universidade Federal da Paraíba)

Anselmo Clemente (Universidade Federal da Paraíba)

Henrique Jorge Simões Bezerra (Universidade Federal da Paraíba)

Katia Emanuelle Barros Cavalcanti (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAED) é uma das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com o intuito de garantir aos discentes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas os direitos assegurados na Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, instituída em 2013 (UFPB, 2013). Nesta atividade os discentes assistidos recebem suporte às suas necessidades por meio da colaboração de outros discentes - os alunos apoiadores (UFPB, 2016). Visando proporcionar a inclusão, é nossa proposta aproximar, na dimensão ética e do cuidado (FIETZ; DE MELLO, 2018), o PAED da prática do Acompanhante Terapêutico (A.T.). O A.T surge com a necessidade de se construírem mediações entre territórios que podem ser geográficos ou existenciais (MARQUES, 2013). Neste sentido, considerando a segunda geração do Modelo Social da Deficiência (DINIZ, 2017), observa-se como os alunos apoiadores podem assumir o papel de mediadores dos alunos apoiados, como evidenciado por Silva Neto (2021), ou de acompanhantes e facilitadores de um processo que atravessa a ambos na vivência e troca de experiências. Objetiva-se analisar o Programa Aluno Apoiador, através de um Relato de Experiência, articulando suas aproximações e diferenças teórico-práticas com a atuação do A.T, aproximar a prática do Aluno Apoiador da educação inclusiva no ensino superior, refletir criticamente sobre o apoio com base no modelo social da deficiência, Necessidades Educacionais Específicas (NEE's) e Ética do Cuidado. Utilizando como base o RE e a intervenção e potenciais contribuições do projeto de extensão Redes de Inclusão:



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Educação, Ética e Participação na vivência do Aluno Apoiador.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado para viabilizar a análise metodologicamente, o RE, que se trata do registro de experiências vivenciadas. O RE, no contexto acadêmico objetiva, “além da descrição da experiência vivida, (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante)” (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021, p. 64). Essas experiências podem ser, de maneira exemplificada, fruto de pesquisas, ensino, projetos de extensão universitária, entre outras. O RE será a vivência acadêmica/pedagógica de uma aluna apoiadora do curso de Psicologia, que faz parte do PAED (Programa Aluno Apoiador), programa este supervisionado pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB, sendo também extensionista do projeto Redes de Inclusão: Educação, Ética e Participação na vivência do Aluno Apoiador.

As ações relatadas ocorreram de 2022 a 2023, em dois semestres consecutivos como aluna apoiadora em atividade. O apoio foi desenvolvido no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, em sala de aula, e em outros espaços do Campus I, assim como também de maneira remota, por meio do Google Meet, utilizando como estratégias de intervenção, o prescrito que consta no contrato PAED e as ferramentas advindas do contexto situacional e vivencial o qual estão implicados cada deficiência e/ou necessidade específica.

3 RESULTADOS

As intervenções realizadas visavam proporcionar sucesso acadêmico para o apoiado, sendo estas: planejamento semanal de atividades, leitura em conjunto, realização de resumos, acompanhamento em sala de aula, mediação junto aos professores e escuta ativa. Dentre essas atividades, se destaca a escuta ativa, ação não intencional, mas que se fez necessária para o progresso tanto da relação, quanto do apoio, propiciando um espaço inter-relacional de acolhida, não apenas de demandas acadêmicas.

As reuniões de apoio extraclasse ocorriam em lugares improváveis e espaços tidos como



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

personais, onde aconteciam ações espontâneas que suscitaram uma reflexão e ação imediatas diante delas, ou seja, a qualquer momento e em qualquer espaço surgiam situações atípicas com que ambos (apoiado e apoiador) tinham que lidar.

O olhar em relação à função de aluna apoiadora da estudante está permeada pela sua vivência enquanto aluna de Psicologia e isso faz com que a mesma fique atenta às questões voltadas à Saúde Mental, para além das NEEs. **DISCUSSÃO:** A experiência de apoio, por ocorrer de maneira horizontalizada na relação dual aluno-aluno, revela que o olhar que recai sobre o outro permeia o pensar criticamente sobre esta oposição que comumente se dá entre as noções de cuidado e as de autonomia e independência (FIETZ; DE MELLO, 2018), que são noções construídas dialeticamente e se dão no estar com outro, nem sempre a busca por autonomia e independência significam inclusão, mas reconhecer a necessidade de eliminar as barreiras dando os devidos apoios, sejam físicos e/ou pedagógicos tornam o acesso, permanência e sucesso mais próximo à realidade dos estudantes assistidos pela política de inclusão. Considerando o instituído pela Política de Inclusão do PAED, e das práticas encontrados nesse Relato, destacamos a possibilidade de intervenção por meio do projeto Redes de Inclusão. Que ao aproximar a prática do Aluno Apoiador da Educação Inclusiva no Ensino Superior, busca refletir criticamente sobre o apoio junto aos extensionistas, com base no Modelo Social da Deficiência, Necessidades Educacionais Específicas (NEE's) e Ética do Cuidado, articulando a perspectiva do Acompanhamento Terapêutico em saúde mental aplicado à vivência do aluno apoiador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado neste Relato, constatou-se que a experiência do aluno apoiador aproxima-se da prática do A. T. da saúde mental pós reforma psiquiátrica, pois ambas as atuações se colocam ao lado do sujeito e em relação com o mesmo, e auxiliam como suporte à garantia de participação social plena. Apresenta também a necessidade de adequações na formação dos AP em relação às NEEs, MDS e Ética do Cuidado, movimento que tem relação direta à aplicação eficaz da política de inclusão. Esse olhar mais atento para a formação do Aluno Apoiador pode ser viabilizado através das ações do projeto Redes de Inclusão, que visa a criação e manutenção de uma rede de cuidado por meio de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Alunos Apoiadores.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Ensino Superior. Participação Social.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasiliense. 2017.

FIETZ, H. M.; DE MELLO, A. G. **A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência**. Revista *Anthropológicas*, v. 29, n. 2, 2018.

MARQUES, M. R. **A prática do acompanhamento terapêutico como estratégia de expansão territorial: uma inclusão cartográfica**. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. spe. 2, p. 31-40, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25nspe2/v25nspe2a05.pdf>. Acesso em 04 out 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. *Revista práxis educacional*, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

SILVA NETO, Paulino Joaquim da. **Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

UFPB. Comitê de Inclusão e Acessibilidade-CIA. **Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência: Manual de orientações ao estudante apoiador**. João Pessoa-PB, 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/cartilha-de-orientacao-para-apoiadores-2.pdf>

UFPB. Resolução nº 34/ 2013 **Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB**. Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, PB, 2013. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/cia/contents/menu/cia-2/resolucoes/resolucao-que-institui-a-politica-deinclusao-e-acessibilidade-na-ufpb-e-cria-o-cia.pdf/view> Acesso em 15/05/2023



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

“EDUCAR É ACOLHER”: SENSIBILIZAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS

Carolina Couto da Mata (UFPB)

Ketlyn Vitória Moreira Lisboa (UFPB)

Rebeka Thais Machado da Silva (UFPB)

Sara Michely Wanderley Angelo (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental é um estado de bem-estar que está associado à percepção do indivíduo acerca de suas próprias habilidades para lidar com os estresses “normais” da vida, à capacidade de trabalho produtivo e de contribuir para a comunidade na qual é integrante (WHO, 2001). As vivências acadêmicas trazem desafios que relacionam-se às exigências pedagógicas do ensino superior e de convivência nesse contexto, podendo em alguns casos desencadear ou intensificar o sofrimento mental. Por isso, torna-se necessário discutir e produzir ações de promoção em saúde mental que objetivem o desenvolvimento de habilidades e a oferta de recursos para o enfrentamento de dificuldades pessoais e contextuais vividas na universidade. O Criativa é um projeto de extensão do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que tem atuado, desde 2019, na mediação de espaços de diálogo e cuidado da saúde mental de universitários. As ações de formação técnica do Criativa têm como objetivo preparar os estudantes e profissionais para desenvolverem atividades de promoção e assistência em saúde mental, tendo como um dos eixos de atuação a promoção da saúde. Neste trabalho, relata-se a experiência de produção de material psicoeducativo direcionado aos professores universitários, com o objetivo de apresentar e discutir possíveis estratégias de promoção da saúde mental nesta população.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência descritivo sobre a produção de uma cartilha intitulada “Educar é acolher” para sensibilizar docentes acerca das repercussões dos problemas



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

emocionais no desempenho acadêmico dos universitários (MATA; POLIA; BRITO, 2023), ação do eixo de promoção da saúde mental do Criativa. A cartilha é um material informativo ilustrado de fácil compreensão e divulgação. Foi organizada com conteúdos claros e objetivos e imagens ilustrativas, dividida em tópicos sobre a empatia, a importância do cuidado com o estudante e orientando quanto à observação de sinais de alerta da experiência de sofrimento mental dos universitários, que pode se manifestar em seus comportamentos, em seu estado físico e em dificuldades acadêmicas. Também são oferecidas informações sobre os serviços da rede de saúde mental do município de João Pessoa e da própria UFPB, enfatizando que faz parte do ato educativo acolher os estudantes e constituir uma rede de apoio ao sofrimento psíquico.

3 RESULTADO

A cartilha foi divulgada por meio de grupos de mensagens, e-mail institucional e redes sociais de coordenadores de cursos, de tutores de residências e dos próprios docentes, atuantes nos diferentes campi da UFPB. Considerando que os docentes são um dos principais protagonistas dessa rede de ensino, espera-se que suas ações preventivas possam contribuir para minimizar o sofrimento psíquico dos estudantes e produzir bem-estar no ambiente acadêmico. A cartilha também orienta o professor: a interagir ativamente com os estudantes no contexto acadêmico e a se mostrar uma pessoa acessível; a reconhecer o esforço e o empenho dos estudantes; a estabelecer acordos acadêmicos com clareza, possibilitando, assim, o diálogo e a tomada de decisões em conjunto com os alunos, buscando entender suas necessidades e agindo com flexibilidade, sempre que possível.

4 DISCUSSÃO

A produção da cartilha “Educar é Acolher” como uma ferramenta de promoção da saúde teve o objetivo de fornecer informações para que os professores universitários se sensibilizem e compreendam a importância de sua participação no acolhimento e na construção de uma cultura de diálogo e de apoio às dificuldades emocionais, psíquicas e relacionais dos universitários. Essas dificuldades podem repercutir no desempenho das



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

atividades educacionais e acadêmicas e na permanência no ensino. Uma atitude mais empática às demandas de saúde mental pode fazer a diferença no modo como a comunidade acadêmica lida com essas situações, fomentando que uma cultura de respeito, cuidado, apoio e cooperação se consolide na universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ações desenvolvidas pelo Projeto Criativa, focadas na produção da cartilha “Educar é Acolher” demonstra o potencial transformador das iniciativas de sensibilização e educação que podem tornar os docentes mais conscientes da relevância de sua participação na construção de um ambiente saudável e acolhedor das vivências acadêmicas e ao sofrimento humano, que combata posturas estigmatizantes e previna agravos. A cartilha estimula uma atitude atenta, empática e mais comprometida com a promoção da saúde em meio às interações institucionais e sociais cotidianas. No entanto, para que esse cuidado seja efetivo, faz-se necessário a integração desses esforços em estratégias mais amplas de promoção da saúde mental. É preciso que haja uma política de saúde mental institucional que inclua uma formação e sensibilização continuada dos docentes e que articulações entre projetos e iniciativas dessa natureza sejam feitas para que uma cultura de apoio mútuo e cuidado, em especial dos vulnerabilizados pelo sofrimento mental, seja consolidada.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Promoção da saúde; Saúde do estudante; Projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

MATA, Carolina; POLIA, Andreza; BRITO, Bianca. CRIANDO ESPAÇOS DE DIÁLOGO E CUIDADO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS. *In*: DAXENBERGER, Ana Cristina; CALHEIROS, Maria Natália (org.). *Inclusão Da Pessoa Com Deficiência: Redes Colaborativas No Ensino Superior*. João Pessoa: [s. n.], 2023. p. 129-146.

WHO - World Health Organization. “Strengthening mental health promotion”. WHO [2001]. Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: 18/08/2023



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

EXPLORANDO O GÊNERO DRAMÁTICO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Athirson de Carvalho Lima Cândido (UFPB)

Sarah Weida Sena Ferreira (UFPB)

Louize Lidiane Lima de Moura (IFPB/UFRN)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta as instituições a garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos mais elevados níveis do ensino (MANTOAN, 2015). Tendo isso em vista, objetivamos refletir sobre as contribuições da prática de leitura do gênero dramático como ferramenta pedagógica para a inclusão de um estudante com deficiência auditiva (DA) em uma turma de 3º ano do curso técnico integrado em Multimídia, no Instituto Federal da Paraíba *campus* Cabedelo (IFPB-CB). Especificamente, pretendemos compreender o que a literatura discute sobre a inclusão de alunos com DA a partir da leitura oral; explorar as contribuições de uma proposta didática para o trabalho com o gênero dramático; e ressaltar a importância do ensino de língua portuguesa numa perspectiva inclusiva. Diante desse cenário, buscamos contribuições teóricas que dialoguem com os conceitos de metodologias ativas (MORAN; BACICH, 2017) e literatura humanista (CANDIDO, 1977), com vistas a ampliação do letramento literário (COSSON) do aluno em tela.

2 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho insere-se no campo da educação e apresenta uma abordagem qualitativa, ao desenvolver um estudo do caso de um estudante com deficiência auditiva moderada a qual, conseqüentemente, reflete o comprometimento de sua dicção, dificultando a articulação fonética das palavras, sobretudo de sílabas



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

complexas, conforme informações coletadas junto ao Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) da escola campo supramencionada. Vale salientar que o estudante demonstra especial interesse pela prática de leitura em voz alta, desde o contexto de pandemia, quando a docente responsável pela disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, realizava atendimentos individualizados, a fim de estimular suas práticas de oralidade.

3 RESULTADOS

Considerando que este estudo se encontra em andamento, vencidas as fases de diagnóstico e caracterização do estudante, atualmente nos concentramos no planejamento de ações pedagógicas de caráter inclusivo e sua posterior efetivação em sala de aula. A finalidade é o desenvolvimento do letramento literário do aluno, assim como a ampliação das habilidades sociocomunicativas, em consonância com as habilidades previstas nos documentos oficiais que regem a educação, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997).

4 DISCUSSÃO

Desse modo, delineamos uma proposta didática que vislumbra a criação de um ambiente favorável para a leitura oral e coletiva de exemplares do gênero dramático (BERSELLI; LULKIN, 2014). Nesse contexto, pretendemos incentivar a expressão criativa do estudante, a partir do exercício da leitura encenada (em que ele seleciona as falas do personagem com o qual mais se identifica em determinado texto teatral).

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência auditiva. Inclusão. Literatura. Texto teatral.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2017.

BERSELLI, M.; LULKIN, S. A. Flexibilização em práticas cênicas: cruzamentos de práticas teatrais e Contato Improvisação em uma aula de teatro com surdos. **Seminário Nacional de Arte e Educação**, n. 24, p. 542-549, 2014.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Maria Clara Dourado Pires (UFPB)

Sebastião Alisson M. S. dos Santos (UFPB)

Adenize Queiroz de Farias (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Para Freire (2008), a inclusão “é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte”. A partir desta perspectiva, compreende-se que este conceito não é uma prática vivenciada em sua totalidade pelos jovens com deficiência que frequentam o ensino superior, visto que a inclusão ainda hoje, apesar dos avanços, constitui-se como um processo em desenvolvimento. Portanto, este relato se dá a partir da observação da necessidade de produzir conhecimento científico sobre esta temática, para que a sociedade e a universidade compreendam como se estabelece a trajetória do estudante cego, em sua formação no ensino superior, pois são escassos materiais que abordem o protagonismo destas pessoas. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é refletir acerca da experiência de estudantes cegos na Universidade Federal da Paraíba, evidenciando barreiras e facilitadores neste percurso.

2 METODOLOGIA

Como recurso metodológico para a construção do presente trabalho escolhemos relato de experiência, porque entendemos que as vivências cotidianas contribuem significativamente na produção de saberes, pois, para nós, compreender o ambiente que o estudante com deficiência está inserido é um caminho necessário para aperfeiçoar o conhecimento acerca da sua realidade e, portanto, gerar potencial transformador. Além disso, este tipo de pesquisa “(...) refere-se a uma construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si, a partir do olhar do sujeito pesquisador em um determinado contexto cultural e histórico. (...)”. (DALTRO, 2019). Assim, ao relatar a



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

experiência de inclusão e acessibilidade de um estudante cego, pretendemos produzir novos saberes que auxiliem a universidade na eliminação das barreiras que dificultam a participação mais efetiva de estudantes com deficiência no ensino superior.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dessa forma, os resultados e discussões deste relato acontecerão a partir das reflexões geradas do diálogo entre um estudante de pedagogia e sua apoiadora. Para iniciar esse debate, foi pontuado pelo apoiado que muitas pessoas lhe direcionam um olhar que remete ao desprezo e a insignificância, e que em algumas situações vividas na universidade percebeu que suas especificidades não são compreendidas, e, portanto, relatou que durante a graduação houve momentos que sentiu o peso da exclusão. A partir desta fala, compreendemos que as barreiras atitudinais, além de dificultar o processo de inclusão, também geram prejuízos na autoestima e identidade das pessoas com deficiência, pois “as pessoas com deficiência têm, desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são, pessoas humanas, e o que se pensa que elas são: “deficientes””. (LIMA, 2008, p. 1 apud RIBEIRO, 2017). Portanto, é observado a necessidade de questionar-se como nossas atitudes atravessam o outro. Dessa forma, foi citado pelo referido estudante que alguns professores, devido à falta de capacitação adequada, não adaptava os materiais durante as aulas. Além disso, em muitas ocasiões, os professores escrevem no quadro e não há ninguém que possa fazer a leitura, o que se constitui como uma grande contradição, visto que para Nunes (2010) para que o cego tenha acesso à informação é necessário que outros canais sensoriais sejam estimulados, como o tato e a audição. Sendo assim, é importante que neste processo de aprendizagem haja transcrição de materiais em braille, audiodescrição e que o docente se atente na frequência da sua voz, principalmente neste caso relatado, pois o estudante também possui um pequeno déficit auditivo. Também foi mencionado que outro problema frequente diz respeito aos pisos táteis, não apenas a ausência deste recurso em muitos espaços da universidade, mas pontua-se a desatenção das pessoas, que muitas vezes param para conversar em cima do piso, e não observam quando um estudante cego se aproxima, dificultando sua mobilidade e podendo provocar quedas. Além das barreiras atitudinais, foi relatado a existência de barreiras arquitetônicas,



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

que segundo o apoiado é um desafio rotineiro, sendo comentado sobre a falta de corrimão, objetos posicionados inadequadamente e quadros de fotografias pendurados nas paredes, pois em alguns momentos, o mesmo afirma que necessita tocar na parede para conseguir locomover-se, já que as pessoas ficam tumultuadas no corredor e no piso tátil. Somando-se a isso, foi destacado a ausência de sinalização em braille em muitos locais, por exemplo, em banheiros, nas salas de aula e no próprio Núcleo de Educação Especial (NEDESP). Nesse sentido, vale ressaltar que Rodrigues (2004) propõe que: as barreiras arquitectónicas têm que ser vistas não somente como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas, mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidades em todas as dependências dos edifícios. (Talvez fosse interessante que os conceptores de edifícios vivessem eles próprios a situação formativa de carência de acessibilidade.)

A partir destes relatos é percebido que os estudantes com deficiência visual enfrentam uma diversidade de obstáculos que limitam suas experiências significativas dentro do campus, e que essa limitação diz mais respeito ao ambiente do que as suas próprias dificuldades internas. Como possibilidades para sua permanência na universidade, o estudante relata a importância do programa de apoio a estudantes com deficiência ofertado pela instituição, visto que este recurso atua como mediador entre as suas relações com o professor e com os colegas da turma, aumentando sua participação social e a compreensão dos conteúdos ministrados. Além disso, destaca a relevância do NEDESP, pois neste espaço são feitas transcrições de textos em tinta para o braille. Por fim, esclarece que seu interesse em aprender é fundamental para conseguir continuar o seu processo formativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluiu-se que a inclusão de estudantes cegos no ensino superior para ser efetivada requer maior visibilidade destas pessoas, para que elas próprias falem sobre suas necessidades, desafios e possibilidades. De forma conjunta, foi concluído que é necessário o engajamento de toda a comunidade acadêmica, pois como foi discorrido, a inclusão também é um movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: BARREIRAS; ENSINO SUPERIOR; RELATO DE EXPERIÊNCIA



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

REFERÊNCIAS

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, p. 5-20, 2008.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, p. 55-64, 2010.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; SANTOS, Silas Nascimento dos. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. 2017.

RODRIGUES, David. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. **Revista Educação Especial**, p. 09-15, 2004.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

INCLUSÃO ESCOLAR DE JOVENS COM TEA: AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LEITURA ATRAVÉS DO GÊNERO MANGÁ

Amanda Costa Bedregal (UFPB)

Ana Clara Leite Gomes (UFPB)

Louize Lidiane Lima de Moura (IFPB/UFRN)

Henrique Miguel de Lima e Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio caracterizado por envolver uma parte do neurodesenvolvimento, podendo afetar diretamente o desempenho intelectual, a comunicação e as interações sociais. Também é assinalado pelas repetições comportamentais padronizadas que influenciam outras habilidades e interferem nas demais esferas da vida daqueles assim diagnosticados (NEY; HUBNER, 2022; SÃO PAULO, 2021). Partindo desse pressuposto, e tendo em vista que a educação é direito de todos (BRASIL 1988), faz-se mister a aplicação da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), a qual garante a igualdade, firma os direitos e preserva a liberdade da pessoa com deficiência. Tendo isso em vista, este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta didática, a qual tem como horizonte o incentivo à prática de leitura através do gênero mangá.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, nos inserimos no campo da educação e adotamos uma abordagem qualitativo-interpretativista da pesquisa, através de uma pesquisa-ação (TRIPP, 2005) desenvolvida no contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID Letras-Português) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especificamente no núcleo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba *campus Cabedelo* (IFPB-CB), junto a dois estudantes regularmente matriculados em uma turma de 1º ano do curso técnico integrado em Multimídia, diagnosticados TEA, nível de suporte 2. Estes são acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Específicas (NAPNE) do IFPB-CB, destacando o quão importante é a participação do trabalho em conjunto entre professores, psicólogos, monitores e psicopedagogos, visando melhorar o desenvolvimento dos alunos, além de concretizar um vínculo aluno-instituição.

3 RESULTADOS

Tendo em vista que este trabalho se encontra em fase de desenvolvimento e que a pesquisa-ação pressupõe fases de diagnóstico, planejamento, ação e reflexão, os primeiros resultados apontam que as características dos estudantes em tela e seu hiperfoco em elementos da cultura asiática corroboram para a idealização de ações educativas que visem à sua inclusão na sala de aula de línguas.

4 DISCUSSÃO

A proposta, nesse cenário, corresponde a uma sequência didática que promova a prática de leitura através do mangá, uma vez que os alunos em tela possuem familiaridade com o gênero, possibilitando o estabelecimento de um elo entre o aluno e o conteúdo, visando estimular o interesse do discente pelo assunto ensinado e pelas atividades elaboradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades para alcançar uma efetiva inclusão escolar, esperamos que a proposição didática contribua para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos tanto na disciplina de Língua Portuguesa, quanto nas demais esferas de suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação inclusiva. Ensino médio. Língua Portuguesa. PIBID.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2023.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

NEY, T.; HUBNER, L. C. Linguagem oral e escrita no autismo - TEA: perspectivas teóricas e pedagógicas. **The Specialist**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 18-35, 2022.

SÃO PAULO. **Manual dos direitos das pessoas com autismo**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2021.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

LITERATURA PERIFÉRICA-MARGINAL NO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO: UMA PESQUISA APLICADA VOLTADA À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH

Gabriel Irineu de Freitas (UFPB)

Jessica da Silva Linhares (UFPB)

Tarcisio Andrade do Nascimento (UFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de promover um ensino inclusivo para estudantes com o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em sala de aula é imprescindível, ainda mais no que se refere ao 3º ano do ensino médio - última série/ano do ensino básico, responsável pela preparação final da formação ética e social dos discentes. Nesse sentido, precisamos habilitar esse alunado para as diversas situações comunicativas, interacionais e ocupacionais que ele possa vir a ocupar, uma vez que, pelas características do seu transtorno: níveis altos de desatenção, hiperatividade e impulsividade, ele pode ter maiores dificuldades. Nesse sentido, porém, o plano visa diminuir ou, em um futuro próximo, erradicar tal estorvo. Nesse intuito, este trabalho coloca esse sujeito em uma posição de paridade entre os demais colegas, sendo um estudante ativo e incluído nas atividades.

No que se refere os nossos objetivos para este plano, visionamos auxiliar/impulsionar a aprendizagem dos estudantes neurodivergentes em sala de aula, tornando esse momento mais produtivo, atrativo, eficaz, participativo, e, principalmente, inclusivo; (re)pensando e utilizando a Literatura Periférica-Marginal no cenário educacional.

2 METODOLOGIA

Para o presente relato de experiência, foi utilizada como base a ministração de aulas síncronas e dialogadas na Oficina de Redação, com foco na leitura e debate, realizada na turma do 3º ano do curso de Recursos Pesqueiros do IFPB – Campus Cabedelo. As oficinas foram aplicadas pelos graduandos do curso Letras-Português da Universidade



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Irineu de Freitas, Jessica da Silva Linhares e Tarcisio Andrade do Nascimento, ligados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sob a supervisão do Prof. Dr. Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues e a coordenação do Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva. Como aporte teórico, lançamos mão das diretrizes impostas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Cosson (2022) e Mantoan (2003). Outrossim, utilizamos também como suporte a Literatura Periférica-Marginal - que se afasta do cânone e relata a experiência de opressão e marginalização dos povos subalternizados - em específico, no conto *Maria* de Conceição Evaristo, contido no livro *Olhos d'água*.

3 RESULTADOS

A recepção da turma foi bastante produtiva em relação à obra escolhida, pois, por ora, era algo novo dentre as leituras realizadas anteriormente, contando com uma boa participação e interação dos alunos. Com uma SD (Sequência Didática) e perspectiva metodológica inclusiva, grande parte dos alunos, como o(a) aluno(a) com TDAH, se sentiram à vontade para relatar situações pessoais/cotidianas acerca da temática abordada, tais como o Racismo e o Feminicídio, problemas interseccionados na contemporaneidade, rendendo, assim, debates pertinentes e de escuta. Somado a isso, os estudantes conseguiram interligar a obra com diversos repertórios pessoais de cada um (livros e filmes), gerando um momento de interação e troca de saberes, contribuindo para um processo sócio aprendizagem mais inclusivo.

4 DISCUSSÃO

Para promover esta aula, utilizamos a leitura e debate de um texto de Literatura Periférica-Marginal, *Maria*, com o intuito de colocar em evidência essas obras situadas à margem da sociedade por não se enquadrarem no cânone. Nesse tocante, trabalhamos mutuamente: um diálogo inclusivo; a escuta de todas as vozes da sala; a interpretação de textos; o combate aos preconceitos; o hábito da leitura; a compreensão e a produção textual. De maneira embasada, um dos intuits deste plano foi seguir o conteúdo programático e a habilidade (EM13LP01):



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações. (BNCC, 2018)

Para colocar isso em prática, contamos com a Sequência Didática (SD) de Rildo Cosson (2022), composta por quatro etapas: *Motivação* (preparação para que o aluno entre no texto, o ponto inicial da interação); *Introdução* (apresentação da obra e da autora); *Leitura* (leitura dialogada com momentos de compreensão, análise e debate sobre a obra); *Interpretação* (solicitação da produção textual com base no conto e nos debates). Na aula, seguimos e adaptamos a SD destacada no anexo I.

Sobre a inclusão do estudante com TDAH na sala de aula, Mantoan (2003) aponta que um dos maiores desafios é a transformação do processo de ensino-aprendizagem no mais atrativo possível, pois é necessário que os professores modifiquem, quando possível, a sua prática pedagógica para melhorar a compreensão da turma. Para essa concretização, tomamos como ponto de partida debater o conteúdo (conto) planejado em sala de aula, mas também, estimular a curiosidade dos discentes sobre o mundo literário, observando as suas dificuldades e singularidades, e, assim, adotando um perfil docente inclusivo para a superação de todos os obstáculos.

Com a aplicação da proposta, observamos uma participação mais ativa da turma acerca das discussões literárias, principalmente, com o(a) aluno(a) com TDAH, que teve um rendimento excelente nas discussões, diferentemente dos trabalhos anteriores, em que a sua participação se dava de maneira desestimulada. Desse modo, promovemos a leitura literária em sala de aula, incentivando a formação de alunos leitores e críticos. Essa metodologia de aula, com o apoio dos referenciais teóricos e a leitura de *Maria*, de Conceição Evaristo, proporcionou um novo acesso às variadas literaturas, bem como um ensino inclusivo e de participação coletiva em sala de aula, sem inferiorizar ou deslegitimar nenhum saber, sendo trabalhado e concretizado o conteúdo programático que, de acordo com a BNCC, deve ser abordado na sala de aula nesse período de ensino.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica; Educação Inclusiva; Letramento Literário; Sequência Didática; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. COSSON, Rildo. **Letramento Literário: Teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2022.

EVARISTO, **Conceição. Olhos d'água**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 39-42.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

ANEXO I

Etapas	Descrição
Motivação	Exposição aos alunos dados do IBGE sobre o preconceito racial no Brasil.
Introdução	Apresentação sobre o conteúdo da aula e o texto proposto.
Leitura	Leitura oral dialogada para discutir com a turma sobre como o texto aborda o preconceito racial e como ele está presente na sociedade.
Interpretação	Diálogo expositivo de cada estudante debatendo a obra, a interpretação e a ligação com um tema motivador para a produção de um texto dissertativo-argumentativo: "O racismo no Brasil: estrutura social pautada nas desigualdades de acesso e oportunidades."

Fonte: Elaborado pelos autores.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

MÃES DE FILHOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INTERVENÇÕES DE CUIDADO NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Brena Stefani Meira Acioly de Sousa (Universidade Federal da Paraíba)

Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares (Universidade Federal da Paraíba)

Stephanie Araújo de Andrade (Universidade Federal da Paraíba)

Daniella de Souza Barbosa (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Este resumo relata a experiência de um projeto de extensão popular do programa Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), pertencente à Universidade Federal da Paraíba, voltado para o cuidado na perspectiva freiriana, com mães de filhos com PCD. As ações acontecem na Associação Pestalozzi da Paraíba, com a promoção de processos formativos orientados pela concepção da educação popular em saúde (EPS)¹, através de trabalhos sociais e de apoio às práticas de cuidado e de ações de promoção da saúde, bem como de mobilização de processos sociais emancipatórios. O objetivo central consiste no aprimoramento e inserção, no âmbito da Associação Pestalozzi da Paraíba, de práticas de cuidado em saúde integrais, humanizadas e participativas, com ênfase na dimensão da qualidade de vida mobilizadora destas mulheres para o enfrentamento solidário e coletivo das determinações sociais do processo saúde/doença de seus filhos/as com deficiência, e de si mesmas. Para tanto, suas ações são pautadas de maneira articulada ao reconhecimento e valorização das práticas integrativas, complementares e populares de saúde dessas pessoas em seus saberes e fazeres na medida em que é fomentado um agir coletivo em saúde que inclui práticas sociais libertadoras e solidárias no intuito de enfrentar as barreiras atitudinais decorrentes dos processos de exclusão impostos às famílias de pessoas com deficiência em nossa sociedade².

2 METODOLOGIA

Para sua operacionalização, 5 extensionistas populares do projeto e 1 docente atuam em



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

ação colaborativa com a Associação Pestalozzi da Paraíba, localizada no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB, junto às mães de pessoas com deficiência. A proposta em tela envolve três eixos principais: 1) Promoção de processos formativos através de cursos e realização de oficinas de formação em Educação Popular e Promoção da Saúde para as cuidadoras; 2) Apoio a experiências educativas locais, como o Grupo das Cuidadoras de Pessoas com Deficiência; 3) Promoção de atividades lúdicas para as cuidadoras das pessoas com deficiência; 4) Reuniões de organização e de formação dos extensionistas. Na presente proposta, são enfocadas as seguintes frentes de ação: apoio ao Grupo de Mães da Pestalozzi que realizam encontros presenciais semanalmente na sede Associação e em outros equipamentos urbanos (praias, praças); a produção de rede de apoio entre essas cuidadoras e outros atores estratégicos das redes de atenção à saúde e de proteção social do bairro Cristo Redentor; promoção de oficinas para compartilhamento de experiências, vivências e metodologias de práticas integrais em educação popular e produção de materiais acadêmicos e de divulgação científica.

3 RESULTADOS

Espera-se, com tais ações, construir novas possibilidades de cuidado integral às mães de PCD e, conseqüentemente dos seus filhos, na perspectiva de cuidar de si para cuidar do outro, explicitando possibilidades concretas de se agregar ao saber-fazer da Rede de Cuidado às Pessoas com Deficiência outros elementos como a integralidade, as práticas integrativas, complementares e populares compromissadas e direcionadas ao bem viver.

4 DISCUSSÃO

Por fim, este projeto, no sentido de colaborar no delineamento de metodologias de grupos articuladas aos preceitos teóricos metodológicos da Educação Popular em Saúde, espera movimentar experiências e trabalhos com práticas de saúde direcionadas ao diálogo, à criatividade, ao vínculo afetivo, à criticidade e ao compromisso com um segmento social e historicamente excluído: o de mães de pessoas com deficiência³.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PALAVRAS-CHAVES: Educação popular em saúde. Extensão Universitária. Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS

¹BRASIL. Ministério da Saúde. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Portaria n. 2716, de 19 de novembro de 2013. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. ²NERY, V. A. S.; NERY, I. G.; NERY, W. G. Educação popular em saúde: um instrumento para a construção da cidadania. C&D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 114 -129, 2012.

³SILVA, F. M. DE P.; PEREIRA, A. K. A. DE M. O processo de formação para a prática de educação popular em saúde. Revista de Educação Popular, p. 123-143, 13 jul. 2020



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

O CURSO DE CONVERSÇÃO BÁSICA EM LIBRAS PARA SOCIALIZAÇÃO COM COLEGAS SURDOS

Isaque Guerra da Silva. Discente do curso de licenciatura em matemática - DMAT/UFRN

Prof.º Esp. Francisco Canindé das Chagas Duarte. Supervisor de ensino da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA/UFRN.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é relatar a experiência com um curso de extensão, que possibilitou a oferta da formação básica de conversação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estudantes e professores de graduação da UFRN do curso de licenciatura em matemática, que estão recebendo pela primeira vez estudantes surdos, tendo em vista a promoção da acessibilidade comunicacional para estudantes e futuros ingressantes surdos. Partindo da compreensão que, “pessoas surdas necessitam da língua de sinais e das experiências visuais para realizarem uma comunicação satisfatória com outras pessoas” (TESKE, 2016, p. 146), e levando em conta a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN (Resolução Conjunta nº 002/2022 CONSEPE/CONSAD, de 10 de maio de 2022). A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) só veio a ser oficialmente reconhecida no âmbito estadual (RN) pela Lei nº 9249/2009. No entanto, já havia sido anteriormente reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/2002, como forma de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil. No ano de 2005, com a regulamentação do Decreto nº 5.626/2005, em seu parágrafo único do art. 9º, foi instituída a obrigatoriedade da inserção da disciplina de LIBRAS nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia, Letras e licenciaturas. Na UFRN, essa disciplina foi implementada com uma carga horária de 60h. No entanto, percebe-se que apenas uma disciplina é insuficiente para instrumentalizar linguisticamente os discentes que estudam ou estudaram com surdos, haja vista que apenas o conhecimento da língua não é o bastante para viabilizar a prática do bilinguismo (Língua Portuguesa/LIBRAS) dentro das instituições de ensino. Teve-se, dessa forma, como objetivo do projeto: Ofertar curso de conversação básica em LIBRAS como estratégia de inclusão e socialização de estudantes surdos no âmbito educacional. E como objetivos



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

específicos: Fomentar os cursistas na iniciação dos conhecimentos introdutórios sobre a LIBRAS, possibilitando-lhes se comunicarem com colegas e estudantes surdos; Engajar os discentes a desenvolverem um vocabulário em LIBRAS que contribua com a comunicação na rotina educacional e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

2 METODOLOGIA

A presente ação foi vinculada a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) e Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) do Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET). Metodologicamente, o curso foi realizado de forma síncrona-presencial, em formato de aulas expositivo-práticas, no turno vespertino, no setor de aulas III vinculado ao CCET, e assíncrona por meio de atividades e de estudos teóricos. Inicialmente, ocorreram um total de seis (6) encontros. A organização dos módulos segue os seguintes temas estudados: Alfabeto Manual (datilologia); Numerais; Apresentação pessoal; Cumprimentos e saudações; Sistema pronominal; A importância da expressão facial e corporal; Expressar sentimentos; Advérbios de tempo; Temporalidade; Tipos de frases, Negar e afirmar; Construindo frases do cotidiano com classificadores; verbos. No período final do curso, foi realizada uma atividade de avaliação, que versou da produção de um produto de registro vocabular de socialização. O módulo do curso totalizou 24 horas aulas e concebeu certificação aos que compareceram 75% das atividades.

3 RESULTADO

Alcançou-se a aquisição básica de conversação em Libras com foco na socialização entre colegas estudantes e professores em diferentes âmbitos educacionais, com um total de 25 participantes que tiveram um bom engajamento na ação, de modo a fortalecer a inclusão educacional do estudante surdo nas turmas do curso de licenciatura em matemática.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário, assim, associar conhecimentos sobre a pessoa surda, sua percepção visual de mundo e fomentar o intercâmbio entre as culturas surda e ouvinte, possibilitando adaptação das estratégias de ensino e concedendo ao aluno a oportunidade de apropriar-



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

se das línguas utilizadas nas comunicações oficiais brasileiras. Considerando as especificidades linguísticas de pessoas surdas (usuários da LIBRAS), acreditamos que o projeto do curso de extensão pôde contribuir e ampliar a socialização desses sujeitos no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS, Socialização, Inclusão e Acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 10.436. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. 24 de Abril de 2002 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.626. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 23/06/2023.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 9249. **Dispõe sobre a oficialização, no âmbito deste Estado, da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.** Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 15 de julho de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 23/06/2023.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras. o que é isso?** - 1. ed. - São Paulo : Parábola, 2020. • TESKE, Ottmar. **A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas.** In: SKLIAR, Carlos. (Org.). Surdez: um olhar sobre as diferenças. -8. ed.-Porto Alegre: Mediação, 2016.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução Nº 16, de 19 de junho de 2019. **Aprova a criação da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade – SIA, vinculada à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.**

UFRN/CONSUNI, 2019c. Disponível em:

<https://www.ufrn.br/resources/documentos/politicas/politica_de_Inclusao_e_Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 23/06/2023.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

O ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO: A INSERÇÃO DE ESTUDANTES COM TDAH

Tarcisio Andrade do Nascimento (UFPB)

Gabriel Irineu de Freitas (UFPB)

Jessica da Silva Linhares (UFPB)

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

A exclusão de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um desafio, quando relacionado ao ensino, sobretudo de Língua Portuguesa, no ensino médio. Isso porque, o TDAH, por ser um distúrbio neurobiológico crônico, acaba por gerar desatenção, impulsividade e até mesmo agitação motora, dificultando assim a inserção a um ensino inclusivo daquele que sofre desse transtorno. Nesse viés, isso é explícito nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, número 9394/96, as quais abordam o direito de todos, sem restrição, a ter um ensino de qualidade. Todavia, ao observar o ensino atual, isso não acontece, uma vez que a não inclusão de alunos TDAH é uma realidade.

Diante do exposto, esse relato de experiência se baseia na necessidade de trazer para sala de aula um ensino inclusivo de redação do modelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para estudantes do 3º ano do ensino médio, por meio de pesquisas e aportes teóricos que subsidiam essa metodologia, com o sujeito situado, incluindo-o nas práticas de escrita e interpretação de texto. No que tange os nossos objetivos, visamos: promover a troca de saberes para que os estudantes com TDAH argumentem na redação do ENEM; adotar uma perspectiva socio interativa, a partir da linguística textual, para o desenvolvimento acadêmico do aluno; apresentar os resultados da proposta aplicada em sala de aula visionando um ensino inclusivo.

2 METODOLOGIA

Os graduandos do curso Letras-Português da UFPB: Tarcisio Andrade do Nascimento,



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Gabriel Irineu de Freitas e Jessica da Silva Linhares utilizaram como base a ministração de aulas da Oficina de Redação - projeto o qual os estudantes são professores (em formação) atuando em sala de aula pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sob a supervisão do Prof. Dr. Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues e a coordenação da Prof.^a Dr.^a Rosana Costa de Oliveira. Como público alunado, tivemos a turma do 3º ano do curso de Recursos Pesqueiros do IFPB - Campus Cabedelo. No que se refere ao referencial teórico, nos baseamos em Koch e Travaglia (2008) como subsídio para a linguística textual. Além disso, Souza (2010) no debate sobre a necessidade de práticas inclusivas em sala de aula.

3 RESULTADOS

Ao aplicar a proposta, foi observado o avanço dos estudantes, no que se refere às suas produções escritas, sobretudo do(a) estudante com TDAH, visto que, antes dessa perspectiva didática, ele(a) não conseguia desenvolver bem em seus escritos, o que a temática da redação solicitava, tangenciando o tema - apresentação incompleta do assunto. Contudo, em sua última produção, a qual trilhamos um caminho de aulas partindo de uma comunicação inclusiva e observando a sua recepção do conteúdo, foi logrado êxito em sua produção, alcançando a nota 840, seguindo a tabela com nota máxima de 1000 - adotada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em redação a redação do ENEM.

Em comparação com a sua primeira produção textual- sem adotar uma perspectiva inclusiva em sala de aula - este(a) alcançou 360 pontos, pois tangenciou o tema. Diante disso, a prática adotada fez com que o(a) estudante colocasse em prática os seus argumentos e ponto de vista frente à temática, conseguindo interagir mais com os seus colegas e alcançar uma boa nota. Dessa forma, cumprindo o papel da escola que é a de um ambiente de troca/escuta de dúvidas e saberes.

4 DISCUSSÃO

A fim de propor um ensino inclusivo de redação para estudantes com TDAH, nos baseamos em princípios da Linguística Textual, os quais apontam, na coerência que estabelecemos



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

na escrita e na oralidade, a apreensão dos sentidos nas variadas situações comunicativas, Koch e Travaglia (2008). Com isso, verificamos que o trabalho com o texto nos possibilitou um ensino mais inclusivo, pois, conseguimos perceber, a partir da argumentação do tema: "A inclusão de pessoas com deficiência no Brasil", que o processo interativo, a troca de diálogos e o entusiasmo na produção da redação, com a adoção dessa perspectiva, foram exponenciais para um maior engajamento e participação da turma.

No que se refere à necessidade de um ensino inclusivo, Souza (2010) aborda que, sem um olhar de inserção de todos os estudantes em sala de aula, temos a produção de "alunos fracassados", uma vez que não conseguem realizar suas atividades programáticas com êxito. Isso porque o apagamento do indivíduo com TDAH em sala de aula é um entrave que faz com que ele não seja estimulado e acompanhado para a realização das suas atividades.

Entretanto, essa proposta vai de encontro a essa perspectiva de exclusão, sendo adotado um ensino em que todos são escutados em sala de aula, incentivando, sem distinção, todos a participarem do debate antes da produção textual e, em seguida, sanando as suas possíveis dúvidas. Nesse processo, foram utilizadas séries e obras do interesse dos alunos, como é o caso do filme "Extraordinário", que exhibe os desafios das pessoas com deficiência, e, com isso, problematizando essa questão ao interligar com a realidade hodierna, fazendo com que todos se manifestassem verbalmente e, conseqüentemente, nos manuscritos e, assim, preparando todos os estudantes, sem restrição, a se posicionarem e exporem os seus pontos de vista, inicialmente, nas redações do ENEM e, em seguida, nos diversos âmbitos sociais.

Em síntese, propostas que incluam os indivíduos em sala de aula fazem com que todos sintam-se capazes de realizar qualquer atividade, como um texto dissertativo-argumentativo. Com essa proposta, visionamos e alcançamos a construção de indivíduos aptos a argumentarem e se posicionarem em qualquer situação comunicativa. É válido salientar, nesse momento, que não devemos generalizar nossos alunos em sala de aula, e sim colocar suas singularidades e particularidades em evidência. Com isso, este relato de experiência aponta que é possível sim incluir todos os alunos no âmbito educacional,



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

guiando-os no processo de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Linguística Textual; Sala de aula; TDAH; Texto dissertativo argumentativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Beatriz de Paula (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 27-34 e p.241-278.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

O USO DO GÊNERO TIRINHA E DA LINGUAGEM NÃO VERBAL NO ENSINO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edissa Dorita Queiroz Boechat da Silva (UFPB)

Amanda Torres Trajano (UFPB)

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues (IFPB)

Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB)

Rosana Costa de Oliveira (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar uma proposta didática para a Educação Básica, na disciplina de Língua Portuguesa, com foco no trabalho com alunos com espectro autista, porém em um ambiente de sala de aula regular, compartilhado com os demais estudantes, incentivando a organização de aulas que promovam a verdadeira inclusão no ambiente escolar. Nosso trabalho objetiva, de maneira geral, (re)pensar uma educação básica, inclusiva e acessível a todos, no ensino de Língua Portuguesa, através do gênero Tirinha e do método comunicativo Pecs. De modo mais específico, o presente artigo visa explorar o gênero Tirinha na perspectiva Bakhtiniana no 1º Ano do Ensino Médio, visando ao entrelaçamento de vozes na educação básica; refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da educação inclusiva e se essa inclusão é realmente contemplada no contexto do ensino básico no Brasil e utilizar métodos comunicativos a partir da linguagem não verbal ou mista que busquem promover um espaço seguro e acolhedor para a interação e inserção de alunos com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula. Partindo do pressuposto de que a aprendizagem significativa é infrutífera, quando o ambiente escolar não leva em conta os múltiplos contextos dos estudantes, tornando o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa complexo e dificultoso para os estudantes, o trabalho mostra-se importante, pois o uso de tirinhas na perspectiva da educação inclusiva no ensino básico contribui fortemente para a aprendizagem significativa dos alunos com necessidades específicas ou não, uma vez que esse gênero possibilita a produção de múltiplos efeitos de sentido pela riqueza e pluralidade temática, além de ser um gênero comum no cotidiano desses alunos, haja vista sua linguagem clara e acessível aos estudantes.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

2 METODOLOGIA

O processo de elaboração da proposta, bem como a pesquisa qualitativa e o relato de caso, estão baseados na experiência das pesquisadoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). A SD de Língua Portuguesa foi planejada para ser executada em cinco aulas, com foco no 1º Ano do Ensino Médio, utilizando o Picture Exchange Communication System (Pecs) como agente facilitador para a comunicação efetiva entre os alunos autistas e o professor, nos momentos de discussão em sala. Fundamentamos nosso estudo a partir de autores como MANTOAN (2015), FEIRE (1996), BAKHTIN (2003) e outros pensadores que ressaltam a importância de uma educação verdadeiramente inclusiva e que se utilize de gêneros textuais que orientem o cotidiano do aluno, proporcionando uma experiência leitora autônoma. Assim, buscamos ressaltar que o ensino de Língua Portuguesa é necessário para todos, por isso é urgente que a educação seja pensada de maneira crítica e inclusiva.

3 RESULTADOS

A utilização de materiais não verbais e do gênero Tirinhas, que se mostra um gênero acessível na experiência de ensino de Língua Portuguesa proporciona um ambiente favorável para que os estudantes possam compartilhar suas experiências culturais em sala de aula, pois se sentirão mais seguros em expor seus pensamentos e opiniões. temendo o “erro”, estimulando o respeito mútuo e a valorização das diferenças, para além da sala de aula e do ambiente puramente escolar.

4 DISCUSSÃO

É necessário (re)pensar a sala de aula brasileira do ensino básico, principalmente tendo em mente que a educação não precisa ser adaptada, ela precisa ser, originalmente, convidativa a todos os públicos. O ambiente escolar aparece na sociedade como um espaço para os primeiros laços sociais das crianças, fora do seio estritamente familiar. É na escola que os estudantes precisam enfrentar as diferenças e lidar com elas de maneira assertiva, bem como, ter suas diferenças e necessidades atendidas e respeitadas, a fim de promover



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

uma sociedade plural e justa. Dessa forma, a partir deste trabalho, espera-se contribuir para que essa sociedade se torne menos utópica no contexto do ensino básico, haja vista que o trabalho propõe a inclusão como elemento de prática pedagógica que visa a valorização das múltiplas variedades linguísticas, culturais e humanas para além do ambiente educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação Básica; Tirinha; TEA.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-30

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. Summus Editorial, 2015.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

POTENCIALIZAR AS LEGENDAS COMO UM RECURSO ACESSÍVEL PARA OS SURDOS/DEFICIENTES AUDITIVOS NOS CINEMAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Dayza Meiry Barreto Silva (UFPB)

Geralda Severina de Sousa Lucena (UFPB)

Rita de Cassia Feitosa (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como foco principal realizar uma pesquisa de observação, acerca do cumprimento da Lei no 11.925, de 29 de abril de 2021 que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de legenda nos filmes nacionais e estrangeiros, exibidos no Estado da Paraíba e dá outras providências, consistindo em possibilidades de tornar espaços acessíveis para Surdos. A pesquisa traz uma proposta cuja objetividade busca dimensionar o potencial das legendas para a promoção da autonomia dos usuários sujeitos Surdos, buscando desenvolver e conceituar uma proposta educacional denominada Direitos para Todos, voltada para o uso efetivo das TICs em todos os espaços sociais educacionais como o intuito de viabilizar a unidade de ouvintes e Surdos, bem como analisar através da observação o cumprimento dos espaços acerca da Lei no 11.925, de 29 de abril de 2021.

2 METODOLOGIA

Para esse estudo, foram feitas escolhas metodológicas de abordagem qualitativa e caráter descritivo, para coleta de dados debruçamos sobre a observação do cumprimento da lei e pesquisa em plataformas digitais dos cinemas para fomentar os dados da pesquisa, como respaldo bibliográfico, dispomos de autores: (SILVA, MENEZES, 2005; FONSECA, 2002; MÓNICO, 2017).

3 RESULTADOS

Nesse contexto, para o público surdo do município as legendas nesse espaço é de grande relevância promoção de acessibilidade, diante disso, fazendo um contraponto, existem outros públicos que se beneficiaram, a exemplo disso são os deficientes auditivos e



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

intelectuais, pessoas que possuem perda auditiva lateral e progressiva que até um determinado período perderá totalmente a audição. A observação nas plataformas digitais dos cinemas do município foram feitas, percebeu-se e concluiu que um dos estabelecimentos não possui acessibilidade por meio da legendagem, mas o outro espaço existem algumas sessões com legendagem, não são todos os filmes que estão acessível com a legenda, concluindo que os dois locais não atendem a legislação, pois no Art. 2, Parágrafo único, esclarece: “Os estabelecimentos que disponham de mais de uma sala oferecendo simultaneamente a mesma obra, poderão limitar a exibição legendada em apenas uma sala”. Inferimos que, isso não é uma realidade dos lugares. **DISCUSSÃO:** Percebendo que os espaços não estão cumprindo a legislação, vale salientar que, mesmo os surdos ou a pessoa DA sendo visuais, ou seja, os que percebem o mundo através da visão, apenas a exibição das imagens não é suficiente para uma compreensão concreta para público em destaque. Evidenciamos também a lei de acessibilidade, está exposto em seu Art. no 8 “[...]que é dever da sociedade assegurar à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos referente a vida [...]”. Dentro desse contexto, é valido refletirmos e juntos batalharmos pela prática da inclusão social em todos os ambientes.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Acessibilidade; Legendas; Surdos; Bem-estar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L. S. O processo de legendagem no Brasil. Revista do GELNE, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–6, 2016.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo no 186, de 09 de julho de 2008: Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. 124p.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

MÓNICO, Lisete et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. CIAIQ 2017, v. 3, 2017.

PARAÍBA, Lei no 11.925, de 29 de abril de 2021, dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de legenda nos filmes nacionais e estrangeiros, exibidos no Estado da Paraíba e dá outras providências, 2021. Paraíba: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2021.

SILVA, E. L; MENEZES; E.O. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação 4a edição revisada e atualizada.

SOUSA, A. S; OLIVEIRA, S.O; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. In: Cadernos da Fucamp, V.20, n.43, p. 5 -10.



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PLATAFORMAS DIGITAIS COMO POSSIBILIDADE PARA O APOIO À INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Jessiane Gomes de Moura (Universidade Federal da Paraíba)

Alice Kívia da Nóbrega Passos (Universidade Federal da Paraíba)

Maria Clara Cavalcanti Cabral (Universidade Federal da Paraíba)

Raquel Pereira Gomes dos Santos (Universidade Federal da Paraíba)

Joana Rostirolla Batista de Souza (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Através da Resolução nº 34/2013 o Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba (CONSUNI), instituiu-se a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e criou-se o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), implementando, com isso, o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência - PAED. Neste relato de experiência, iluminaremos o potencial do uso de plataformas digitais para o apoio a uma aluna da UFPB, com deficiência intelectual, no âmbito desse programa, destacando os resultados que as políticas de inclusão de pessoas com deficiência (PCD 's) na universidade podem gerar. Além disso, apontaremos os desafios enfrentados durante o processo, incluindo a resistência da aluna em ter um apoiador em sala de aula, bem como sua comunicação restrita com a apoiadora.

2 METODOLOGIA

Foram utilizadas abordagem e ferramentas específicas durante dois anos de experiência de apoio discente à estudante, focando na promoção de sua inclusão educacional. O trabalho envolveu o estabelecimento de uma parceria ativa com a aluna acompanhada, envolvendo-a no processo de construção de materiais de apoio para as disciplinas. Nessa colaboração, identificamos necessidades, preferências de aprendizado e desafios. Utilizando ferramentas da Google, como o Meet (plataforma para reuniões on-line) e Forms (ferramenta para coleta de informações on-line), para permitir uma colaboração flexível, conduzimos encontros virtuais para discutir o progresso e alinhar atividades, feedbacks sobre as estratégias adotadas, como também monitorar o processo de aprendizagem. Dialogamos com os



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

professores para explicar as necessidades da estudante e solicitamos adaptações nas atividades e dilatação dos prazos, quando necessário.

3 RESULTADOS

Ao longo desse processo, encontramos desafios relacionados à resistência por parte de alguns professores em compreender e atender às necessidades específicas da aluna. Além disso, foi desafiante o fato de a mesma permanecer resistente à presença de uma apoiadora em sala de aula, porém isso foi respeitado e nos levou a adotar uma abordagem extraclasse, utilizando as ferramentas digitais como alternativa. Apesar desses obstáculos, os resultados obtidos foram notáveis. Uma das conquistas mais evidentes foi o aumento significativo de seu engajamento nas atividades acadêmicas. Através da interação em plataformas virtuais, a aluna demonstrou maior participação nas aulas presenciais, mostrando interesse nas discussões e realizando entregas regulares de trabalhos, e passou, gradualmente, a tomar decisões mais autônomas em relação às atividades acadêmicas. Vale ressaltar que as reuniões on-line desempenharam um papel crucial na criação de um vínculo apoiada-apoiadora, proporcionando um ambiente mais confortável para a aluna se expressar, superando as barreiras iniciais de comunicação. Ela demonstrou proficiência ao realizar atividades com menos apoio, revelando uma maior confiança em suas habilidades. As conversas e debates estimularam o desenvolvimento de sua capacidade de articular ideias e opiniões de maneira mais clara e coerente. Em síntese, o uso das ferramentas tecnológicas aliado ao trabalho de apoio resultou em um progresso significativo na participação ativa da aluna, preservando sua privacidade, ao passo que permitiu um aumento perceptível na participação social da mesma. Esses resultados ressaltam a importância do suporte individualizado e da utilização adequada das tecnologias no processo educacional inclusivo, porém denunciam também a necessidade de abordagens mais coletivizadas, que moldem ambientes acadêmicos mais inclusivos.

4 DISCUSSÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Capítulo IV, que diz respeito ao Direito à Educação, preconiza no Artigo 30 os critérios de



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

avaliação do aluno com deficiência estabelecendo a obrigatoriedade de docentes e instituições de ensino disponibilizarem avaliações acessíveis de acordo com a necessidade do aluno, garantirem a dilatação de tempo na realização de exames e nas atividades acadêmicas, e adotarem critérios de avaliação que considerem a singularidade linguística do estudante. Outra vertente abordada é a garantia do acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. A Resolução nº 29/2020 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFPB) complementa esse cenário, estabelecendo direitos específicos para estudantes público-alvo da educação especial na graduação. Os parágrafos do Artigo 184 detalham uma série de medidas, desde atendimento educacional adequado até adaptações de materiais e metodologias. Destaca-se o tempo adicional de 50% para atividades de avaliação de duração limitada, respeitando a diversidade de ritmo de aprendizagem. Diante disso, ao analisarmos a experiência apresentada, apesar dos pontos positivos, foi possível observar que alguns direitos da discente foram desrespeitados por parte dos professores, que frequentemente não aceitavam dilatar o tempo das atividades acadêmicas, por exemplo. Apesar das medidas delineadas na lei, a experiência da aluna no CIA apresenta algumas lacunas, principalmente as barreiras atitudinais, relacionadas à falta de uma adaptação efetiva das avaliações e atividades, além da dificuldade de acesso aos professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da educação verdadeiramente inclusiva, a noção de inclusão radical surge a partir dos estudos do Grupo de Pesquisa “Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional” do Laboratório METUIA/UFSCar. A noção de inclusão radical transcende os limites tradicionais da educação especial e apresenta uma visão de mudança no que se entende como inclusão. A inclusão radical nos leva a repensar estruturas e práticas educacionais, enfatizando a importância de não apenas acolher a diversidade na sala de aula, mas também de desenvolver práticas para atender verdadeiramente às necessidades individuais de todos os estudantes, sendo eles, o centro da discussão. Essa noção surge como um potencial transformador de comunidades educacionais, não somente das salas de aula. Assim, os profissionais devem trilhar um caminho que valorize a singularidade de cada



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

indivíduo, viabilizando a permanência, participação e qualidade de aprendizagem e de vivências de sociabilidade dos estudantes, construindo um futuro educacional pautado em políticas educacionais baseadas na justiça e transformações sociais. Nesse sentido, a noção de inclusão radical torna-se importante e necessária para as ações do CIA, permeada na ideia de que todos os alunos têm o direito intrínseco de participar plenamente da educação e da sociedade, independentemente de suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Ensino Superior. Inclusão radical. Pessoa com deficiência. Plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - PCD) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17/08/2023.

ESQUERDO LOPES, R. .; DE OLIVEIRA BORBA, P. L. A inclusão radical como diretriz para terapeutas ocupacionais na educação. Revista Ocupación Humana, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 202–227, 2022. DOI: 10.25214/25907816.1402. Disponível em: <https://latinjournal.org/index.php/roh/article/view/1402>. Acesso em: 17 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA . Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 29/2020. Cidade, Estado, Data de Publicação. Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/resolucoes/REGULAMENTOGERALDAGRAD UAO292020.pdf/view>. Acesso em: 17/08/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. Resolução nº 34/2013. João Pessoa, PB, 12 dez. 2013. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/menu/cia-2/resolucoes/resolucao-que-institui-a-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-na-ufpb-e-cria-o-cia.pdf/view>. Acesso em: 17/08/2023



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE LAGOA SECA-PB

Maria das Victorias Felinto dos Santos (Universidade Federal da Paraíba)

Munike Massaro (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo é garantida na legislação brasileira (Brasil, 2008a; 2008b; 2011; 2015), mas ainda se faz necessário conhecer mais objetivamente como está ocorrendo essa articulação no cenário paraibano e possibilitar que práticas pedagógicas inclusivas se façam presentes cotidianamente nas escolas do campo (Nozu; Ribeiro; Bruno, 2018; Anjos, 2016). Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral estabelecer práticas pedagógicas inclusivas para alunos público-alvo da Educação Especial em articulação com professores da Educação do Campo e do Atendimento Educacional Especializado do município de Lagoa Seca. Os objetivos específicos foram: desenvolver planos de ação de curto prazo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos público-alvo da Educação Especial e promover, junto aos professores da Educação do Campo e do Atendimento Educacional Especializado, oportunidades de reflexões acerca das práticas pedagógicas inclusivas de alunos público-alvo da Educação Especial, contribuindo para mudanças de atitudes e práticas profissionais que visem alcançar um ensino inclusivo de qualidade.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, o projeto de extensão visou conhecer as necessidades acerca das práticas pedagógicas inclusivas dos professores da Educação do Campo e do Atendimento Educacional Especializado do município de Lagoa Seca PB. Os professores responderam um questionário abordando as adequações que já realizam e as dificuldades que possuem para desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas (Lima, 2006). Em seguida foram realizadas rodas de conversa presenciais e on-line, quinzenalmente, com duração de duas horas com os professores da Educação do Campo que tem alunos público-alvo da



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Educação Especial e com os professores do Atendimento Educacional Especializado.

3 RESULTADOS

Durante as rodas de conversa, a professora coordenadora do projeto explicou sobre o Plano Educacional Individualizado, levantando questões sobre o motivo pelo qual o aluno é indicado para o Atendimento Educacional Especializado, bem como quais as dificuldades que esse aluno apresenta que o faz precisar de um plano individualizado. Falou da importância de se pensar em metas específicas para o aluno, assim como a efetiva participação de todos os profissionais na construção desse plano, visando ações dialogadas que favoreçam a aprendizagem do aluno. Explicou sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem, esclarecendo sobre os seus princípios e deu exemplos de como aplicar essa abordagem de ensino. Também explanou sobre o uso da Comunicação Suplementar e Alternativa, mostrando a questão dos mitos, de suas nomenclaturas, dos recursos e sistemas de símbolos pictográficos que podem ser utilizados para dar suporte a comunicação dos alunos com deficiência e necessidades complexas de comunicação. Explicou sobre a Resolução nº 04/2009 (Brasil, 2009), e comentou sobre o uso da História Social. Os professores fizeram um plano de ação de curto prazo que teve como objetivo principal envolver os alunos público-alvo da Educação Especial. Fizemos duas visitas presencialmente no município de Lagoa Seca, visitamos quatro escolas de Educação do Campo, observamos os alunos em sala de aula e de maneira integral na escola para acompanhar os planos de ação desenvolvidos. Além disso, foram realizadas rodas de conversa para discutir os estudos de casos apresentados pelos professores, no questionário. Os profissionais das escolas de Lagoa Seca foram divididos em três grupos e cada grupo teve dois encontros para dialogar sobre os casos. No primeiro encontro o objetivo foi relatar os casos e a coordenadora do projeto apontou sugestões de como ajudar os profissionais a melhorarem suas práticas pedagógicas, eram pensadas estratégias e métodos de como inserir e ajudar o aluno, visando a sua inclusão na sala de aula. E no segundo encontro os professores relataram o que conseguiram desenvolver. Juntos, os professores apresentaram 14 casos de alunos público-alvo da Educação Especial no contexto da sala de aula. Destes, em sete casos os professores obtiveram sucesso, pois



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

conseguiram mudar suas práticas e alcançaram uma evolução no desenvolvimento dos alunos. Em relação aos outros casos, não foi possível saber detalhadamente os resultados, pois os professores não estiveram presentes no segundo dia do encontro.

4 DISCUSSÃO

Diante dos resultados, apesar da ausência de determinados professores para relatar o processo de desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial no último encontro do projeto de extensão, é possível analisar uma mudança positiva na formação dos docentes, uma vez que estes se empenharam na busca por melhorarem suas práticas pedagógicas em relação a inclusão dos alunos (Cunha, 2014). Ademais, foi possível perceber uma mudança de concepções, pois logo no início do projeto alguns professores pensavam que deveriam ajudar o aluno ao ponto de conseguir fazer com que ele se desenvolvesse de maneira igual os demais alunos, com uma visão integracionista de anormalidade x normalidade (Franco, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, o projeto de extensão possibilitou que fosse possível estabelecer práticas pedagógicas inclusivas para alunos público-alvo da Educação Especial em articulação com professores da Educação do Campo e do Atendimento Educacional Especializado. Os professores mudaram suas concepções, e conseguiram desenvolver diante dos seus contextos práticas de ensino que alcançaram um ensino inclusivo e os alunos puderam participar e aprender no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Professores.

REFERÊNCIAS

ANJOS, C. F. dos. **Realidades em Contato**: construindo uma interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo. (Dissertação)- Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, jan. 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso: 07 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. Educação e Pesquisa, v. 41, n. 3, p. 601-614, 2015.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

NOZU, W. C. S.; RIBEIRO, E A.; BRUNO, M. M. G. **Interface entre Educação Especial e Educação do Campo: a produção científica em teses e dissertações**. Interfaces da Educação, Paranaíba, v.9, n.27, p. 317-349, 2018.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

PROGRAMA ALUNO APOIADOR NA ASSISTÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM DUAS PERSPECTIVAS

Steffi Mara da Silva Viana (UFPB)

Maria Fernanda Nobres Monteiro (UFPB)

Steffany Silvestre da Silva (UFPB)

Igor Gustavo Mendes Silva (UFPB)

Ana Carla Estellita Vogeley (UFPB)

1 INTRODUÇÃO

Pessoas com Deficiência Física (DF) podem apresentar diversas dificuldades na realização de atividades que precisam de autonomia, por exemplo, andar, alimentar-se, usar o banheiro e escrever. Nesse sentido, o Programa Aluno Apoiador, proposto pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) visa desenvolver políticas relacionadas à inclusão e acessibilidade na instituição. Sendo assim, este estudo tem por objetivo relatar a participação no Programa Aluno Apoiador.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por quatro discentes, sendo duas apoiadoras (também autoras) e uma apoiada (também autora) do curso de graduação e uma Docente Fonoaudióloga do Departamento de Fonoaudiologia da UFPB, no período de agosto de 2022 a agosto de 2023.

3 RESULTADOS

Durante o Programa Aluno Apoiador, diversas atividades foram realizadas. O apoio estabelecido pelas alunas apoiadoras pode-se dividir em duas esferas: 1) Auxílio na mobilidade; 2) Ajuda nas atividades acadêmicas. Na primeira etapa, a estudante com DF obteve assistência relacionada a locomoção, onde foi determinado um apoio na condução da cadeira de rodas, partindo do carro para a sala de aula, abrangendo desde a chegada da estudante, quanto à saída. Na segunda etapa, atribuiu-se a assistência



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

por meio das atividades acadêmicas, através do apoio no desenvolvimento de trabalhos, exercícios e seminários relacionados ao curso.

4 DISCUSSÃO

A estudante assistida obteve melhor desempenho acadêmico no decorrer do programa, melhora na interação social e acerca da mobilidade dentro do campus. Sendo assim, o programa demonstrou-se bastante efetivo, cumprindo com o seu objetivo principal. Pelo menos uma vez por mês o Comitê de Inclusão e Acessibilidade realiza reunião com os apoiadores trazendo temáticas desafiadoras e relatos das Pessoas com Deficiência Física, além do ponto de vista dos envolvidos e as dificuldades encontradas, é notório a preocupação do programa em oferecer um suporte de qualidade e que o discente apoiado consiga se graduar. Entretanto, alguns impasses e desafios foram observados durante a implementação do programa, que estão relacionados ao pouco acesso a rampas e a ausência de elevadores em funcionamento no Complexo de Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, que estão inativos há cerca de 10 anos, impedindo a estudante com DF de acessar a salas importantes para os estudos práticos associados ao curso, que localizam-se nos andares superiores. Esse impedimento também impacta os atendimentos ao público nas áreas de Audiologia e Voz. Assim, a estudante apoiada segue perdendo suas aulas práticas pela falta de acesso a essas salas, o que fere os seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social, Estudante, Educação Superior

REFERÊNCIAS

1. DINIZ, M. **Inclusão de Pessoas com Deficiência e/ou Necessidades Específicas: Avanços e Desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
2. NOGUEIRA, GC; SCHOELLER, SD; RAMOS, FRS; PADILHA, MI; BREHMER, LCF; MARQUES, AMFB. **Perfil das Pessoas com Deficiência Física e Políticas Públicas: A Distância entre Intenções e Gestos**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.17622016



II Congresso de **Inclusão** e **Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

REDES COLABORATIVAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRÁTICAS DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM AÇÃO

Walquiria Nascimento da Silva (UFPB)

Elaine Reis Laureano (UFPB)

Com a crescente necessidade de desenvolver estratégias para o acolhimento de alunos com necessidades educacionais específicas no âmbito escolar, se faz imprescindível traçar soluções de forma coletiva, na perspectiva de promover a inclusão escolar. Nesse sentido, pensar no sistema de rede, com regime colaborativo, possibilita um maior apoio e cooperação entre indivíduos e instituições, pois se unem com objetivo de lutar por um propósito em comum. No tocante do processo para a operacionalização da inclusão escolar, esse sistema é ainda mais necessário, por se apresentar como meio de diálogo entre a instituição escolar, comunidade, colaboradores e o alunado. Para Magalhães *et al.* (2022, p 01)

a convivência coletiva e colaborativa consolida um espaço aberto e sensível à socialização de dúvidas e experiências, além de influenciar o sentido colaborativo-crítico na realização das investigações com mais segurança e autonomia, fortalecendo processos emancipatórios e humanizadores, para além das redes de pesquisa.

Nesse sentido, propomos para esse texto o relato de experiência vivenciada pelas autoras desse texto, sobre uma extensão universitária, por meio do Programa de Fluxo contínuo de extensão da Universidade Federal da Paraíba, edital PROEX 02/2023, entre março 2023 e junho 2023, na qual, traçamos, para uma das estratégias, promover curso de Libras para professores da rede estadual de ensino da região do Vale de Mamanguape. O objetivo geral foi: contribuir com o suporte linguístico necessário na Libras para facilitar trocas comunicativas entre docentes ouvintes e discentes surdos, como objetivos específicos: favorecer a propagação da Libras no âmbito da sala de aula, de forma contextualizada, a partir de diferentes contextos de uso sociais; promover a inclusão de discentes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais em escolas da comunidade do Vale de Mamanguape; colaborar com a acessibilidade em Libras no âmbito das instituições escolares ligadas à 14ª Gerência Regional de Educação e do Campus IV, da UFPB.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Em geral, o público alvo da extensão foi a comunidade do Vale de Mamanguape, no total, 75 alunos, sendo divididos em 3 grupos de 25 alunos por sala, desses, sendo boa parte das turmas formadas por professores da rede estadual de ensino. Para a efetivação dessa articulação, foi necessário firmar uma parceria prévia entre a UFPB – Campus IV e a 14ª Gerência de Educação da Paraíba, localizada na cidade de Mamanguape/PB. Antes da oferta do curso, a Gerência sinalizou suas intenções e preocupações no tocante a necessidade do conhecimento em relação à Libras por parte dos docentes, essa preocupação com a formação do docente é, sem dúvidas, um dos pilares para o desenvolvimento da educação, assim como afirmam Santos e Pereira (2019, p.07) que a formação profissional do docente “é de grande importância para o desenvolvimento do seu trabalho com o aluno, pois é a orientação produzida em sala de aula juntamente com outros aspectos que irá gerar conhecimento necessário para a aprendizagem do discente”.

Em relação ao processo educacional de alunos surdos, pensar no contexto linguístico é algo fundamental.

No tocante dessa realidade a UFPB, por meio da extensão universitária, propôs disponibilizar vagas do curso de Libras para professores da rede Estadual de ensino do Vale de Mamanguape, em contrapartida, a 14ª Gerência Estadual disponibilizou uma profissional da área de Libras, para ser colaboradora junto a equipe do projeto, bem como, destinou os professores participantes do curso.

Para os docentes cursistas, o curso de extensão proporcionou a experiência da imersão na Libras, a partir de diferentes situações sociocomunicativas, minimizando assim a barreira linguística existente entre os docentes e as pessoas surdas. Para suporte no aprendizado e na avaliação contínua dos cursistas, recorreu-se, além das aulas práticas dialogadas, à disponibilização de materiais digitais relacionados às temáticas trabalhadas e a disponibilização de vídeos para os cursistas. Os registros das atividades desenvolvidas foram compartilhados na rede social do *instagram*: *extensaolibrascampusiv*.

Ao término do curso, foi possível perceber maior interação entre os docentes e pessoas surdas da comunidade do Vale de Mamanguape, convidadas para participarem de momentos propostos nas aulas; motivação dos docentes em continuar participando das futuras ações da extensão em Libras, em sua segunda fase, que envolvam a prática docente, sobretudo,



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

com acessibilidade para alunos surdos. Para Atunes *et al* (2021, p.25)

a necessidade de novos conhecimentos e novas experiências a serem vivenciadas instiga a vontade do professor de buscar aperfeiçoamento, para que seja capaz de proporcionar um ensino mais avançado e equilibrado, demonstrando assim coerência entre sua maneira de ser e de ensinar, além da sua acessibilidade e predisposição em relação à integração dos alunos surdos, concebendo-a como um fator extremamente importante e indispensável para a obtenção dos resultados.

Essas necessidades e urgência para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, tornam-se mais efetivas, quando há um escoamento de ações, na qual, pessoas e instituições voltam seus objetivos para o mesmo propósito. A forma coletiva de pensar e agir inclinam-se positivamente para o sistema de Rede colaborativa, cada vez mais, necessário e efetivo no processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Aprendizagem. Interação

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria de Fátima Nunes. *Et al.* Reflexões acerca do ensino de libras no ensino fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 09, Vol. 03, pp. 05-26. Setembro de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível

em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-de-libras>, acessado em: 18/08/2023.

MAGALHÃES, S. M. O. ., Souza, T. Z. de ., & Argüello, S. B. . (2022). Investigação colaborativa e o processo de formação de redes de conhecimento. **Ensino em Re-Vista**. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/64653/33335>, acessado em: 18/08/2023

SANTOS, Sidneide Maria da Conceição; Pereira, DANIANE. Libras e sua importância na formação de professores na educação de surdos. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa**, v. 1, n. 2, p. 139-158, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/7998>, acessado em 18/08/2023



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

RODAS DE LEITURA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DE PESSOAS PCD E NEURODIVERGENTES: UMA PROPOSTA DE ENSINO

Ana Clara Laurentino da Rocha. Discente do curso de Letras - Língua Portuguesa, UFPB, bolsista, aclr@academico.ufpb.br

João Samuel Nascimento da Silva. Discente do curso de Letras - Língua Portuguesa, UFPB, bolsista, joao.samuel@academico.ufpb.br

Henrique Miguel de Lima Silva. Coordenador do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, UFPB, henrique.miguel.91@gmail.com

Rosana Costa de Oliveira. Coordenadora do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, UFPB, rosana.ufpb@gmail.com

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues. Supervisor do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID, IFPB, sergio.rodrigues@ifpb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), há a urgência de adaptação das condições de ensino, tornando-as, sobretudo, inclusivas a todas as necessidades educacionais especiais, para que os alunos tenham acesso à educação, de maneira que expanda as suas vivências e potencialize as suas aprendizagens, garantindo a sua inserção social (BRASIL, 1998). Diante disso, tendo em vista o caráter social da literatura de facilitar o contato entre diferentes realidades e de permitir uma maior interação entre comunidades diversas, utilizar da estratégia de rodas de leitura como mecanismo de inclusão de pessoas PcD e neurodivergentes é essencial para não somente aproximar ainda mais esses alunos dos “ditos normais” e superar as diferenças, mas também para estimular a sua participação e seus desenvolvimentos cognitivos, emocionais e sociais, favorecendo o letramento literário e o aprimoramento de inúmeras habilidades e capacidades necessárias para a aprendizagem de conhecimentos múltiplos. Dessa forma, mediante a observação do contexto de sala de aula sob o projeto de Iniciação à Docência (PIBID), o objetivo principal deste estudo é estabelecer relações entre a prática de rodas de leitura em sala de aula e a inclusão de pessoas PcD e neurodivergentes no ensino da disciplina de literatura na



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

educação básica, a fim de motivar a sua utilização como procedimento educativo regular pelos docentes, resultando, então, em uma melhor compreensão do conteúdo, envolvimento na aula, leitura e interpretação textual dos jovens. Assim, de modo mais específico, objetivamos definir o que são as rodas de leitura dentro da perspectiva do letramento literário; ressaltar as contribuições das rodas de leitura no ensino de literatura; demonstrar a importância da prática de rodas de leitura para a inclusão social de pessoas PcD e neurodivergentes em sala de aula; promover a aplicação da atividade de roda de leitura inclusiva nos espaços escolares e ampliar e democratizar o acesso à leitura de pessoas PcD e neurodivergentes.

2 METODOLOGIA

Logo, para a concretização do vigente trabalho, realizamos uma pesquisa aplicada ao ensino de língua portuguesa e literatura, em meio a uma abordagem qualitativa (LAKATOS, MARCONI, 2010), tendo como base investigações e experiências, com o intuito de pensar sobre os fenômenos observados na realidade e promover métodos para solucionar os problemas específicos envolvidos à inclusão de pessoas com deficiência (PcD) e neurodivergentes. Ao final, optamos por uma proposta de ensino à luz da sequência didática básica, de Rildo Cosson (2009), e dos estudos de Lev Vygotsky (1998).

3 RESULTADOS

Como uma pesquisa em andamento, visto que é uma proposta de ensino, seus resultados serão discutidos posteriormente após a sua aplicação em sala de aula, como uma ação planejada pelo PIBID.

4 DISCUSSÃO

Outrossim, este artigo se justifica pela ausência de suportes, recursos e medidas educacionais que focalizem a diversidade tanto dos estudantes quanto de modos de conduzir as aulas, e as observadas dificuldades de leitura e escrita apresentadas pelos jovens, principalmente os indivíduos neurodivergentes que, em sua maioria, possuem maiores variações no funcionamento de sua aprendizagem, e muitas das pessoas PcD, que



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

possuem suas limitações em frente a sua existência e permanência na sociedade. Partimos da hipótese de que a falta de preparação do corpo docente acerca da educação inclusiva dificulta o processo de ensino-aprendizagem daqueles que fogem dos padrões e expectativas da sociedade. Além disso, o ensino de literatura presente na educação básica é bastante tradicional e defasado, e não costuma explorar metodologias ativas que possibilitem a construção do letramento literário dos alunos de maneira única, lúdica e dinâmica.

PALAVRAS-CHAVE: letramento literário; inserção social; acessibilidade; literatura; educação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

VYGOTSKY, Lev; LURIA, Alexander; LEONTIEV, Alex. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

UNIVERSIDADE, ARTE E ACESSIBILIDADE: O PROJETO ARTES VISUAIS & INCLUSÃO DA UFPB

Robson Xavier (Docente de Artes Visuais/UFPB)

Ana Cláudia Araújo (Bolsista PROLICEN UFPB)

Thierry de Lima (Bolsista PROBEX UFPB)

1 INTRODUÇÃO

O diálogo entre o ensino de artes visuais e a inclusão no âmbito da Universidade Federal da Paraíba ainda é pouco desenvolvido. Com isso, o Projeto Artes Visuais & Inclusão foi criado em 2014 com apoio do PROBEX e do PROLICEN da UFPB no intuito de promover a expressão e o desbloqueio do potencial criativo dos/as participantes por meio de linguagens artísticas, além de favorecer a interação social e a habilidade motora. Desse modo, no projeto trabalhamos com a realização de *workshops* de artes visuais com quatro grupos de trabalho (GTs), a Associação Ame Down PB, o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), o Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NIETI) da UFPB e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS) da FUNAD, a fim de que os estudantes de licenciatura e bacharelado em artes visuais pratiquem os conhecimentos apreendidos ao longo de sua formação no campo da educação inclusiva e acessibilidade cultural na educação não-formal.

2 METODOLOGIA

O Projeto Artes Visuais & Inclusão possui caráter de extensão e pesquisa intervenção que se enquadra na pesquisa qualitativa com estudo de caso (Yin, 2005) ao proporcionar uma aprendizagem mútua entre o pesquisador, no caso dos bolsistas e voluntários e dos participantes dos GTs, uma vez que a partir dessa perspectiva observamos a realidade do campo de estudo quando somos confrontados por ela. Esse fator é necessário para analisarmos as demandas necessárias de cada grupo que podem ser acompanhadas por relatórios de imagens, debates durante as reuniões de planejamento e descrições oferecidas pelos participantes. Ademais, o sentido de inclusão por Mantoan (2003) é



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

fundamental para o seguimento do trabalho, pois o pleno exercício da cidadania pela pessoa com deficiência é atribuída à educação, mas também aliada à criatividade, exercida com as artes visuais. Nesse sentido, a educação não-formal é essencial para a garantia da autonomia do indivíduo, os bolsistas, voluntários e coordenador do projeto são facilitadores do processo artístico, pautado na atividade prática, é realizada fora do sistema formal de ensino. As temáticas trabalhadas mantêm-se no ano de 2023 com três GTs segundo as preferências e necessidades de cada coletivo fundamentado por laboratórios experimentais de pintura acrílica em tecido e tela com as pessoas com Síndrome de Down (SD), técnica de modelagem e atividades multissensoriais a partir da argila com crianças com deficiências visuais no ICPAC, introdução à fotografia digital com celular com grupos de idosos do Nieti e técnica de desenho tradicional com o NAAHS em 2022.

3 RESULTADOS

Em cada um dos GTs do Projeto Artes Visuais & Inclusão fomentamos o desenvolvimento das habilidades motoras, do potencial criativo, a interação social, o aprimoramento de técnicas, da percepção espacial, explorando técnicas no campo ampliado e relacionadas às vivências pessoais. As atividades desenvolvidas objetivam o desenvolvimento da socialização, criatividade, empoderamento, inserção e independência por meio das oficinas de artes visuais. O contato com as atividades artísticas pode proporcionar para cada participante novas perspectivas e formas diferentes de lidar com a arte e com o cotidiano. A pesquisa desenvolvida a partir da análise dos resultados das atividades do projeto, produziram quatro artigos na coletânea “Encontros & Entrelaçamentos: grupos de pesquisa em arte” organizada pela UnB e UFPB, intitulados: “Do presencial ao virtual: ações do Projeto Artes Visuais & Inclusão (2014-2021)”, “Multissensorialidade no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)”, “Down e Arte: aprendendo com a Ame Down PB” e “Tramas: artes visuais com pessoas com déficit motor e altas habilidades”. Assim, a avaliação dos resultados do projeto é contínua e processual, os pontos positivos e negativos de cada workshop são analisados e reformulados semanalmente, adequando as atividades à realidade de cada GT.



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

4 DISCUSSÃO

A realização das atividades do projeto reforçam a importância da atuação das artes visuais na educação inclusiva no âmbito da UFPB e da cidade de João Pessoa, fomentando qualidade de vida e espaços/momentos de socialização e desenvolvimento de percepção, criatividade e habilidades motoras dos participantes. Lidar com as particularidades de cada grupo é um desafio para a equipe técnica do projeto, na medida em que precisamos adaptar e desdobrar nossas decisões e planejamentos de acordo com o surgimento de possíveis dificuldades ou imprevistos. Formamos uma rede de apoio entre bolsistas, voluntários e o coordenador, executando as atividades em conjunto para proporcionar um ambiente organizado e cheio de novas possibilidades e aprendizados. O projeto amplia as experiências na formação dos discentes do curso de artes visuais, trazendo novas experiências (teóricas e práticas), levando os estudantes a terem uma nova perspectiva dentro do curso e permitindo que o ensino das artes visuais na perspectiva da educação inclusiva se consolide como uma área permanente no curso de artes visuais da UFPB. Este projeto fomenta a relação entre a UFPB e as instituições de educação inclusiva da cidade de João Pessoa, fortalecendo a parceria com as associações, institutos e núcleos pondo em prática propostas que auxiliam pessoas com deficiência e/ou idosos/as com foco nas suas habilidades e potencialidades, respeitando suas particularidades, estimulando a produção contínua e independente dentro das suas próprias perspectivas.

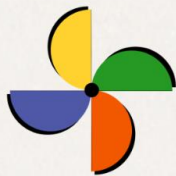
PALAVRAS-CHAVE: Artes Visuais. Educação não-formal. Educação inclusiva. Criatividade. Workshop.

REFERÊNCIAS

COSTA, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da; XAVIER, Cleber Cardoso; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Encontros & Entrelaçamentos:** grupos de pesquisa em arte. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/artes-visuais/encontros-e-entrelacamentos-grupos-de-pesquisa-em-artes>. Acesso em: 21 agosto 2023.

COSTA, Robson Xavier da; SANTOS, Márcio Soares do. Do presencial ao virtual: ações do Projeto Artes Visuais & Inclusão (2014-2021). In: COSTA, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da; XAVIER, Cleber Cardoso; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Encontros &**



II Congresso de **Inclusão e Acessibilidade da UFPB**

20, 21 e 22 de Setembro de 2023

Entrelaçamentos: grupos de pesquisa em arte. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/artes-visuais/encontros-e-entrelacamentos-grupos-de-pesquisa-em-artes>. Acesso em: 21 agosto 2023.

COSTA, Robson Xavier da; Kerolainy Kimberlin dos; SANTOS, Márcio Soares dos; ARAÚJO, Bruno Vinelli Nunes de Oliveira. Down e Arte: aprendendo com a Ame Down PB. In: COSTA, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da; XAVIER, Cleber Cardoso; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Encontros & Entrelaçamentos:** grupos de pesquisa em arte. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/artes-visuais/encontros-e-entrelacamentos-grupos-de-pesquisa-em-artes>. Acesso em: 21 agosto 2023.

COSTA, Robson Xavier da; SANTOS SILVA, Kerolainy Kimberlin dos; SANTOS, Márcio Soares dos; COUTINHO, Viviane dos Santos. Multissensorialidade no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC). In: COSTA, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da; XAVIER, Cleber Cardoso; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Encontros & Entrelaçamentos:** grupos de pesquisa em arte. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/artes-visuais/encontros-e-entrelacamentos-grupos-de-pesquisa-em-artes>. Acesso em: 21 agosto 2023.

COSTA, Robson Xavier da; ROCHA, Renato Santos da; MARQUES, Thierry de Lima Queiroz; COUTINHO, Viviane dos Santos; SOUZA, Breno Miranda de; LUCENA, Thayane Evelyn Ribeiro. Tramas: artes visuais com pessoas com déficit motor e altas habilidades. In: COSTA, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da; XAVIER, Cleber Cardoso; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Encontros & Entrelaçamentos:** grupos de pesquisa em arte. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/artes-visuais/encontros-e-entrelacamentos-grupos-de-pesquisa-em-artes>. Acesso em: 05 junho 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.